



Programa de  
Pós-Graduação em Educação

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DO PROEJA NO IFPA**

**JOSÉ RAIMUNDO CARVALHO**

FORTALEZA-CE  
2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**



**JOSÉ RAIMUNDO CARVALHO**

**HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DO PROEJA NO IFPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, orientada pelo Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

FORTALEZA-CE  
2010

*"Lecturis salutem"*

Ficha Catalográfica elaborada por  
Telma Regina Abreu Camboim – Bibliotecária – CRB-3/593  
tregina@ufc.br  
Biblioteca de Ciências Humanas – UFC

C324h

Carvalho, José Raimundo.

História de vida de professores de língua portuguesa do PROEJA  
no IFPA / por José Raimundo Carvalho. – 2010.

131f. : il. ; 31 cm.

Cópia de computador (printout(s)).

Dissertação(Mestrado) Universidade Federal do Ceará,  
Faculdade de Educação,Programa de Pós-Graduação em Educação,  
Fortaleza(CE),29/03/2010.

Orientação: Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

Inclui bibliografia.

1-PROFESSORES DE PORTUGUÊS – BELÉM(PA) – ATITUDES.2-PROFESSORES  
DE EDUCAÇÃO DE ADULTOS – BELÉM(PA).3-JOVENS – EDUCAÇÃO –  
BELÉM(PA).4-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
DO PARÁ.5-PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO  
PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE  
JOVENS E ADULTOS.I-Vasconcelos, José Gerardo, orientador.  
II. Universidade Federal do Ceará. Programa de Pós-Graduação em Educação. III-Título.

CDD(22ª ed.)

374.013098115

17/10

**JOSÉ RAIMUNDO CARVALHO**

**HISTÓRIA DE VIDA DE PROFESSORES DE LÍNGUA  
PORTUGUESA DO PROEJA DO IFPA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, para a obtenção do grau de Mestre em Educação, orientada pelo Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Jose Gerardo Vasconcelos – UFC (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará - UFC

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cellina Rodrigues Muniz – (1º Examinadora)  
Universidade Estadual do Piauí - UESPI

---

Prof. Dr. José Rogério Santana – (2º Examinador)  
Universidade Federal do Ceará – UFC

---

Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Júnior – (2º Examinador)  
Universidade Estadual do Ceará - UECE.

Dissertação defendida e aprovada em \_\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Para que este trabalho se tornasse possível em seu desenvolvimento e conclusão, algumas pessoas e suas concepções foram importantes. A eles, externo meu cordial agradecimento.

À mãe minha *Maria Raimunda Carvalho* que possibilitou, mediante lutas cotidianas, o meu bem viver moral, ético, social e os caminhos para o profissional.

À esposa e companheira *Corcinira Lira Carvalho* e filho meu *José Raimundo Carvalho Júnior*, por terem concorrido em todos os momentos para a consecução desta Dissertação contribuindo para que tudo isso fosse possível.

Ao filho meu *Jeancarlo Pontes Carvalho* pelo apoio, compreensão e atitude criadora à sustentação deste projeto.

Ao amigo e colega professor *Darlindo Maria Pereira Veloso Filho*, pela atenção, incentivo e apoio no enfrentamento da missão que a mim foi conferida enquanto aluno de Mestrado na UFC.

À amiga *Valcinéia Silva Tavares Barros*, pela sabedoria e prudência no ato de aconselhamento contribuindo para que esta pesquisa se realizasse com êxito.

À Prof.<sup>a</sup> *Eliane Dayse P. Furtado*, pelas orientações na disciplina Pesquisa em Educação.

Em especial, ao professor *José Gerardo Vasconcelos*, pela proposição de confiança e contribuição de caráter moral, intelectual e científico para que o processo de construção do estudo se realizasse.

Ao Deus, por propiciar condições em todos os sentidos para a vitória de mais um dos desafios em que esforços foram reunidos para sua completude.

CARVALHO, José Raimundo. **História de vida de professores de língua portuguesa do Proeja no IFPA**. Dissertação de Mestrado em Educação: Universidade Federal do Ceará, 2010.

## RESUMO

O presente estudo aspirou conhecer a História de vida do professor de Língua Portuguesa do Proeja no IFPA através das experiências e discussões envolvendo a EJA na oralidade docente. O objetivo foi analisar o entendimento dos professores de Língua Portuguesa sobre o Proeja, e sobre o Programa de Língua portuguesa, naquilo que se quer fazer aprender na Educação Integrada, Proeja. A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa como instrumento de análise bibliográfica e documental e, a entrevista de depoimentos de história de vida por se apresentar, a mais adequada para a produção de narrativas, uma vez que se constitui em porta de acesso as realidades sociais, pela (re)construção do passado. A fundamentação teórica está baseada nos estudos de Hadad (2008) Soares (2008) Delgado (2006), Bosi (2009), Minayo (2008), Poupart (2008), Luckesi (2008) e outros. A pesquisa revelou variabilidade de entendimento sobre o Proeja e o não atendimento do Programa de Língua Portuguesa aos objetivos propostos. Conclui-se que os professores atuantes no Programa dão conta do fazer docente, mas carecem de estudos sobre as concepções, os princípios e os objetivos do Proeja.

**Palavras-chave:** EJA/Proeja; História de vida; Língua Portuguesa

CARVALHO, José Raimundo. **History of teachers' of Portuguese language of Proeja life in IFPA.** Dissertation of Master's degree in Education: Federal university of Ceará, 2010.

### **ABSTRACT**

The present study has been aimed to learn the history of the life of Portuguese teachers of Proeja at IFPA through experiences and discussions involving EJA in the teaching orality. The purpose of the study was to analyze the Portuguese teachers' understanding concerning PROEJA itself and the Portuguese Language Program, in the sense of doing and learning in the Integrated Education, Proeja. The methodology used was qualitative research as instrument of bibliographical and documental analysis and the interview of the history of life testimonies for being the most appropriate for the creation of narratives, considering it as a gateway to the social realities, because of the reconstruction of the past. The theoretical background is based on the studies of Hadad (2008) Soares (2008) Delgado (2006), Bosi (2009), Minayo (2008), Poupart (2008), Luckesi (2008) to name some. The research revealed that the testimonies showed the knowledge variability and attitudes before the callings of the educational reflections, even though the teachers have been aware of the educational process. The research showed the variability in the understanding of Proeja and the lack of attendance of IFPA Portuguese Program when it comes to Proeja. The conclusion is that the teachers who teach in the Program are capable of passing the subject, but they need to study more about the conceptions, the principles and the objectives of Proeja.

**Word-key:** EJA/Proeja; history of life; Portuguese Language

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Foto em exposição no IFPA, do prédio onde funcionou a Escola de Aprendizes, o Liceu industrial do Pará, a Escola Industrial de Belém, a Escola Industrial do Pará e, representa o início da Educação de Jovens e Adultos nas suas várias etapas e desenvolvimento de uma educação preparatória a mão-de-obra em atendimento as políticas em ditame pelo governo da época, exercitada de forma reparadora para com os denominados Desvalidos da Sorte. Fotografado por: José Raimundo Carvalho. **p. 48.**

**Figura 2:** Fotografia do mesmo prédio onde funcionou da Escola de Aprendizes Escola Industrial de Belém/PA. Ai funcionou também a Delegacia Regional do Ministério de Educação – MEC. Atualmente funciona as Escolas de Música e de Teatro da Universidade Federal do Pará - UFPA. Fotografado por: José Raimundo Carvalho. **p. 50.**

**Figura 3:** Fotografia da Fachada do IFPA, Atual Campus Belém, em 2009. Antiga sede da Escola Técnica Federal do Pará, cuja construção teve início no ano de 1965. Fotografado por: José Raimundo Carvalho. **P. 51.**

**Figura 4:** Fotografia da Placa de inauguração da Escola Técnica Federal do Pará em exibição na antiga sede, hoje, Campus Belém. Por: José Raimundo Carvalho. **P. 52.**

**Figura 5:** Fotografia da Placa alusiva a missão do CEFET-PA em exposição no prédio onde funciona o IFPA campus Belém. Uma demonstração do desenvolvimento da Educação Profissional técnica e Tecnológica no Pará, não mais representando uma educação reparadora e sim qualificadora. Fotografado por José Raimundo Carvalho. **P. 59.**

**Figura 6.** Fotografia da Placa alusiva ao primeiro Curso de Pós-graduação, Especialização *Lato Sensu* em Educação Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no CEFET-PA. Por: José Raimundo Carvalho. **P. 79.**

**Figura 7:** Fotografia de trabalho apresentado para conclusão do Curso de Especialização da 1ª Turma de formação continuada em Proeja no IFPA. Por: José Raimundo Carvalho. **P.81.**

**Figura 8:** Fotografia 2, de trabalho de Inclusão Digital de Professores do IFPA apresentado para conclusão do Curso de Especialização da 1ª Turma de formação continuada em Proeja. Por: José Raimundo Carvalho. **P.82.**

**Figura 9:** Fotografia de Trabalho direcionado a formação continuada de Professores em exposição no IFPA por ocasião da formação da primeira turma de especialização para atuar no Proeja. Por: José Raimundo Carvalho. **P.85.**

**Figura 10:** Fotografia da Ata de Reunião com o Diretor Geral do IFPA; Diretor de Ensino, Coordenadores das áreas de implantação do processo seletivo dos Cursos do Proeja, extraída de documentos que compõem os preparativos para implantação do Proeja. Por: José Raimundo Carvalho. **P.89.**

**Figura 11:** Fotografia do Relatório do processo seletivo realizado em 2007, implementação dos cursos técnicos integrados ao Proeja nas áreas de Edificações; Eletrotécnica e Mecânica. Por: José Raimundo Carvalho. **P.90.**

**Figura 12:** Fotografia da Matriz curricular parcial do Curso técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio Proeja, extraída de documentos que compõem os preparativos do Programa curricular do Proeja. Por José Raimundo Carvalho. **P.91.**



## LISTA DE SIGLAS

- ABC** – Cruzada de Ação Básica Cristã
- CEAA** – Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNEA**- Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo
- CNER**- Campanha Nacional de Educação Rural
- CRUB** - Conselho de Reitores da Universidade Brasileira
- DATA** – Divisão de Atendimento ao Adolescente
- EJA** – Educação de Jovens e Adultos
- FUNDEF** - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- IFPA** – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- INEP** – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos
- MEC** – Ministério de Educação e Cultura
- MEPF** – Ministério Extraordinário de Política Fundiária
- MOBRAL** – Movimento Brasileiro de Alfabetização
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- PA** – Programa de Alfabetização
- PAS** – Programa de Alfabetização Solidária
- PEI** – Programa de Educação Integrada
- PLANFOR** – Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
- Proeja** – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PRONERA** – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- SEA**- Serviço de Educação de Adultos
- SEFOR/MTb** -Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho.
- SENAC** – Serviço Nacional Aprendizagem Comercial
- SENAI** – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SETEC** – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
- UNE** – União Nacional dos Estudantes
- UNESCO** - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	09
<b>1. PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS</b> .....	20
1.1. A EJA Como Política Nacional.....	22
1.2. O Avanço da Educação de Jovens e Adultos.....	25
1.3. A EJA após 1964.....	27
1.4. A EJA e o Ensino Supletivo.....	37
1.5. A Nova Organização Educacional e os Programas Federais de Educação de Jovens e Adultos.....	40
1.6. Os alunos de EJA.....	44
<b>2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E O IFPA</b> .....	47
2.1. A criação de Cursos Técnicos – Especiais e Interiorização dos Cursos Técnicos .....	53
2.2. O ensino pós-técnico .....	54
2.3. Cursos Superiores.....	56
2.4. O IFPA, vocação e ofertas educacionais.....	59
2.5. A educação profissional no Brasil.....	61
2.6. A Legitimidade da Educação Profissional.....	64
2.7. O Ensino Médio e a integração ao Ensino Técnico.....	67
<b>3. O NASCIMENTO DO PROEJA NO BRASIL</b> .....	70
3.1. História e Memória, construção e reconstrução.....	75
3.2. O Proeja na Memória e tempo presente de gestores no IFPA....	79
3.3. Memória, experiência, subjetividade?.....	94
3.4. O professor de língua portuguesa do proeja no IFPA.....	100
3.5. Oralidade: sujeitos da história.....	135
3.6. Memória, consenso.....	140
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	144
<b>FONTE</b> .....	148
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	149

## INTRODUÇÃO

A relação Língua Portuguesa com o ensino-aprendizagem tem sido objeto de meu interesse, desde que concluí o curso de Licenciatura em Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Em decorrência, tenho buscado informações sobre o tema que por sua vastidão, desdobra-se, em inúmeras e relevantes disciplinas, sendo que a Língua Portuguesa, passou a existir nos currículos escolares nas últimas décadas do século XIX, depois do sistema de ensino ter sido organizado, assim como o processo de formação de professores para essa disciplina que iniciou nos anos 30 do século XX, embora, o ensino da língua tenha se tornado obrigatório em Portugal e no Brasil no ano de 1759 com a reforma pombalina. Mas destaca-se, o que instrui Soares (2008) “a trajetória da disciplina, português, seguindo-se pelo ensino do latim, retórica, poética e tantas outras mais recentes como a psicolinguística, sociolinguística, a linguística aplicada, linguística textual, (...)”. Um processo que não será aqui objeto de discussão.

No entanto, é relevante entender não somente a trajetória da disciplina, mas, também que, a evolução da Língua Portuguesa ao longo do tempo deve-se a função política do uso social da língua no País, num processo contínuo de transformação que se realizou e se realiza, através da interação verbal entre os indivíduos, e especialmente no contexto escolar onde o professor é o mediador dessa disciplina como produto e produtora do processo de comunicação.

Isso remete à escola como sistematizadora e mobilizadora do ensino aprendizagem pautado na reflexão sobre o uso da língua, visto que, o sistema de comunicação se dá pela construção e reconstrução textual, em suas várias formas, seja pelo uso de gestos; de sinais gráficos; textos falados; escritos e outros.

Sendo a escola sistematizadora das ações educacionais, o professor na qualidade de mediador de ensino-aprendizagem, é posto em ação a fim de iniciar um processo de mudança social no seu campo de atuação, que, no caso específico da Língua Portuguesa, é a disciplina que através do uso da

linguagem, trabalha com a materialização da construção e reconstrução de textos visando à construção do conhecimento em sintonia com as necessidades culturais, profissionais e sociais do indivíduo, a fim de torná-lo capaz de produzir seu desenvolvimento intelectual e social, mediante o conhecimento adquirido nos contextos escolares e fora deles, tendo como propósito, o atendimento das exigências impostas pela sociedade e o mundo produtivo.

Em face ao papel que a Língua Portuguesa representa para o ensino-aprendizagem e interação social e, considerando o vivenciar a dificuldade dos alunos em trabalhar a criação e recriação de textos, em conexão com os temas propostos em sala de aula, buscou-se analisar o entendimento de professores de Língua Portuguesa do IFPA sobre o Proeja, na ânsia de refletir acerca do processo ensino-aprendizagem no Programa, que, como modalidade educacional, tem como fundamento a educação como direito de todos num processo sucessivo a se desenvolver ao longo da vida, visando oportunizar uma educação contínua para uma formação humana e profissional à fim de proporcionar melhores condições de cidadania, de inserção ao trabalho e na sociedade.

Essa relação entre formação e atuação do professor no contexto escolar como fator de experiência, ou, forma de pensar, idealizar e adquirir habilidades ao exercício da profissão possibilita a verificação de fatores relevantes ao ensino aprendizagem de modo a contribuir para a melhoria de práticas escolares existentes, assim como, para o resgate da cidadania de indivíduos que serão preparados para atuarem na sociedade, de forma consciente com seus direitos e deveres políticos.

Vale ressaltar que as ações provenientes dos caminhos interativos que a Língua Portuguesa propicia mediante leitura e escrita, construção e reconstrução textual, são maneiras de possibilitar e ampliar a participação política de cada cidadão pela busca da melhoria de qualidade de vida. Assim sendo, conhecer de que forma é percebida a Língua Portuguesa no Proeja tornou-se uma questão fundamental, tanto para o desenvolvimento do trabalho docente, como para que se constitua, os objetivos do ensino porque para o papel que o professor desempenha no ensino-aprendizagem, o conhecimento

adquirido no processo de formação profissional se transforma no discurso em sala de aula e, esse discurso é delimitado pelo uso da língua, ou seja, daquilo que se fala ou se escreve e/ou pela maneira de pensar e agir, associado ao contexto em que é enunciado.

Roldão (1999, p. 39), compreende que a relação do professor com a disciplina em que desenvolve, suas atividades escolares cotidianas, se constitui “numa unidade integradora do que se quer fazer aprender a todos os alunos de forma eficaz” para que seja assegurada, uma maior e melhor aprendizagem, pela capacidade de adaptar e diversificar o ensino como direito de aprender aquilo que irão necessitar ao longo da vida. É nessa inter-relação que as expressões escritas e faladas de professores que estão comprometidos com o efetivo interesse na aprendizagem e desenvolvimento do aluno podem revelar resultados relevantes e significativos na relação ensino-aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Luckesi (2008, p.130), colabora para esclarecer a relação ensino aprendizagem comentando “O educando se desenvolve enquanto aprende; e, para que a aprendizagem e o desenvolvimento sejam intencionais é preciso que haja também, um ensino intencional”. E, o professor na sua prática habitual oferece ao aluno condições de aprendizagem através dos conteúdos propostos mediante metodologias adquiridas no seu processo de formação profissional, assim como pelos seus diferentes saberes e conhecimentos, em diferentes tempos e espaços através das suas vivências, experiências e falas.

A utilização da história de vida dos professores de Língua Portuguesa como processo metodológico mostrou-se adequada para a compreensão da trajetória individual dentro do processo educativo ao longo da vida dos sujeitos da pesquisa. Um modo de compreender as singularidades das experiências e discussões envolvendo a EJA e o papel da escola no fazer docente, pois, assim, assinala Delgado.

A história oral é um procedimento metodológico que busca pela construção de fontes e documentos, registrar, através das narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosas, consensuais. *Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida.* (DELGADO, 2006. P. 15

A definição pela citação de que a narrativa não é uma subdivisão interna da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos em cada uma de suas dimensões, ofereceu possibilidades de enveredar pelo percurso metodológico qualitativo uma vez que o conhecimento da trilha existencial de cada um traz consigo a metodologia pela qual ela se fez (LUKESI, 2008. p. 127).

Hünne (1992, p. 155) assim se pronuncia: “temos um método quando seguimos um certo “caminho”, para alcançar um determinado fim”, enfatizando assim, o modo de proceder através de um conjunto de regras organizadas adequadamente, ou um caminho ordenado que se percorre em busca do conhecimento para se chegar a um determinado resultado ou finalidade; a metodologia. Isso é uma forma de indicar que o homem se move continuamente porque não se satisfaz com aquilo que possui e, na busca pelo conhecimento organiza e reorganiza suas inquietações em torno da sua representação mental com vistas à elucidação do objeto de sua procura.

Essa linha de raciocínio lança um olhar à metodologia como ações desenvolvidas com o objetivo de estudar, analisar e avaliar os vários métodos disponíveis identificando suas limitações, implicações e utilizações, ou a função de dar direção ao trabalho de pesquisa, assim como, dar explicação do tipo de pesquisa escolhida, e a tudo aquilo que vai ser ou foi utilizado em um trabalho de investigação. Afinal, pensar é elaborar idéias, emitir opiniões, juízo de valor, comparar, ou seja, através dos procedimentos metodológicos traçar um caminho a ser seguido para fins indagativos e reflexivos.

No que diz respeito à forma de abordagem, isto é, a metodologia ou pesquisa qualitativa, Menezes (2001, p. 20) introduz as considerações:

Pesquisa Qualitativa: considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus

dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem.

A descrição enfatizada na citação define, em pesquisa qualitativa, a vinculação entre aquilo que se pretende analisar e o que está na mente do sujeito, como algo inseparável. Portanto, sujeito a análise, interpretação qualitativa, e estratégias que possibilitem a utilização do estímulo à fala dos sujeitos envolvidos, uma vez que o pesquisador é o “instrumento chave”. Por conseguinte o processo indutivo na pesquisa qualitativa trata-se de uma dinâmica que estabelece interação entre sujeito e objeto, visando alcançar a proposição através da subjetividade do sujeito em relação às teorias e práticas por ele vividas para se chegar ao conhecimento pretendido.

Deslauries (2008, p. 128) apresenta diferentes etapas do processo e pesquisa qualitativa, em seu artigo “Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaios metodológicos”, oferecendo uma visão daquilo que um delineamento deve conter e os diferentes elementos desse delineamento. Instrui que poucas são as diferenças entre “delineamento” e termos como “design”, “plano de pesquisa”, “projeto”, “modelo operatório” etc. Mas, de modo geral, esses termos se referem aos documentos apresentados à pesquisa que se pretende realizar. Destaca como elementos da pesquisa qualitativa a construção do objeto, passando pela teoria e os postulados, a coleta de dados até a construção do relatório.

Seu olhar aos objetivos da pesquisa qualitativa converge com a de Menezes (2001)e, revela que o delineamento varia não apenas em função do objetivo da pesquisa, mas, também, pelas possibilidades e os limites em que ela se desenvolve, assim como pela variação dos dados (quantitativos e qualitativos) e da análise. Distingue cinco delineamentos principais utilizados nas ciências sociais: estudo de caso; a comparação multicaso; a experimentação no campo; a experimentação em laboratório e a simulação por computador.

Poupart (2008, p. 215), ao referir-se à pesquisa qualitativa em seu artigo “A entrevista do tipo qualitativo” afirma, que “de um lado as entrevistas, constituem uma porta de acesso às realidades sociais pela capacidade de estabelecer relação com as outras”. Por outro lado, essas realidades sociais

não se deixam compreender com facilidade por apresentarem diferentes aspectos e múltiplas interpretações produzidas pelos discursos. E apresenta três temas relativos ao que denomina estatuto da pesquisa: os argumentos de ordem epistemológica; os de ética e de política, alegados para justificar o recurso à entrevista qualitativa e os argumentos de ordem metodológica.

O primeiro se baseia em torno da reflexão do conhecimento humano, uma vez que na entrevista do tipo qualitativo à exploração em profundidade da perspectiva dos atores sociais é considerada indispensável para uma exata apreensão e compreensão das condutas sociais. O segundo possibilita compreender e conhecer internamente os dilemas e as questões enfrentadas pelos atores sociais, e, por fim os argumentos metodológicos são impostos como “ferramentas de informação” capazes de esclarecer as realidades sociais pelo acesso à experiência dos atores. (POUPART, 2008, p. 216).

O autor, ao discutir as análises das realidades sociais nas perspectivas sociais declara que o uso dos métodos qualitativos e da entrevista são tidos como meios para compreender e interpretar as realidades dos atores sociais, e que a entrevista, especialmente, é indispensável, não somente como método à apreensão da experiência dos outros, mas, “(...) como instrumento que permite elucidar suas condutas (...) no sentido que eles conferem as suas ações”. (POUPART, 2008, p. 216).

Ao argumento de ordem epistemológica, Poupert assevera, que este “se soma ao de ordem ética e política” porque a entrevista permite explorar as condições de vida dos atores e é um instrumento privilegiado para oferecer denúncias de práticas discriminatórias ou de exclusão, e apoiado, em Bourdieu (1993<sup>a</sup>), considera as entrevistas “como meio de delimitar a condição social dos outros, entendendo-a no sentido de apreender satisfatoriamente e explicar a experiência de outrem”. (POUPART, 2008, p. 220).

No que diz respeito aos argumentos de ordem metodológica, estes são alegados para dar legitimidade à entrevista do tipo qualitativo. O primeiro é válido para a entrevista estruturada como meio de coletar informações sobre as estruturas e funcionamento de um grupo, uma instituição, ou formação social, em que o entrevistado é visto como um informante representativo (testemunha privilegiada) em quem o pesquisador se baseia para ver e reconstruir a



realidade. O segundo argumento é mais invocado para justificar o recurso à entrevista de tipo qualitativo, a entrevista não-dirigida. Forma pela qual o pesquisador orienta os entrevistados sobre o tema da pesquisa proporcionando-lhes liberdade na maneira de tratar o assunto a fim de dar conta da opinião dos atores participantes da entrevista.

Dentre os pontos de vistas apresentados para justificar os recursos as entrevistas do tipo qualitativo verificaram-se, várias estratégias associadas, de modo tal que esse instrumento, ultrapassa dimensões técnicas, possibilitando melhor apreensão do pensamento dos atores envolvidos no objeto de estudo. Certamente, o ponto de vista dos entrevistados não é, portanto, tão simples de interpretação pelas múltiplas versões entre os atores sociais, mas a entrevista do tipo qualitativo é vista como a mais apropriada à pesquisa de determinados objetos. (POUPART, 2008, p. 226).

Minayo (2008, p. 14-17) considera a metodologia como um espaço percorrido pela maneira de pensar e o exercício na prática da abordagem a uma realidade e, afirma ser esta, muito mais do que técnica. “Ela inclui as concepções teóricas da abordagem (o método), articulando-se com a teoria, com a realidade empírica e com os pensamentos sobre a realidade”. E, diz mais “a realidade não é transparente e é sempre mais complexa do que o nosso limitado olhar e nosso limitado saber”. Assim sendo, fica entendido que o processo metodológico na pesquisa qualitativa se constitui nos caminhos para se chegar ao conhecimento através do pensamento dos atores sociais. Em outras palavras, se trabalha com as produções humanas e suas representações nas sociedades e no mundo.

A importância desse estudo se deu partindo da premissa de que, o trabalho docente é intelectual e que a aprendizagem se dá de forma espontânea e informal, ocorre nas múltiplas situações de vivência no cotidiano (Lukes, 2008, p. 131) e, por ser fruto da procura e troca de informações e, pela investigação cuidadosa de algo, para se alcançar um propósito. Portanto, intencional, visto que o professor trabalha visando oferecer condições efetivas de aprendizagem propondo conteúdos socioculturais que estimulam a aprendizagem

Desse modo teve-se como problema norteador do estudo o questionamento. Qual o entendimento do professor de Língua Portuguesa do IFPA sobre o Proeja? Mediado pela história de vida, pautando-se também, na visão do programa de LP (o que se quer fazer aprender) e como os professores concebem o programa em questão.

Considerando, a questão norteadora, e o objetivo desta averiguação, o procedimento investigativo se deu apoiado na abordagem qualitativa, não descartando o uso da quantitativa, impondo-se a relevância de que a primeira se apresentou como a mais adequada à realidade, e por oferecer possibilidades de compreender o entendimento docente sobre o Proeja e, sobre o programa de Língua Portuguesa, uma vez, que a experiência e a fala cotidiana dos atores sociais, em especial dos docentes, podem revelar consenso ou divergência de idéias sobre o objeto da pesquisa. Assim como, por considerar importante o argumento de ordem ética, política e metodológica que instrui Poupert (2008, p. 216), a entrevista qualitativa parece necessária, na qualidade de instrumento privilegiado de acesso as experiências, a compreensão e ao conhecimento interno dos dilemas e questões enfrentados pelos atores sociais, coadunando com o que defende Minayo (2008, p. 21), “A pesquisa qualitativa (...) trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

A pesquisa ocorreu no Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA, localizado na Avenida Almirante Barroso nº 1155, Bairro do Marco, uma Instituição de Educação profissional pública, gratuita, atendendo a jovens e adultos, consolidada na comunidade paraense. Historicamente, é freqüentada por sujeitos pertencentes aos seguimentos menos favorecido da sociedade.

As buscas das informações foram viabilizadas por meio de realização de estudos bibliográficos da literatura que versa sobre EJA/Proeja, análise documental das legislações vigentes que regularizam o processo de implementação do Proeja; Documento-Base do programa; textos oficiais tais como: a LDB nº 9.394/96, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, o Documento Básico do Exame Nacional do Ensino Médio, Decreto nº 2.208/1997, o Decreto nº 5.154/2004 e

Decreto nº 5.840 de 13/07/2006. Foram também entrevistadas, que por se tratar do conhecimento de um conjunto de dados de um indivíduo denomina-se, depoimento de história de vida.

Essa fase da investigação ocorreu, também, no IFPA tendo em vista que a pesquisa qualitativa se aprofunda no mundo dos significados e, a fala como produto resultante da elaboração do pensamento, consiste numa articulação de vários fatores que traduzem múltiplas experiências. Participaram da pesquisa 05 professores; sendo dois deles os gestores mediadores do processo que culminou com a implantação do Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos e Programa da Educação de Nível Médio Integrada a Educação de Jovens e Adultos – Proeja, e três deles, professores de Língua Portuguesa que atuam ou atuaram no processo ensino-aprendizagem do Proeja, pois partiu-se do princípio de que o professor, na medida em que observa a si próprio e ao produto de seu trabalho, dá um passo atrás se distanciando dos conflitos imediatos, tornando-se dotado de capacidade para ampliar a visão de mundo que o cerca.

A condução das entrevistas foi efetivada de modo que a obtenção e análise dos dados surgiram como consequência do roteiro de perguntas estruturadas e abertas, com gravações em áudio, fotografias, e cópias de documentos que possibilitaram a compreensão das idéias principais, em função das experiências pessoais dos sujeitos participantes da pesquisa, resguardando-se a espontaneidade das informações a fim de se obter uma livre narrativa dos fatos.

A História de vida do Professor do Proeja no IFPA não foi inicialmente o objeto de estudo, visto que a linha de pesquisa no Programa de Pós-graduação em Educação da UFC na qual obtive a aprovação tratava de “avaliação curricular” e tinha como objeto a estruturação e organização dos elementos predominantes e norteadores que definiram o currículo e o perfil da habilitação em informática do Proeja no CEFET-PA. No entanto, a razão da minha escolha em privilegiar o primeiro deu-se pelo grau de envolvimento com os profissionais de Língua Portuguesa, e pela confiança e contribuição de caráter moral, intelectual e científico que o professor Dr. José Gerardo Vasconcelos empreendeu para que o processo de construção do estudo se realizasse. E,

também, pela história oral inscrever-se entre os procedimentos do método qualitativo, principalmente, nas áreas de conhecimento histórico, antropológico e sociológico. (DELGADO, 2006, P. 18)

Memória e História são processos sociais, são construções dos homens, que têm como referências a experiências individuais e coletivas inscritas no quadro da vida em sociedade (Delgado, 2006, P. 50).

Dessa forma, evoca-se o conceito de memória pela capacidade que o homem possui de aquisição, armazenamento e recuperações de informações, seja internamente, pelo processo biológico, ou, externamente, nos processos artificiais. É nesse sentido que a memória, ao constituir-se como fonte informativa para a história, constitui-se também como fundamento de identidades, mediante um processo dialético e potencial renovável, que contém no seu âmago as marcas do passado e as indagações e necessidades do tempo presente. (DELGADO, 2006, p. 51).

A história oral como testemunho ou comprovação de processos e eventos ocorridos no passado tem como ponto de partida as experiências individuais e coletivas. E o passado espelhado no presente reproduz, através das narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos pela reconstituição do que se passou segundo cada depoente (DELGADO, 2006, p. 16).

Percebeu-se, pelas definições teóricas, que trabalhar a história de vida dos professores de Língua Portuguesa do Proeja no IFPA, uma vez que trata-se de um Programa de Educação de Jovens e Adultos, se faria necessário, trabalhar com as categorias EJA/Proeja, história de Vida e Língua Portuguesa, a fim de se tecer uma visão histórica da EJA no Brasil, assim como da Instituição, de forma que a convergência a esse processo inicial de EJA pudesse se relacionar ao objeto de estudo. Dessa forma, este se apresenta dividido em três capítulos.

O primeiro capítulo apresenta de forma singular o caminho percorrido pela EJA no Brasil como um conjunto diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição de conhecimentos básicos, não abrangendo o âmbito do processo de práticas profissionais, nem as diversidades de experiências de formação sociocultural. Destaca alguns programas de

educação de adolescentes e adultos, desenhados, implementados e transformados nas exigências políticas e sociais a que cada um foi submetido. E atribui o desenvolvimento e funcionamento da EJA no Brasil às movimentações de luta pelo direito a educação em conformidade com a lei.

O segundo capítulo esboça o perfil histórico-institucional do IFPA e a relação com a EJA, da qual foi espaço físico-temporal de uma educação basicamente assistencial constituída num mecanismo de presença e barganha política voltada aos menos favorecidos socialmente, transformando-se numa instituição educacional integradora compromissada com a oferta da educação profissional e tecnológica, como processo educativo em todos os níveis e modalidades de ensino.

Já o terceiro capítulo foca o processo que possibilitou a origem, desenvolvimento e implantação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, inter-relacionado com a história de vida dos professores de Língua Portuguesa presente nos relatos dos depoentes através das entrevistas de trajetória de vida. Um autorretrato em descrição pelo ato de narrar possibilitou a análise do entendimento desses profissionais sobre o Proeja e a visão do atendimento daquilo que se quer fazer aprender (Programa de Língua Portuguesa) a essa parcela da população.

## **CAPÍTULO I**

### **1. PANORAMA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A educação de jovens e adultos é compreendida como um conjunto muito diverso de processos e práticas formais e informais relacionadas à aquisição ou ampliação de conhecimentos básicos, de competências técnicas ou de habilidades socioculturais, em que muitos desses processos se desenvolveram e se desenvolvem de maneira menos sistemática, seja no ambiente familiar, nos locais das atividades trabalhistas, em instituições religiosas, nos meios de comunicações e outras fora do ambiente escolar, tornando intrincada em seu entendimento por se apresentar de maneira difícil ou complicada, de acordo com Haddad (2000, P. 108). Isso obscurece sua historicidade, pelas ações de práticas formativas que a EJA compreende em sua amplitude, e por SE estender a quase todos os domínios da vida social, pois, tem como berço a educação popular com suas diversidades e influentes movimento ao longo do percurso histórico.

São acontecimentos que se reproduzem sucessivamente numa diversidade processual que deixam, também, de considerar a relevância da educação para um País em desenvolvimento. Historicamente, o olhar mais ponderativo de atribuição valorativa à EJA teve sua ocorrência na segunda metade do século XX, período em que esta adquiriu “identidade e feições próprias” no dizer de Haddad (2008); visto que no período colonial, os religiosos já desenvolviam atividades missionárias inerentes à ação educativa, contribuindo com a aprendizagem em grande parte de jovens e adultos. Além da contribuição da transmissão de normas de comportamento e o ensinamento de ofícios necessários ao funcionamento da economia colonial, assim como à obtenção de recursos necessários a subsistência do indivíduo e de seus dependentes. O desenvolvimento desse processo teve seu início com os indígenas, extensivos aos escravos, aos negros, aos colonizadores e seus filhos, vindo acontecer sua desorganização com a expulsão dos Jesuítas em 1759. O próprio Haddad (2008) declara que a partir daí volta-se a falar em EJA

somente no período imperial, com garantia ao direito da instrução primária a todos os cidadãos, estendido pela Norma Constitucional de 1824.

Vale ressaltar esse ponto de vista. No entanto, este não abrange o âmbito das práticas profissionais, nem as diversidades de experiências de formação sócio-cultural das pessoas jovens e adultas, que se realizaram fora dos processos de escolarização. Mas, enfatiza que o direito à escolarização básica para todos não passou de intenção regulamentada por lei, uma vez que no período do Império só possuía cidadania uma pequena parcela da população pertencente à elite econômica, à qual a educação primária era admitida como direito, excluindo-se os negros, os indígenas, e grande parte das mulheres. E, também, porque o Ato Adicional de 1834 contribuiu para que se confirmasse essa exclusão ao conceder às províncias responsabilidade pela educação básica reservando ao governo imperial o direito sobre a educação das elites, e este, delegando a instâncias administrativas com menores recursos, a administração da educação à população mais carente HADDAD, 2000. P. 109).

O autor afirma que, somente na primeira república, com a Constituição de 1891, a União assume um papel maior no ensino primário e secundário em face à descentralização das províncias e dos municípios às responsabilidades pelo ensino básico. No entanto, mais uma vez é garantida às elites uma educação de qualidade em relação a amplas camadas sociais marginalizadas; mesmo tendo a primeira república se caracterizado pela grande quantidade de reformas educacionais.

O professor Haddad, ao referir-se a Escolarização de Jovens e Adultos, aponta o Censo de 1920, realizado 30 anos depois da constituição da primeira república, indicando que 72% da população acima de cinco anos permaneciam analfabetas no País, e afirma que até esse período não havia uma atenção dirigida à educação de jovens e adultos que pudesse distinguir-se, como pensamento pedagógico, ou política educacional específica. Essa ocorrência somente viria acontecer em meados da década de 1940.

A partir de 1920, o movimento de educadores e da população em favor de melhorias da qualidade de educação já iniciava o estabelecimento de condições favoráveis à implementação de políticas públicas para educação de

jovens e adultos, passando a exigir do Estado responsabilidades por esses serviços em caráter definitivo. Pois já existia, também, uma preocupação da população e das autoridades brasileiras no que diz respeito à precariedade da educação no País, quando comparada a outros países da América Latina ou do resto mundo. Essa mudança de pensamento político-pedagógico na primeira República está associada ao processo de mudança social inerentes ao início do processo de urbanização e industrialização do Brasil e ao estabelecimento pelas elites do “direito à educação para todos” – sem propiciar as condições necessárias à sua realização, um direito que cada brasileiro deveria assumir perante a sociedade” (HADDAD, 2000. p. 110).

### **1.1. A EJA Como Política Nacional.**

Em decorrência do pensamento político-pedagógico atinentes ao “direito a educação para todos”, (FERAZ *et al*, 1984, p. 691) *apud* HADDAD, 2000, p. 110) aponta que já se configurava na Constituição de 1934 uma nova concepção que:

Superando a idéia de estado de direito, entendido apenas como o Estado destinado a salvaguarda das garantias individuais e dos direitos subjetivos, para pensar-se no Estado aberto para a problemática econômica, de um lado, e para a problemática educacional e cultural, de outro.

Esse novo pensamento caracteriza-se pela associação a uma dívida para com a educação, na qual a nação tem o dever de preparar o indivíduo para a inserção na sociedade e o exercício da cidadania com responsabilidades à melhoria de vida social e econômica. Compreende-se, na manifestação de Haddad e Di Pierro (2000) que a essa Constituição vincula constitucionalmente receita para manutenção e desenvolvimento do ensino, e determina de maneira clara as esferas de competência da União, dos estados e municípios em matéria educacional, a reafirmação do direito de todos e o dever do Estado com a educação. Assim como estabeleceu uma série de medidas que proporcionaram um movimento de entrega e cobrança do setor público relativo às responsabilidades designadas pela sustentação, progresso e



aumento na qualidade da educação. Nessas circunstâncias, a educação de adultos veio se firmar como política educacional da década de 1940, mas as condições para essa ocorrência surgiram e configuraram-se em período anterior, ou seja, com a Constituição de 1934, através do Plano Nacional de Educação, de responsabilidade da União, que deveria incluir o ensino primário integral e gratuito e de frequência obrigatória. Esse ensino deveria ser extensivo aos adultos, caracterizando assim, o reconhecimento e tratamento especial à EJA.

No que diz respeito à implantação da EJA advinda das responsabilidades delegadas à União para manutenção e desenvolvimento da educação prevista na Constituição de 1934, registra-se, sua origem a partir da criação do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP, em 1938, que desenvolveu estudos e pesquisas em educação, e mediante isso, deu existência ao Fundo Nacional de Ensino Primário no ano de 1942, o qual teve como objetivo, realizar um programa educacional progressivo, de ampliação a educação primária de forma que fosse incluída a educação de jovens e adultos.

Em período posterior, mais especificamente em 1945, ocorre a regulamentação do Fundo e é estabelecido que 25 % dos recursos recebidos dos auxílios a ele concedidos deveriam ser investidos num plano geral de Ensino Supletivo destinado a adolescentes e adultos. Configura-se, assim, o nascimento da EJA no Brasil como forma de ajudar no cumprimento do direito a educação que constitucionalmente foi delegada a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção de classe.

Desenha-se, a partir daí, movimentações de lutas contínuas em prol do funcionamento de forma legal da EJA no Brasil; assim como se desenvolve, no âmbito das relações internacionais, movimentações em prol de uma educação de jovens e adultos capaz de proporcionar possibilidades de desenvolvimento individual, social e econômico junto às nações consideradas como as que não acompanharam o progresso da civilização e a evolução dos costumes, do conhecimento e da informação, como aproveitamento, conveniente e necessário às possibilidades de crescimento e progresso. E, a UNESCO, fundada em 16 de novembro de 1945, supostamente com o objetivo de contribuir para a paz e segurança no mundo, mediante a educação, a ciência, a

cultura e a comunicação, visando principalmente, à redução do analfabetismo, já denunciava ao mundo, as dimensões representativas das desigualdades sociais entre os países, e atenta, clamava para o papel que a educação deveria desempenhar, em especial, a de jovens e adultos, de forma tal que essa população que esteve fora do ambiente escolar por motivos alheios a sua vontade pudesse participar do desenvolvimento de seu país, quando de posse do direito de exercitar e praticar uma educação de qualidade.

Pode-se dizer que essa movimentação contribuiu de forma positiva para que em 1947, o Departamento Nacional do Ministério da Educação e Saúde instalasse o Serviço de Educação de Adultos – SEA, com a finalidade de reorientar e coordenar os trabalhos dos planos anuais de ensino supletivo para jovens e adultos analfabetos. Esse movimento em favor dos adolescentes e adultos perdurou até os fins da década de 1950, com a denominação de Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos – CEAA, influenciando significativamente os estados e municípios no atendimento à educação de jovens e adultos, posteriormente preservadas pelas administrações locais. Mais adiante, duas outras campanhas em prol da educação de jovens e adultos foram organizadas pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC: uma em 1952 – a Campanha Nacional de Educação Rural, e outra em 1958 – a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo. Ambas tiveram vida curta e pouco realizaram, (HADDAD, 2000, p. 111).

O Estado brasileiro, a partir de 1940, aumenta suas atribuições e responsabilidades, para com a educação de jovens e adultos, tratando do tema como política nacional; com atuações estratégicas em todo o território nacional, e vinculação de verbas de forma que a ação do estado pudesse ser entendida como expansão, dos direitos sociais e de cidadania, em resposta às exigências das amplas massas populares por mais e melhores condições de vida. Essa ação do Estado passava a se concretizar como política pública de grande alcance, com a extensão de oportunidades educacionais cada vez mais amplas a essa camada da população. Mas, visava também qualificar minimamente a força de trabalho caracterizando assim, o desenvolvimento das potencialidades individuais, de maneira que pudesse dar bom andamento aos projetos nacionais de desenvolvimento propostos pelo governo federal. Portanto, a

educação de jovens e adultos passa a ser condição necessária para que o Brasil se realizasse como Nação em desenvolvimento. As intensificações das movimentações populares e das forças intelectuais durante o período de 1940 e 1950 fizeram cair, em 1960, o índice de analfabetismo de pessoas acima de cinco anos de idade, para 46,7 %; no entanto, permanecia reduzido o índice de escolarização do País em relação a médias dos países do primeiro mundo, assim como, de vários vizinhos latino-americanos.

## **1.2. O Avanço da Educação de Jovens e Adultos**

Com as extensões e amplitudes das oportunidades educacionais estrategicamente postas em todo o território nacional, as melhorias no processo de desenvolvimento da EJA tiveram início na década de 1960, com a redução do analfabetismo em 25.93 %, se comparado ao primeiro censo ocorrido na década de 1920. Esse avanço, historicamente concretiza-se nos anos seguintes, até 1964, constituindo-se um momento significativo na educação de jovens e adultos. Pois, já em 1958, no Rio de Janeiro, se dava um passo de longo alcance para EJA, com a realização do II Congresso de EJA, ainda ligado a Campanha de Educação Adolescentes e Adulta – CEAA. Ali, reconhecia-se a atuação dos educadores de adultos, embora organizada em forma de subsistema, ou seja, apresentava as mesmas características da educação infantil, na qual considerava o adulto como ser imaturo e ignorante que deveria ser adequado com as mesmas propostas conteudista da escola primária (PAIVA, *Apud* HADDAD, 2000, p. 209).

Recorda ainda Haddad que, como parte desse movimento em prol da EJA, o Seminário Regional Preparatório ao Congresso, realizado em Recife, contou com a presença do professor Paulo Freire. Nesse seminário,

(...) sugeriam os pernambucanos a revisão dos transplantes que agiram sobre o nosso sistema educacional, a organização de cursos que correspondessem à realidade existência de alunos, o desenvolvimento de um trabalho educativo “com” o homem e “não” para o homem, a criação de grupo de estudos e de ação dentro do espírito de auto-governo, o desenvolvimento de uma mentalidade nova no educador, que deveria sentir-se participante no trabalho de soerguimento do país; propunham, finalmente, a renovação dos métodos e

processos educativos, substituindo o discurso pela discussão e utilizando modernas técnicas de educação de grupos com a ajuda de recursos audiovisuais (PAIVA, *Apud* HADDAD, 2000, p. 210).

Todos esses temas prescindem apresentações porque, sem dúvida alguma, prevaleceram posteriormente no II Congresso de EJA, marcando, historicamente, um novo momento no pensar dos educadores e um novo período de desenvolvimento para a educação de jovens e adultos no Brasil. Um processo de desenvolvimento histórico em que diversos grupos realizaram esforços em favor da educação adulta para a preparação e participação da vida política da Nação brasileira, buscando, junto às camadas populares, formas de sustentação política para o melhor desenvolvimento no pensar a educação de adolescentes e adultos.

Dentre os conjuntos de ideias propostas pelos grupos pensantes destacaram-se as do nacional-desenvolvimentismo, a do pensamento renovador cristão e a do Partido Comunista e, por suas importâncias, provocaram uma nova forma de raciocinar a educação de jovens e adultos, de forma organizada, elevando à condição de educação política, através da prática educativa de refletir o social, além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos, como assinala Haddad (2000, p. 113)

A esse propósito, o autor considera relevantes os acontecimentos, as campanhas e programas no campo da educação de jovens e adultos, no período que vai de 1959 a 1964, na perspectiva de mover à frente, expandir-se, estender-se com maior evidência a EJA. Foram eles, entre outros: O Movimento de Educação de Base, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, estabelecido em 1961, patrocinado pela União; o Movimento de Cultura Popular do Recife, a partir do ano de 1961; os Centros Populares de Culturas, órgão culturais da União Nacional dos Estudantes; a Campanha “De Pé no Chão, Também se Aprende Ler”, da Secretaria Municipal de Natal; e, finalmente, em 1964, o Programa de Alfabetização do Ministério de Educação e Cultura, que contou com a presença do Professor Paulo Freire.

Os objetivos desses programas visavam conduzir, através do pensamento político-social, a participação da classe social menos favorecida,

com ingresso no programa de escolarização básica de adultos, mas também procuravam o reconhecimento de forma autêntica de seus ideais pelos caminhos das práticas educacionais. Características que, passaram a ser reconhecidas na época pela exigência de tratamento próprio, ou, pertencente à EJA nos planos pedagógico e didático; contribuindo para que a relevância do exercício do direito de todos os cidadãos de ter acesso aos conhecimentos universais fosse unida à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais, e a educação de adultos fosse reconhecida como poderoso instrumento de ação política e de valorização e resgate da cultura popular, na concepção de Haddad (2000. P. 113)

### **1.3. A EJA após 1964**

Um problema posto em destaque por Haddad (2000. p.113) foi o golpe militar de 1964, o qual produziu interrupção de continuidade política provocando um resultado repressivo aos movimentos de educação e culturas populares, levando seus dirigentes a serem perseguidos, presos e seus ideais, censurados, assim como, programas interrompidos e desmantelados, e seus materiais pertinentes confiscados.

Nesse contexto, o programa de Movimento de Ação de Base da CNBB foi tolhido, não somente pela ação repressiva do Estado como resposta a atuação de EJA, cuja natureza política contrariava nos interesses governamentais, como também, pela própria hierarquia católica, transformando-se, nos anos 70, mais num instrumento de evangelização do que uma educação que conduzisse à reflexão social com vista à democratização de oportunidades educacionais.

No entanto, no decorrer das ações repressivas, alguns programas de caráter conservador foram mantidos e até mesmo incentivados, como a Cruzada de Ação Básica Cristã – ABC. Dirigida por evangelhos norte-americanos, e de procedência recifiana, o programa ganhou caráter nacional na intenção de ocupar espaços de movimentos de cultura popular, tornando-se praticamente um programa semi-oficial. A partir de 1968, foi se acumulando uma série de crises, e progressivamente o programa foi se extinguindo, nos

vários estados entre os anos de 1970 e 1971 em função das críticas que vinha recebendo, acentua Haddad (2000. P. 114).

Ressalta o autor que, sob a denominação de “educação popular”, de forma dispersa, diversas práticas educativas, quase clandestinas, foram desenvolvidas no âmbito da sociedade, umas tiveram vida curta, outras subsistiram durante o período autoritário. Mas o processo de escolarização básica de jovens e adultos não poderia ser abandonado por parte do Estado, pelo fato de representar um dos canais mais importantes de mediação entre o Estado, grupos sociais, partidos e outros segmentos da sociedade em geral. E mais, diante das comunidades nacional e internacional, não se justificaria a proposta de desenvolvimento de um grande País com a manutenção dos baixos níveis de escolaridade, pois havia a necessidade de responder ao direito de cidadania, mediante a preparação educacional e profissional de indivíduos que atendessem ao interesse hegemônico do modelo econômico do regime imposto.

Dentre os Níveis e Modalidades de Ensino, programas educacionais e legislações, objetivando, habitualmente, à preparação para o trabalho às classes sociais que não usufruíam do favorecimento ou benefício da elite brasileira, surge a Lei 5.379/1967, fruto de um trabalho realizado por um grupo interministerial na busca de alternativa ao trabalho da Cruzada ABC, e com ela ergue-se o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL, promulgando em seu artigo 1º, atividades prioritárias do Ministério de Educação e Cultura; a alfabetização funcional e a educação continuada de adolescentes e adultos, visando conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo, como meio de integrá-la à sociedade através de todas as promoções de alfabetização e educação, noções de conhecimentos gerais, técnicas básicas, práticas educativas e profissionais, permitindo melhores condições de vida.

Por conseguinte, a implantação do Ensino Supletivo, através da promulgação da Lei 5.692/1971, a qual reformulou as diretrizes de ensino de primeiro e segundo graus objetivando, em seu Art. 1º, proporcionar ao educando a formação necessária à sua autorealização como possível forma de alcançar a qualificação para o trabalho pelo pleno desenvolvimento das

potencialidades ao exercício da consciente cidadania. Para isso, tornou obrigatório, dentre outras, a disciplina Educação Moral e Cívica, como possível forma de conduzir essa consciência, naquilo que se recomenda praticar, mas sem considerar que a auto-realização, é também, um processo criativo e recreativo que eleva o indivíduo a condição de ser socialmente desenvolvido. Em seu Art. 24, itens A e B, atendendo aos preceitos do Ensino Supletivo, a LDB determinou remediar a regularização escolar para adolescentes e adultos que não haviam concluído na idade própria, assim como proporcionar a continuidade dos estudos de aperfeiçoamento para aqueles que seguiram o ensino regular no todo ou em parte. E, como um conjunto de medidas, é, no Art. 25, a abrangência, das necessidades em atender a iniciação no ensino de ler, escrever e contar, como ação inerente ao progresso e desenvolvimento da nação.

A Lei 5.379/67 dá ênfase à pessoa humana, como se pessoas não fossem humanas, capazes de compreensão e de progressivamente tornarem-se conscientes de sua individualidade e da sociabilidade. Aliás, o termo pessoa é uma designação ao indivíduo por ser portador de qualidades que são atribuídas estritamente à espécie humana, que é dotada de racionalidade e capacidade de agir, criar, discernir direitos, obrigações, valores, distinção de fala em primeira, segunda e terceira pessoa e outras condições como aprovar, aceitar, recusar, etc., tendo por objetivo a ascensão escolar e a melhoria de vida; não levou em consideração, os problemas sociais e econômicos ocasionados pelo sistema capitalista, sobre a reflexão de que aprender ler, escrever e contar, é suficiente para que o indivíduo se desenvolva culturalmente e socialmente para melhorar de vida, ou, aperfeiçoar-se para proporcionar sua inserção na sociedade e na economia do país, gozando dos direitos de cidadania que entre tantos outros, são aqueles que vinculam as atividades técnicas e intelectuais com vistas ao desenvolvimento de aptidões.

Assim, assinala Haddad (2000), em 1969, a fundação começa a distanciar-se de sua proposta inicial de empreendimento e valorização da educação, lançando-se numa campanha de massa em que, pressionada pelo regime militar, buscava de um lado atender aos objetivos de uma resposta a jovens e adultos marginalizados do sistema escolar e, de outro, atender aos

objetivos político-administrativos dos governos militares. No decorrer desse movimento, assume a Presidência do MOBREAL o economista Mário Henrique Simonsen, o qual, mediante articulações, procurou vender à sociedade a relevância do programa conforme objetivos que se constituíam em aprimorar a linguagem oral e escrita e desenvolver a capacidade de aprendizagem, aplicando os conhecimentos adquiridos em situações de vida prática. Adquiriu recursos ao programa em 1% do Imposto de Renda devido às empresas, complementada por 24 % da renda líquida da Loteria Esportiva, e, junto com o coronel Jarbas Passarinho, passam a divulgar junto às empresas a idéia de que estas poderiam contar com a força de trabalho alfabetizada, pois o país finalmente em 10 anos acabaria com essa ferida, o analfabetismo.

É necessário lembrar que o Mobral foi criado com três características essenciais: a primeira, que tratava dos recursos financeiros, dependia, também, de verbas orçamentárias da União. A segunda constituía-se de organização operacional descentralizada, através de comissões espalhadas nos municípios, as quais promoviam o recrutamento de analfabetos, salas de aulas, professores e monitores, e eram constituídas de representantes comunitários. A terceira foi a centralização do processo educativo através da Gerência Pedagógica, que funcionava no papel central do programa e se encarregava de organização da programação, da execução, da avaliação e treinamento de pessoal, conforme as diretrizes estabelecidas pela secretaria executiva. Em relação a isso, expressa-se claramente o professor Haddad (2000) que, essas características foram criadas para atender aos objetivos políticos de uma campanha com controle doutrinário identificada pela base conservadora e que tinha como objetivo garantir a amplitude do trabalho e a centralização dos objetivos políticos e de recursos a fim de garantir sua mobilidade e autonomia.

A atuação do Mobral inicialmente foi dividida em dois programas, como mostra Haddad (2000): o Programa de Alfabetização e o Programa de Educação Integrada – PEI, correspondendo a uma versão compacta do curso de 1ª a 4ª séries do antigo primário, mas que, na sua atuação, não se restringiu a isso, pois, se integrou a outras estruturas educacionais pela constituição de convênios que ultrapassaram os mantidos com as comissões municipais e



secretarias de educação, tais quais órgãos confessionais e governamentais, a exemplo, da Cruzada Evangélica de Alfabetização, através do Departamento de Educação Básica de Adultos e da a educação de base de órgãos como a CNBB, SENAC, SENAI, Serviço de Rádio Difusão educativa do MEC, Centro Brasileiro de TV Educativa – FCBTVE, Fundação Padre Anchieta e outros.

No que diz respeito ao PEI, o Conselho Federal de Educação, em 1973 reconheceu sua equivalência com o ensino primário, e autorizou o Mobral a expedição de certificados referendados pelas secretarias municipais e estaduais de educação; responsabilidades que subsistiram até o ano de 1976, quando se tornou possível ao programa firmar convênios com escolas particulares, numa clara demonstração de autonomia em relação às secretarias de educação, colocando-se fora do controle dos organismos estaduais e municipais de ensino. No entanto, essa autonomia não foi expressão suficiente de um resultado que pudesse evitar críticas ao programa concernente ao pouco tempo destinado à alfabetização de jovens e adultos, e aos critérios de verificação de aprendizagem. Pois, para se evitar uma regressão dos resultados que mantivessem os objetivos primordiais, seria preciso necessariamente dar continuidade nos estudos de educação escolar integrada e não a outros tipos de interesses, tal qual os de formação rápida de recursos humanos, em atendimento aos interesses industriais e empresariais com vistas a um pretenso crescimento e/ou desenvolvimento do País.

O governo Federal, com a criação do Mobral, não somente objetivava a erradicação do analfabetismo num decênio, mas também, propunha alfabetizar funcionalmente jovens e adultos de maneira a permitir a integração social dessa camada da população que estivera impossibilitada de frequentar a escola por motivos alheios a sua vontade ou por necessidades pessoais frequentes em período anterior.

Embora tenha se expandido por todo o País no final da década de 70, e ampliado seu quadro de atuação até as quatro primeiras séries do ensino fundamental, as metas a serem atingidas pelo programa distanciaram-se do compromisso inicial, ou seja, as bases do analfabetismo não se alteraram de modo a permitir que a principal preocupação do Movimento que era a aprendizagem da leitura, da escrita e da contagem avançasse, porque essas

ações, embora básicas e necessárias, por si só não reuniam e nem reúnem elementos necessários à formação educacional do homem e muito menos a social, a profissional, e outras como um todo. E, mais, a singularidade do objetivo principal não se preocupou criticamente em considerar a realidade existencial do educando, e sim com a formação básica de mão-de-obra numa prática educativa que vem se estendendo desde o Brasil Império, que é dar ênfase ao atendimento as exigências imediatas de produção local e nacional, tendo em vista o crescimento econômico, mas incluindo também, o social como mera representatividade de sonhos pretensos a realizações.

Dom & Ravel (anos 70) através da música “Você Também é Responsável” reproduzem parte dessa realidade; a realidade de ser e a do ter a intenção de ser, de se projetar, de possuir algo mais, de se apresentar ao mundo, de fazer parte do mundo; do mundo social; do mundo de desenvolvimento técnico e tecnológico; do mundo da literatura e diversos outros mundos. Participar do mundo, não apenas como mero número de contínuos sentidos que o descrevem e o apontam como símbolo representativo da ignorância, indivíduo sem instrução, que desconhece determinados assuntos, o que nas palavras de Soares (2006, p. 30) é aquele que “é privado do alfabeto (...) que não sabe ler nem escrever”, mas, como jovens e adultos capazes de fazer uso adequado da leitura e da escrita como atividade social e como mecanismo para percorrer a história através dos tempos, pela percepção dos símbolos e dos signos como resultado ou consequência de emissão, transmissão e recebimento de conhecimento para o domínio pleno das regularidades e irregularidades estabelecidas pelos sistemas processuais.

A arte poética simboliza o povo brasileiro, num clamor, como representante moral pela educação de jovens e adultos, para a noção exata das responsabilidades impostas pelo sistema governamental. É uma súplica ou protesto, que faz dos artistas citados, não apenas intermediários, mas procuradores de uma classe da sociedade brasileira que roga com intensidade e singularidade por aquilo que representa para o indivíduo e para a sociedade um grau maior de conhecimento como forma de compreender o mundo e se compreender no mundo, quando recitam com entonação e estilo a poesia adotada pelo coronel Jarbas Passarinho como “Hino do MOBREAL”:

Eu venho de campos, subúrbios e vilas,  
Sonhando e cantando, chorando nas filas,  
Seguindo a corrente sem participar,  
Me falta a semente do ler e contar

Eu sou brasileiro anseio um lugar,  
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar

Você também é responsável,  
Então me ensine a escrever,  
Eu tenho a minha mão domável,  
Eu sinto a sede do saber

Eu venho de campos, tão ricos tão lindos,  
Cantando e chamando, são todos bem vindos  
A nação merece maior dimensão,  
Marchemos prá luta, de lápis na mão

Eu sou brasileiro, anseio um lugar,  
Suplico que parem, prá ouvir meu cantar

Este poema é uma representação, por analogia, do ser social que necessita não somente aprender a ler, escrever, contar, alfabetizar-se, mas, também, letrar-se. É a configuração do exame de consciência por meio do entendimento sobre um recurso que possibilita ao homem obter conhecimento, ser versado, exercitar a prática da ponderação e atribuir valores, porque, leitura e escrita são prazer, lazer, estar em diferentes lugares e sob diferentes condições; ler e escrever é conhecer, é seguir instruções, é usar a interpretação, é fixar o pensamento seguindo um determinado critério para se orientar no mundo, é descobrir a si mesmo pela ação de ler e escrever, de analisar, de refletir, de explicar ou aclarar o sentido da palavra, de ajuizar, de criar e recriar, de aprender a viver, ou seja, é muito mais que alfabetização; é o

modo de ser ou situação de quem se envolve nas variadas práticas sociais de leitura e escrita, ou, o que define Soares (2006, p. 47), letramento é “o estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais e usam a escrita”. Uma forma de responder às demandas sociais de acordo com as exigências de uso social.

O homem do campo ou urbano, esse indivíduo que apresenta um maior grau de complexidade, com dualidade de corpo e espírito, portador de inúmeras qualidades necessárias a empreendimentos individuais e sociais, que possui força e desejo; desejo de viver, crescer, viajar, realizar sonhos, dar vida a sua imaginação, torná-la realidade, ele é também um homem dotado de singularidades, que trabalha em equipe, que executa ordens, cria, recria, e se alimenta de um conjunto de pensamentos que envolvem doutrina, filosofia, teoria, ponto de vista, opinião, conhecimentos locais, regionais e de mundo.

Esse homem representado intencionalmente pelo poema tem sede; sede de conhecimento, de desenvolver sua capacidade criativa, de seguir sua linha de pensamento, de conhecer a nação, de ajudá-la a progredir, de ascender intelectualmente e contribuir com a sociedade, discutir política, meio ambiente, arte, cultura, economia, desenvolvimento social. É um homem que precisa não somente da semente do ler e contar, mas sim, atingir maturidade intelectual para ser participativo, a fim de poder medir a relevância que o desenvolvimento sócioeconômico representa à sociedade e à nação, por isso, clama fervorosamente “A nação merece maior dimensão, marchemos prá luta, de lápis na mão”.

É um homem que possui a ânsia de ocupar um espaço social, no qual possa compreender e ser compreendido, um espaço em que possa se descobrir de diversas maneiras como forma de contribuição social e econômica; um homem que precisa fazer uso social da língua, falar diferente, agir diferente, pensar diferente, ou seja, possuir um conjunto de fatores que variam de habilidades a conhecimentos individuais e sociais, como maneira de fomentar valores éticos e atitudes racionais e solidárias no seu grupo social.

Pode-se dizer que faltou muito para que sonhos se realizassem, espaços fossem conquistados, práticas sociais de leituras e escritas fossem cultivadas para que objetivos, de uma educação integrada se tornassem

realidade, e que a principal preocupação do movimento, se tornasse efetiva e atendesse aos interesses industriais, empresariais e principalmente sociais, porque, uma oferta educacional que somente ensine a ler, escrever e contar, não se torna um legado à posteridade, mas sim, relega e elimina as possibilidades de criação e recriação, da prática do aprender, do conhecer, do discernimento e das reflexões que a prática da leitura e da escrita representa como contínua atividade sócio-cultural.

Embora tenha representado um avanço na sistemática de alfabetização no País, a historicidade do MOBRAL como plano educacional não serviu para a erradicação do analfabetismo entre os cidadãos brasileiros adultos; pelo contrário, sua nomenclatura, desde sua criação e implantação, já servia de motivos para gracejos, lorota, ironia ou zombaria, por meio de atitudes ou palavras mal intencionadas que visavam diminuir o valor individual e social do adulto em face às dificuldades de aprendizagem que o tempo e, ações educacionais impuseram. Não preencheu o sonho da conquista proferida em alta voz na representação poética “de lápis na mão domável pela sede do saber”. Também, não tornou possível a proposição principal como prioritária e permanente instituída no Art. 1º da Lei 5.379/67, a alfabetização funcional e, principalmente, a educação continuada de adolescentes e adultos; um compromisso do reconhecimento de cidadania as responsabilidades dos dirigentes da Nação e, um compromisso dos educadores por uma educação que possibilitasse ao adulto o desenvolvimento de suas habilidades e potencial. Pois, a educação representa em todas as idades, um caminho a ser percorrido e um poderoso instrumento em favor da justiça social, do exercício da cidadania e igualdade entre os homens, além, de condição necessária na qual todo indivíduo se torna capaz de construir um mundo melhor através do diálogo.

Nesse contexto, a frase “você também é responsável”, título do poema que se repete no primeiro verso da terceira estrofe, é, juntamente com o segundo, terceiro e quarto verso “então me ensine a escrever, eu tenho a minha mão domável, eu sinto a sede do saber”, é posto não só como ditame, mas também como recurso do sistema político e educacional, a partir do momento em que o poema é intitulado o “Hino do MOBRAL”; um recurso aliado

ao descompromisso com a educação brasileira, uma vez que em qualquer situação e sem exigência de uma valorização profissional do educador, qualquer pessoa que soubesse ler e escrever poderia lecionar num chamado recorrente para população brasileira fazer a sua parte. Um legado também da Lei 9.394/96 em seu Art. 2º, quando, inspirado nos princípios de liberdade, pleno desenvolvimento do educando pelo preparo ao exercício da cidadania, qualificação para o trabalho, e igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, responsabiliza a família pelo processo educacional, deixando-a sem noção ou idéia do papel ou função que lhe é atribuída como agente desse processo.

No contexto da Nova República, no dizer de Haddad (2000, p. 116), o Mobral, por ter sido considerado um modelo de educação de baixa qualidade, foi substituído pela Fundação Nacional de Educação de Jovens e Adultos – Educar, instituída pelo Decreto nº 91.980/1985, nos termos do artigo 4º da Lei 5.379/1967. Sem fins lucrativos, com jurisdição em todo o Território Nacional, tem seu Estatuto aprovado pelo Decreto Presidencial nº 92.374/1986, objetivando promover a execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, tendo como meta abarcar grande parte da população da época que não tiveram acesso a escola ou que dela foram excluídos antes da ocasião própria, sem possibilidades de demonstrar suas capacidades de aprendizagem e habilidades para os fins propostos pelo modelo anterior.

Para que se efetivasse a consecução do objetivo geral, que a Fundação deveria alcançar, caberia a esta ações fundamentais como: repassar recursos financeiros a implantações de programas de alfabetizações por entidades privadas; alocar recursos aos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, e entidades a eles vinculadas, objetivando possibilitar o desenvolvimento da educação básica de jovens e adultos; formular projetos específicos e estabelecer normas estimulando a valorização e a capacitação de professores nos aspectos administrativos e pedagógicos, supervisionando e avaliando as ações em todo o Território Nacional, de modo a incentivar a geração, o aprimoramento e a difusão de metodologias de ensino através de recursos didáticos e novas tecnologias educacionais de forma regionalizada e

participativa. Em fim, a ela foi dado poderes de planejamento, administração e execução de educação da classe “trabalhadora” do País, num trabalho que objetiva a promoção e execução de programas de alfabetização e de educação básica não-formais, os quais são destinados àqueles que não tiveram acesso à escola ou que dela foram excluídos precocemente.

#### **1.4. A EJA e o Ensino Supletivo**

A educação de jovens e adultos foi regulamentada pela Lei 5.692/1971, no Capítulo IV, art. 24, que se caracterizou pela finalidade de suprir a escolarização regular de adolescentes e adultos que não a conseguiram na idade própria; proporcionando, mediante a volta à escola, estudos de aperfeiçoamento para aqueles que tinham seguido o ensino regular ou em parte, por meio de cursos a serem organizados nos vários sistemas de acordo com as normas baixadas pelos respectivos conselhos de educação. Tinha o propósito elementar e fundamental de atender a iniciação ao ato de ler, escrever e contar, e a formação profissional definida em lei específica, estendendo-se a disciplina do ensino regular com fins de atualização de conhecimentos extensivos ao 2º Grau, intensivos a qualificação profissional quando incluídas disciplinas e /ou áreas de estudos e atividades equivalentes ao ensino regular conforme normas de vários sistemas. Os exames de suplência compreendiam parte do núcleo comum, habilitando o prosseguimento dos estudos em caráter regular ao nível de conclusão do ensino de 1º grau para os maiores de 18 anos, e para a exclusiva habilitação profissional de 2º Grau, abranger o mínimo estabelecido pelo Conselho Federal de Educação, ao nível de conclusão do ensino de 2º grau, para os maiores de 21 anos.

Pela dimensão das características constantes na lei 5.692/71, em seu artigo 24, que tinha por finalidade suprir a escolarização regular para adolescentes e adultos; o ensino supletivo foi apresentado à sociedade como um modelo educacional capaz de funcionar em harmonia com o desenvolvimento socioeconômico, observado os países daquela época, em que a aprendizagem, voltada ao atendimento dos interesses políticos e

econômicos correspondia à formação para o trabalho. Essa especificidade, é considerada como uma aprendizagem metódica, cuja função esteve a cargo do SENAI e SENAC, que se encarregaram da qualificação profissional sem se preocupar com a Educação Geral, objetivando prioritariamente a formação de recursos humanos para o trabalho, em seguimento ao segundo princípio que conformam as características do ensino supletivo que era colocar toda a reforma do ensino militar, voltado para a intensificação do desenvolvimento nacional, seja “integrando pela alfabetização de mão-de-obra marginalizada”, seja “formando a força de trabalho”, Haddad (2000. p. 117).

A questão da especificidade está intrínseca naquilo que expõe Haddad, concernente a mensagem do então Presidente da República Emilio G. Médici ao justificar as reformas do ensino sob a égide “para que possa qualquer povo, na razão de seus predicados genéticos, desenvolver a própria personalidade e atingir, na escala social, a posição a que tenha jus” Haddad (2000, p. 118). Posição, determinada pela condição de transmissão de caracteres hereditários, e pela conjectura do empenho em aproveitar as circunstâncias favoráveis de entrada no sistema educacional ofertado pelo Estado, em circunstâncias em que se flexibilizava a educação àqueles que em outras épocas perderam a oportunidade de escolarizar-se. E, se ofertava o ensino como pressuposição de atualização de conhecimentos àqueles que gostariam de fazê-lo, ou, que tivessem condições sociais e intelectuais de acompanhamento da modernização social da época.

As opiniões manifestadas por Haddad (2000, p. 118) em “o sentido político da educação de adultos no período militar” constitui-se algo próprio dos objetivos da EJA, atinentes a posição social de cada individuo e sua condição genética. Observa o professor que a Secretaria Geral do Ministério de Educação e Cultura, no ano de 1972 expediu o documento “Adult Education in Brazil”, destinado à III Conferência Internacional de Educação de Adultos, convocada pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO para Tóquio, cujo teor simbolizava e manifestava o pensamento de EJA no contexto brasileiro, em especial depois da criação do Mobral e do Ensino Supletivo. A explicação para o fato decorre de que consta na introdução documental “recente preocupação com a educação como



elemento prioritário dos projetos em desenvolvimento” esta, realçada pela presença dos militares no poder, a partir de 1964, refletindo nos planos setoriais de educação, que objetivavam a constituição de uma infra-estrutura de recursos humanos ajustada às necessidades sócio-econômica, política e cultural do País. Fato este percebido pelos discursos e documentos legais do governo, procurando unir as expectativas de democratização educacional, por um lado, com a intencionalidade de colocar a educação a serviço do modelo de desenvolvimento. Por outro lado, as reformas educacionais proporcionando a extensão da Educação de jovens e aumentando as possibilidades a um maior número de pessoas ao acesso à formação profissional. Desse modo a educação de jovens e adultos passou a ser protagonizada como o sistema educacional que se encarregaria de corrigir as desigualdades sociais, traduzido em uma linguagem na qual a oferta dos serviços educacionais de jovens e adultos era a nova chance de ascensão individual e social em uma época de milagre econômico, no dizer de Haddad (2000).

Haddad destaca o fato de considerar importante para a educação de jovens e adultos a retomada, pela sociedade civil, da governabilidade brasileira, em 1985, representando, democratização nas relações sociais, e uma ampliação no campo dos direitos sociais, pois, emergiram os antigos e novos movimentos sociais, e atores da sociedade civil no final dos anos 70, ocupando espaços crescentes na cena pública, organizando-se, institucionalizando-se, renovando as estruturas sindicais, associações e criando novas formas de organizações como meio de manifestação de pensamento. Ressalta que nesse período a ação da sociedade organizada direcionou as demandas educacionais que foram capazes de legitimar publicamente as instituições políticas, em especial os partidos, o parlamento e às normas jurídico-legais num processo que resultou na promulgação da Constituição de 1988 e seus desdobramentos nas constituições estaduais e leis orgânicas municipais.

Outro ponto enfocado por Haddad (2000. p. 120) é que esse processo de renovação de expressão e das capacidades advindas do ato de praticar, ou de práticas anteriores, a educação de jovens e adultos ganhou respeito e consideração refletindo-se na Assembléia Nacional Constituinte e conquistando o direito universal ao ensino fundamental público e gratuito, como direito

subjetivo a educação, independente de idade, consagrado no artigo 208 da Constituição Federal de 1988. E, mais, além da garantia do direito constitucional, a disposição transitória da Carta Magna em seu artigo 60 estabeleceu um prazo de dez anos, nos quais os governos e sociedade civil deveriam concentrar esforços para eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental, e, a esses objetivos deveriam ser destinados 50 % dos recursos vinculados a educação dos três níveis de governo.

### **1.5. A Nova Organização Educacional e os Programas Federais de Educação de Jovens e Adultos.**

É importante, que se volte o olhar à educação de jovens e adulto, não somente como conquista da sociedade organizada frente às instituições políticas e normas jurídicas, mas também, como direito constatado de exercer a cidadania liberal que coloca a todos iguais perante a lei e ao desenvolvimento das faculdades intelectuais e atividades profissionais práticas ou vocacionais. No entanto, é também, essencial que se perceba que toda reforma educacional e/ou, se faz acompanhar de um caráter de mando de autoridade, que exprime ordem, controle, define metas e objetivos, sempre acompanhados de um modelo de gestão voltado para a economia em atendimento as exigências de políticas externas e internas e, a Educação de jovens e adultos não poderia ser diferente em sua organização política e pedagógica.

Haddad (2000) ao fazer apreciação sobre a reforma educacional iniciada em 1995 e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF assevera que, a mesma foi implementada sob a condição restritiva de gastos públicos de maneira a colaborar e/ou contribuir com o ajuste estrutural e a política de estabilização econômica do governo Federal, tendo por propósito descentralizar as responsabilidades financeiras com a educação de modo a organizar e redistribuir em prol do ensino fundamental obrigatório. E, que essas diretrizes fizeram com que o MEC de certa forma impedisse a Educação de Jovens e Adultos de avançar mantendo-a, no dizer de Haddad na posição marginal que ela já ocupava nas políticas públicas de âmbito nacional.

Característica, percebida no histórico de EJA a partir de seu nascimento no período imperial, seguido das reformas políticas educacionais implementadas, as quais sempre se efetivaram atrelando a EJA ao compromisso de formação profissionalizante em atendimento a formação de mão-de-obra, tendo em vista o desenvolvimento sócio-econômico do País, mas que verdadeiramente nunca possibilitou ao jovem e adulto seu desenvolvimento intelectual, por fixar meta no aprender a fazer, esquecendo-se que para isso se faz necessário o aprender a pensar para que o indivíduo possa planejar, organizar e construir sua própria cidadania e para que no gozo de direitos constitucionais participe da vida política do País.

A Reforma Educacional, no entendimento de Haddad (2000. p. 23), teve como principal instrumento a Emenda constitucional nº 14/96, suprimindo o artigo 60 das disposições transitórias da Constituição Federal de 1988, que comprometia a sociedade e os governos de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental até o décimo ano da promulgação da Carta Magna. A Nova redação criou em cada estado o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental público, e Valorização do Magistério – FUNDEF a partir de 12 de janeiro de 1998 em seu artigo segundo condicionando os municípios à imposição legal da criação de planos de carreira para o magistério e o investimento de 60% do fundo na renumeração docente em efetivo exercício e na habilitação de professores leigos. Esse pensamento político educacional fez nascer a falsa justificativa de que os investimentos municipais pautados nos recursos do FUNDEF daria, mais independência a União para investir no Ensino Médio e superior. No entanto, a Lei mencionada recebe veto presidencial impedindo que a EJA tivesse suas matrículas registradas no ensino fundamental presencial para cálculos do fundo, desestimulando investimentos na educação de jovens e adultos, educação infantil e o próprio ensino médio.

Vale ressaltar que a educação de jovens e adultos, por ter emergido dos antigos e novos movimentos sociais, representando a democratização nas relações sociais e, a ampliação no campo do direito a cidadania com vistas ao atendimento do desenvolvimento sócio-econômico nacional, possibilita a formação de mão-de-obra, mas, também, a inserção na sociedade e na

atividade laboral, de pessoas que estiveram afastadas do sistema de ensino regular, protagonizado pelo sistema público da rede de ensino, apoiado pelo governo federal que não bateu totalmente em retirada dos provimentos necessários à manutenção da promoção de programas educacionais objetivando a elevação da escolaridade a uma parcela da população que não teve oportunidade de continuar os estudos ou foram expulsos da escola em função da legislação educacional pertinente a época de sua escolarização.

Para isso, a partir de 1990 a EJA substituiu o Ensino Supletivo, compreendida pela visão abrangente tanto à alfabetização e a educação básica de adultos, como a educação profissional, marcada em sua origem e trajetória no Brasil por duas características, que no dizer de Pereira (2000), é identificada por uma educação destinada a subalternos da sociedade, e pela constituição histórica de um paralelismo ao sistema regular de ensino. Nesse processo de implementação da educação brasileira, a educação de jovens e adultos tornou-se alvo de programas educacionais que nos planos políticos, culturais e jurídicos visaram a conquista de direitos sociais a jovens e adultos trabalhadores. Dentre eles estão o Programa de Alfabetização Solidária – PAS; O programa Nacional de Educação da Reforma Agrária - PRONERA e o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR.

O primeiro idealizado pelo Ministério de Educação e coordenado pela Comunidade Solidária, órgão vinculado a Presidência da República Brasileira. O PAS foi implementado em 1997 consistindo num programa de alfabetização com duração de cinco meses, destinado prioritariamente, a jovens das áreas urbanas e de periferia em elevados índice de analfabetismo; o programa recebeu o apoio de professores e estudantes das universidades públicas e privadas, e de acordo com sua coordenação chegou a 886 municípios e ao total de 776 mil alunos atendidos. No entanto, menos de um quinto do total de jovens atendidos pelo PAS obteve a capacidade de ler e escrever pequenos textos, conforme Haddad (2000, p. 124).

O segundo apresenta a singularidade de ser um programa de governo, originário da articulação do Conselho de Reitores da Universidade Brasileira – CRUB, com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST. Coordenado pelo INCRA e vinculado ao MEPF, desenhado em 1997 e iniciado em 1998,

tem o governo federal como responsável pelo financiamento; as universidades responsáveis pela formação de educadores e os movimentos sociais (sindicatos e outros) responsáveis pela mobilização de alunos e professores/educadores. O objetivo primordial de desenvolvimento do programa é a alfabetização de jovens e adultos trabalhadores na condição de analfabetismo absoluto em cursos de um ano de duração. E, com essa característica atingiu em 1999 um total de 55 mil alfabetizando e dois mil e quinhentos monitores nas 27 unidades federativas do País.

O terceiro sob a coordenação da Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho (SEFOR/MTb), não é um ensino de nível fundamental ou médio, é um programa destinado a qualificar a população economicamente ativa, compreende, uma educação completar e não substitui a educação básica. Desde seu nascimento, sua atuação foi desenhada a formação de trabalhadores destinados ao mercado de trabalho, compreendendo a promoção da escolaridade de jovens e adultos do campo e da área urbana. É um programa financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT compreendendo parcerias públicas e privadas compostas por órgãos estaduais e municipais e o sistema (S). Embora o PLANFOR tenha atingido 60 % dos cinco milhões de trabalhadores atendidos, o baixo nível de escolaridade continuou a ser obstáculo a um bom resultado ou eficácia do programa de acordo com HADAD (2000. P. 125).

Outros programas de educação de jovens e adultos nos dois últimos governos federais foram desenhados, implementados e transformados em atendimento às exigências político-sociais a que cada um foi submetido. De acordo com Haddad (2008, p.56) A principal iniciativa à educação de jovens e adultos no governo de Fernando Henrique Cardoso foi dirigida ao Programa Alfabetização Solidária, programa concebido em 1996 no âmbito do Conselho do Comunidade Solidária, com a função de coordenar o combate a pobreza por meio de ações sociais, culminando com o atendimento até em 2002, de 2.010 municípios em parceria com instituições e empresas; dados extraídos de “a situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil. (2008. p.58)”. O Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para atendimento à educação de jovens e adultos, originário da mesma gestão, foi criado em 2001

para apoiar com recursos financeiros as regiões Norte e Nordeste e recebeu a denominação Recomeço, posteriormente, já no governo Lula foi denominado fazendo Escola. O Brasil Alfabetizado foi criado no ano de 2003 tendo como objetivo alfabetizar jovens e adultos com 15 ou mais anos de idade.

É importante esclarecer, que embora esses e outros programas educacionais tenham emergido recentemente, a oferta da educação, ao que parece, não tem atingido o objetivo primordial da política implementada no que diz respeito ao direito e usufruto ao ingresso, permanência e ascensão a escolaridade, e ao pleno desenvolvimento sócioeconômico do País, mesmo sendo o ponto fundamental das políticas educacionais. Pois, identifica-se como primordial no Brasil uma educação preparatória a mão-de-obra que em caminhar lento, procura se aproximar de uma educação de qualidade. Entende-se por educação de qualidade aquela que possibilita ao indivíduo a ascensão intelectual inerente à capacidade de planejar, criar e recriar dispondo de oportunidades de formação geral, profissional e atualização em caráter permanente vinculada a produção de novos conhecimentos e ao conhecimento laboral, ou seja, a formação continuada, ou educação ao longo da vida.

## **1.6. OS ALUNOS DE EJA**

É necessário lembrar que os Jovens e Adultos com necessidade de escolarizar-se, no ponto de vista político-educacional, são pessoas que pertencem a classes sociais menos favorecidas e de diferentes condições sócio-econômica, raça ou cor. São, também, pobres; as pessoas negras; os moradores de regiões mais pobres e distantes da zona urbana; mulheres e homens idosos; pessoas com deficiências; trabalhadores rurais que migraram para a cidade, assim como pessoas nascidas na própria zona urbana com dificuldades de conseguir emprego por falta de uma formação geral e profissional, e pessoas que em idade própria ou equivalentes não efetivaram suas inserções no ensino fundamental ou médio, por motivos alheios a sua vontade, e por isso e outros fatores tiveram impedimentos de gozo em seus direitos constitucionais e sociais. A historicidade ou conjunto de fatores que conduzem e conduziram o processo educacional brasileiro desde o governo

imperial, apontam, enfaticamente, para o fato de que a não concessão a inclusão ao direito educativo atinge a população brasileira de forma desigual, incluindo também, nessa desigualdade o direito a saúde, o saneamento, moradia, alimentação, lazer e outras. Esse conjunto de fatores, na visão de Haddad (2008. P. 29) concorrem para determinar que essas pessoas tornem-se vítimas em potencial do mercado de trabalho, ou da exploração dos serviços domésticos, sequer considerado trabalho.

A Agenda Para o Futuro, adotada na esfera de ação e pensamento da Declaração de Hamburgo em 1997 considera a educação básica através dos objetivos proclamados, não unicamente um direito, mas também, indispensável, para que o indivíduo independente de idade, raça, cor, condição sócio-econômica e outras, possa desenvolver sua potencialidade. Reconhece a educação como um instrumento estratégico ao desenvolvimento do ser humano, a fim de torná-lo cidadão participativo e criativo, e que a educação de adultos em si pode levar essa sabedoria a contribuir com o processo de auto-afirmação, permitindo ao indivíduo tomar seu lugar na vida social, no interesse do desenvolvimento, da democracia e da paz, “uma vez que experimentado a alegria de aprender (...) ele se repete e se reproduz ao longo da vida; ela se esgota jamais”. E, mais, ainda no contexto da Declaração, a educação de adultos, é estabelecida como um direito fundamental da raça humana sendo “tanto consequência do serviço de cidadania como condição para uma plena participação na sociedade” (Hamburgo, 1997).

Haddad (2008, p. 32) discute que esse e outros documentos internacionais reafirmam o direito a educação de jovens e adultos, e posteriormente são aceitos pelo Congresso Nacional através de um Decreto lei do Senado Federal e, ratificados pela Presidência da República no (art. 84, inciso VIII), incorporadas à legislação brasileira como status de lei.

No entanto, educação de jovens e adultos ainda, enfrenta a faculdade de produzir um efeito real nos objetivos propostos. Embora as lutas efetivas das convenções, as atuações de grupos sociais, sejam instrumentos importantes constituídos pela concretização de políticas educacionais que possibilitam ofertas de EJA, ainda, pouco, ou, quase nada se percebe em ações concretas concernentes a resultados que evidencie uma educação

permanente e destinada ao longo da vida, mesmo que o direito a EJA esteja assegurada no Brasil desde a Constituição de 1824 que previa a “gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos” mesmo não sendo considerado Cidadão à época, aqueles que pertenciam a classe desfavorecida da sociedade brasileira. Ainda que, muitos indivíduos não fossem atendidos plenamente pelo direito educacional estabelecido pela legislação, era a ele destinado um tratamento, dito em condições especiais, de formação profissional tal qual se vislumbrou com a atuação das escolas de aprendizes instituídas por Decreto Presidencial em 1909 visando atender os desvalidos da sorte.



## CAPÍTULO II

### 2. A EDUCAÇÃO DE ADULTOS E O IFPA

Falar com liberdade sobre Educação, principalmente, a de Jovens e Adultos, não é por si só um procedimento ou ação em que se incorporam os acontecimentos na sua totalidade, mas, uma tarefa que exige conhecimento, experiência, percepção, entendimento, domínio teórico e prático de todo um processo educacional e profissional, em que até os educadores de grande notabilidade encontram dificuldades de harmonia ou uniformidade no conjunto de procedimentos a serem adotados. Por isso, neste texto não se pretende aprofundar a discussão sobre o tema, e nem apresentar razões ou argumentos daquilo que se pode denominar de falha ou acerto, mas, fazer um panorama da Educação de Jovens e Adultos, num relato histórico que teve como espaço físico a instituição pesquisada, assim como em sua dimensão institucional.

O histórico do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA aqui registrado é oriundo de informações coletadas em “o Perfil de Desenvolvimento Institucional” (CEFET-PA 2005/IFPA, 2009). Ao texto são efetivadas inserções concernentes a concepções, desenvolvimento e outras instruções de um conhecimento ou juízo sobre a instituição educacional. Os conjuntos de características que tiveram por objetivo a difusão junto à comunidade acadêmica e ao público de modo geral revelam que o IFPA, antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA, antes denominado Escola Técnica Federal do Pará – ETFPA, em sua trajetória de um século, representa o sucesso de uma Instituição de Educação Profissional que vem consolidando seu lugar na comunidade em que atua, no Brasil e no mundo.

Criada pelo Decreto nº 7.566/1909, promulgado pelo então Presidente Nilo Peçanha, com o nome de Escola de Aprendizes Artífices do Pará, foi instalada em 1910, na Avenida Jerônimo Pimentel nº 820, iniciando suas atividades educacionais e de preparação ao trabalho para responder à necessidade da formação de aprendizes das profissões usuais da época, em cumprimento as exigências políticas educacionais convergidas às reflexões de desenvolvimento da nação no processo econômico e social. A organização e

instituição desse processo compreenderam o ensino primário, os cursos de Desenho e oficinas de Marcenaria, Funilaria, Alfaiataria, Sapataria e Ferraria. (CEFET-PA. 2005).



Figura 1. Foto em exposição no IFPA, do prédio onde funcionou a Escola de Aprendizes, o Liceu industrial do Pará, a Escola Industrial de Belém, a Escola Industrial do Pará e, representa o início da Educação de Jovens e Adultos nas suas várias etapas e desenvolvimento de uma educação preparatória a mão-de-obra em atendimento as políticas em ditame pelo governo da época, exercitada de forma reparadora para com os denominados Desvalidos da Sorte. Fotografado por: José Raimundo Carvalho.



Figura 2. Fotografia do mesmo prédio onde funcionou da Escola de Aprendizes Escola Industrial de Belém/PA. Ai funcionou também a Delegacia Regional do Ministério de Educação – MEC. Atualmente funciona as Escolas de Música e de Teatro da Universidade Federal do Pará - UFPA. Fotografado por: José Raimundo Carvalho.

Com a (re)organização do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1937, a Escola de Aprendizes Artífices, em seu crescente desenvolvimento como instituição educacional e formação profissional, recebe várias denominações, tais como Liceu Industrial do Pará. Em 1942, aprovada a Lei Orgânica do Ensino Industrial, recebe a denominação de Escola Industrial de Belém. Em 1959, a Escola Industrial de Belém transforma-se em Autarquia Federal, adquirindo autonomia didática, financeira, administrativa e técnica, possibilitando a distinção entre as instituições de ensino local, com condições de dar um tratamento especial aos sujeitos menos favorecidos da sociedade, com vista aos atendimentos empresariais e industriais delineados pela política educacional e sócioeconômica do Estado. A partir de 1966, passa a atuar em nível de 2º grau e com o Ensino Profissional, iniciando pelos cursos técnicos de edificações e Estradas, ocorrendo assim, o processo gradativo de extinção do curso ginásio-industrial. Com essa mudança, recebe o nome de Escola Industrial Federal do Pará, instituindo-se, assim, um novo perfil educacional tendo em vista a continuidade das ações de desenvolver a capacidade física, intelectual, moral e aptidões do educando, resultante do talento e habilidade de adquirir conhecimentos. Em prosseguimento à nova missão de educar, a instituição admite, no ano de 1967, a matrícula de alunos do sexo feminino, sendo pioneira nesse processo, e nesse mesmo ano foram criados, os cursos de Agrimensura e Eletromecânica em prosseguimento ao modelo educacional vigente.

Esse perfil institucional na concepção de Manfredi (2002, p. 83), se constituía num eficiente mecanismo de “presença” e de barganha política do governo federal, junto às oligarquias locais, cujas finalidades educacionais eram a formação de operários e contramestres.

A forma de ensinar, enfatizando a prática transmitida aos menores, em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos, se apresentava como a mais oportuna, essencial e indispensável aos objetivos do Estado da Federação, em atendendo prioritariamente os menores abandonados, ou desvalidos da sorte, e pretendendo, assim evitar o aumento da criminalidade, não somente na região norte, mas em todas as unidades federativas em que as escolas pudessem favorecer ao critério político e econômico do governo (embora nem

todos os estados contassem com a presença de um parque industrial desenvolvido).



Figura 3: Fotografia da Fachada do IFPA, Atual Campus Belém, em 2009. Antiga sede da Escola Técnica Federal do Pará, cuja construção teve início no ano de 1965. Fotografado por: José Raimundo Carvalho.

A denominação Escola Técnica Federal do Pará data de 1968. IFPA. (2009). No entanto, sua inauguração ocorre em 1970 e coincide com a instalação definitiva na sede atual do Campus Belém, situada à Av. Almirante Barroso, 1155, bairro do Marco. No decorrer do processo histórico-institucional,

houve necessidade de implantar novos cursos objetivando não só a adaptação da mão-de-obra para responder aos anseios empresariais locais, mas, satisfazer tanto a preocupação do mercado de trabalho como atingir aos objetivos delineados pela criação da instituição de ensino pertinente a educação de adulto, e não mais especificamente, as profissões usuais da época, mas da atualidade em que se evoluiu a ciência e a tecnologia.

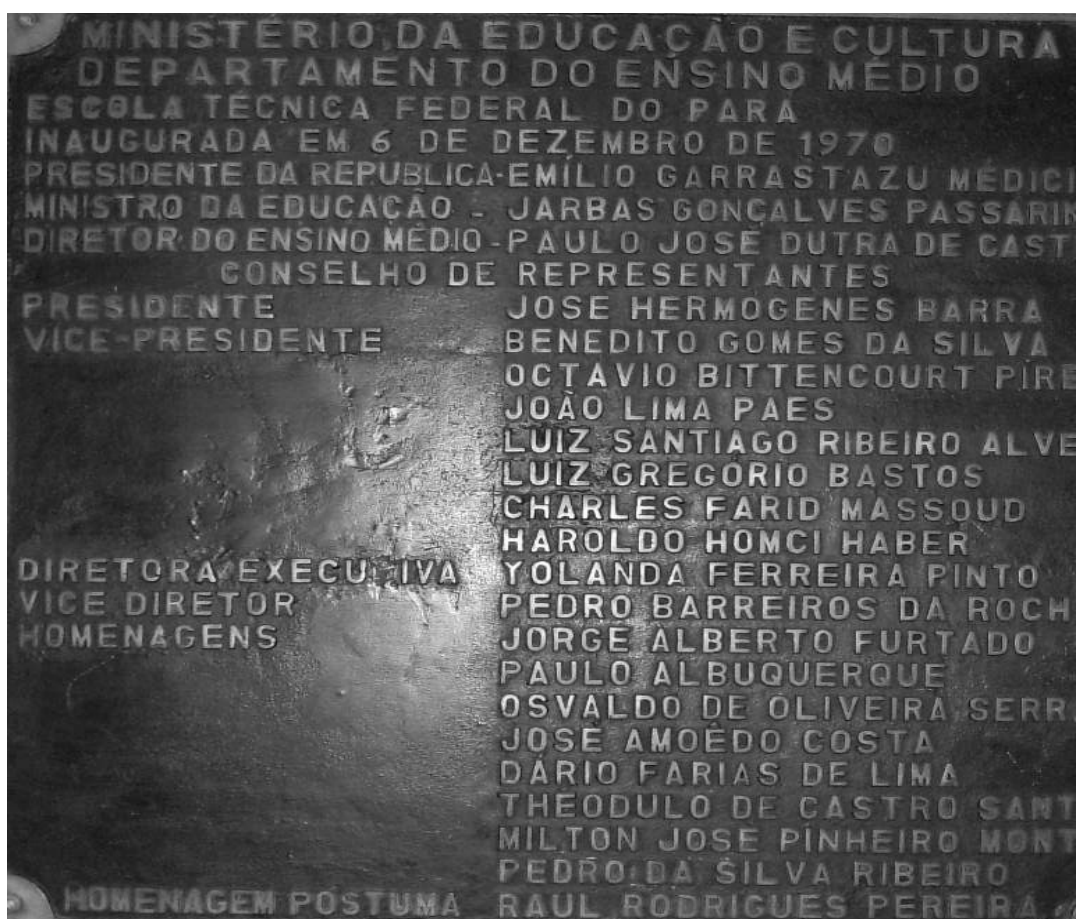


Figura 4: Fotografia da Placa de inauguração da Escola Técnica Federal do Pará em exibição na antiga sede, hoje, Campus Belém. Por: José Raimundo Carvalho.

Objetivando atender à comunidade paraense e o desenvolvimento do País, a instituição, em prosseguimento ao trabalho educativo, continuou a crescer, e a partir de 1969 criou o Curso de Saneamento; em 1970, o curso de Eletromecânica é desdobrado em Eletrotécnica e Mecânica de Máquinas; no ano de 1972, o curso de Telecomunicações e, em 1973, o Curso de Eletrônica. Em 1975, a Escola, mais uma vez, para atender aos anseios econômicos da região, foi solicitada a criar os Cursos de Mineração e Metalurgia, após a descoberta das jazidas minerais de Carajás e Trombetas. E mais, num

consequente e coerente processo de crescimento institucional, passa a ofertar novos cursos denominados de cursos técnicos especiais, estendendo essa oferta, através do sistema de interiorização, ao atendimento às exigências locais e regionais, tendo em vista as potencialidades concretas e realizáveis em determinadas constituições políticas.

### **2.1. A Criação de Cursos Técnicos Especiais e interiorização dos cursos técnicos.**

Sempre com o objetivo de estender o desenvolvimento capitalista industrial, pela formação de técnicos de nível médio nas diversas áreas trabalhistas em obediência às legislações educacionais implementadas com vistas ao desenvolvimento sócioeconômico; a instituição de ensino continuou através do ensino técnico a implantar cursos destinados a formação de mão-de-obra, atinentes a sua origem, mas, com características diferenciadas; não mais vivenciando o aprender a fazer. Uma premissa com significação no desenvolvimento intelectual e profissional do indivíduo, proporcionada pela relação teoria e prática adquirida pelo conhecimento como forma de desenvolver aptidões para competir diante de novas situações impostas pelo mundo e pela sociedade capitalista, mediante o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Em seu desenvolvimento institucional, a partir de 1995, a Escola passou a atuar em regime anual, sendo reservado o período diurno para o atendimento de alunos egressos do 1º grau em Cursos Regulares e, o noturno para os Cursos Técnicos Especiais, com duração de 2 anos, proporcionando a complementação profissionalizante a alunos portadores de Certificados de 2º grau. Implantaram, em 1995, os Cursos Técnicos Especiais de Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Metalurgia, Processamento de Dados e Curso Técnico de Trânsito, este último em convênio com o DETRAN/Governo do Estado do Pará, iniciado no segundo semestre de 1996. A partir de 1998, em consonância com o preconizado no Decreto nº 2.208/97 e a Portaria nº 646/97, foram implementados os cursos técnicos - modalidade pós-médio nas áreas de Química, Radiologia Médica, Registro de Saúde, Pesca e Turismo, a fim de

atender à necessidade da formação de recursos humanos na área tecnológica, uma nova característica da educação profissional presente na formação educacional de adultos. CEFET-PA,2005).

Em consonância com o desenvolvimento da Região e o surgimento de novos pólos de expansão no interior do Estado, o CEFET – PA, objetivando a relevância e continuidade da oferta educacional de nível profissional em atendimento às demandas sociais e de mercado de trabalho, cria Unidades Descentralizadas de Ensino Técnico em alguns municípios. No ano de 1994, mais especificamente, a pedido da Diretoria executiva da Eletronorte, em Tucuruí – PA, inicia suas atividades, com o Curso Preparatório Pró-técnico, um curso gratuito destinado a comunidade de baixo poder aquisitivo que pretendia, mediante uma formação técnica, profissionalizar-se para fins empregatícios. Em 1995, implanta a Unidade de Ensino Descentralizada, autorizada pela Portaria nº 1.769 de 21/12/94 com os cursos de Eletrotécnica, Saneamento e Processamento de Dados. Em persistência aos objetivos de expansão do ensino as comunidades interioranas, dá continuidade a essa implementação criando em 1987 a unidade do município de Altamira (Portaria nº 155 de 12.03.87) com o Curso Técnico de Agrimensura, e, a partir de 1997, cursos de qualificação profissional na área agro-industrial (Ensino Fundamental), e em Marabá (Portaria nº 156 de 12.03.87) com o Curso de Edificações. Em processo de desenvolvimento institucional, e crescente profissionalização de seus professores, assim como as demandas municipais, o Centro Educacional continuou a oferta educacional aprimorando os conhecimentos técnicos e tecnológicos e desenvolvendo outros cursos de acordo com as crescentes necessidades locais.

## **2.2. Ensino Pós-Técnico**

Em face da diversidade, da procura e da oferta de cursos técnicos profissionais, estes, são focados no texto, num delineamento não em um tempo evidenciado em anos sequenciais ou consecutivos, mas alternadamente, frente às características em que se apresentam. Em 1980, a instituição de ensino firmou convênio com o Parque de Material Aeronáutico de Belém - PAMA-BE, e



iniciou um Curso Pós-Técnico de Manutenção de Aeronaves. Com a evolução da experiência, o Departamento de Aviação Civil - DAC - criou a primeira Escola de Mecânicos Cívicos de Aeronaves, em convênio com a ETFPA. A experiência estendeu-se ao Curso de Eletrônica e, em 1991, formou-se a primeira turma de alunos de Manutenção de Aeronaves, na modalidade Eletrônica. Vale salientar a excelente absorção, pelo mercado de trabalho da aviação civil, dos técnicos oriundos desse convênio, demonstrando a visão pioneira da instituição no atendimento às necessidades regionais, e a políticas socioeconômicas de governo com vistas à formação não somente de operários do saber fazer, mas, também, de pessoas capazes de compreender a necessidade de desenvolver pensamentos críticos e criativos, possibilitando assim sua inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

Em prosseguimento às parcerias constituídas e a manutenção do ensino, a instituição pioneira no Estado do Pará na implementação de profissões de nível técnico, cria os cursos de extensão, Lapidação e Artesanato Mineral no ano de 1990 em convênio firmado com a PARAMINÉRIOS, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia, para formar mão-de-obra especializada, a fim de atender às necessidades emergentes do mercado de trabalho, em decorrência da implantação de pólo mineral na Região. A partir de 1991, intensifica a oferta de novos cursos profissionalizantes de curta duração, em atendimento a demanda do sistema produtivo e a necessidade de aperfeiçoamento e atualização profissional de jovens, adultos e trabalhadores decorrentes dos novos perfis profissionais exigidos.

A crescente necessidade de intensificação de profissões de nível médio já existente, e de outras novas pelas exigências tecnológicas, é a mola propulsora da instituição para invocar o direito legítimo da oferta a comunidade paraense, a partir de 1997 em cerca de, 75 Cursos de Educação profissional, em Nível Básico, nos diversos setores da economia. Esses Cursos foram e continuam sendo administrados pela instituição de ensino no Município de Belém e em vários municípios do Estado do Pará atendendo aos trabalhadores paraenses e outros oriundos de diversas regiões do País.

A ampliação dos serviços educacionais da instituição deu-se, e se dá, mais uma vez, em face às exigências empresariais frente à necessidade de

coletar trabalhadores cada vez mais qualificados, agregando a destreza manual a novas competências relacionadas com a criatividade, a inovação, o trabalho em equipe e a autonomia na tomada de decisões mediadas por novas tecnologias que em contínuo desenvolvimento estabelecem a procura, de melhorias educacionais e profissionais ao cidadão trabalhador.

### **2.3. Cursos Superiores**

É preciso esclarecer que a realização de novos cursos e a instituição de novas profissões, assim como a atualização daquelas já existentes, considerando as demandas locais e regionais, não é utopia, no que concerne a existência de uma sociedade com tratamento justo para uma organização social capaz de indicar potencialidades concretas e realizáveis em uma determinada constituição política. Em face disso e pensando na relevância que representa a formação profissional atrelada a capacidade de produção em 1988/1989, a instituição educacional em parceria com o CEFET-MG realizou o Curso Emergencial de Licenciatura Plena de Professores - Esquema I - habilitando 31 professores, do ensino técnico, na área pedagógica para o exercício do Magistério de 2º Grau, pertencentes ao quadro funcional permanente. CEFET-PA (2005).

Em atenção à política socioeconômica governamental, em 1997, em parceria com a Secretaria de Estado de Educação do Pará e com a Universidade Estadual do Pará – UEPA foi realizado o Curso de Especialização em Informática Educativa tendo por fim a capacitação de Docentes para atuar no Projeto PROINFO/SEDUC-PA. Coube ao CEFET-PA, neste Convênio, a responsabilidade de cessão de salas de aula, de laboratórios, software, manutenção dos sistemas e da biblioteca. Foram especializados 70 professores objetivando, o atendimento a concepção de conhecimento e manuseio de produtos nesta área.

Ainda, em 1997, através do decreto nº 2.208/97, foi instituída pelo MEC, a verticalização da Educação Profissional, em níveis Básico, Técnico e Tecnológico. Desta forma, através de Decreto datado de 18 de Janeiro de 1999 – MEC, a antiga ETFPA foi elevada a Centro Federal de Educação Tecnológica

do Pará, com a finalidade de atuar no Ensino Médio, e nos vários níveis e modalidades da Educação Profissional, e da Educação Superior; bem como desenvolver a pesquisa tecnológica, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos de educação continuada.

A partir de Março/2000, o CEFET-PA, amparado pelo Decreto Federal nº 2.406 de 27 de Novembro de 1997, assume um novo desafio, implantando Cursos Superiores de Tecnologia no município de Belém. E, visando, também, atender à demanda regional que aponta para um grande contingente de professores leigos, com escolarização em nível fundamental ou médio, sem a devida habilitação ao Magistério, passa a ofertar os Cursos de Licenciatura – Graduação Plena e Curso Normal Superior para Formação de Professores na Educação Infantil e no Ensino Fundamental na Sede, e nos Municípios de Parauapebas, Tucuruí, Santarém e Redenção, dando ênfase às Ciências e suas Tecnologias. Os Cursos implementados atendem às mudanças propostas pela reforma do ensino, tendo em vista a melhoria na formação docente da região como forma de revitalizar o ensino. CEFET-PA (2005).

Os objetivos da proposta pedagógica da instituição de ensino, para os Cursos de Licenciatura, é fortalecer a efetiva profissionalização do professor por meio de um eixo comum, representado pelo desenvolvimento de competências básicas que abrangem a especificidade de seu trabalho. No decorrer dos cursos, são desenvolvidas estratégias de trabalho centralizadas na solução de problemas com o intuito de aproximar o educando do trabalho, da investigação científica e tecnológica, associando os problemas de formas contextualizadas, através de situações reais ou simuladas.

Nesse contexto, após a conclusão do Curso Normal Superior, o professor está habilitado para ministrar aulas no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, e no término dos Cursos de Licenciatura, o professor estará apto a ministrar aulas no Ensino Fundamental e Médio. E, mais, a partir de setembro/2000, o CEFET-PA amparado pelo Decreto Federal nº 2.406/1997, põe em execução a oferta de Cursos Superiores de Tecnologia em Belém e nas Unidades do Descentralizadas, ampliando não somente a oferta do ensino técnico, mas também a formação tecnológica com a responsabilidade de

desenvolver além do ensino profissional técnico e tecnológico, a formação de professores, engenharia e outros.

Em continuidade ao processo de crescimento institucional, em Dezembro/2004 implantou o Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Especiais - NAPNE, objetivando desenvolver o Programa Nacional de Educação, Tecnologia e Profissionalização para portadores de necessidades especiais- PNE's (TECNEP). É um programa que dá apoio as pessoas com necessidades especiais matriculados na instituição através de materiais didáticos, orientações e encaminhamento a instituições onde o indivíduo possa se adaptar e contribuir para o crescimento pessoal e profissional, assim como oferece suporte a professores da instituição envolvidos no programa através de palestras e sugestões de ações que possam contribuir para que o aluno e a família melhor se adapte ao sistema de ensino da instituição e as exigências sócias e profissionais.

Assim sendo, pode-se considerar que o Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará está inserido nos objetivos governamentais de desenvolvimento socioeconômico pelo compromisso exercido em promover a educação profissional técnica e tecnológica em atendimento as proposições do Estado, num processo de integração permanente com o Sistema de Produção e com a Sociedade. Essa inserção está associada à consolidação da identidade e do desenvolvimento regional, assumindo, portanto, um papel de Referência Educacional, Científica e técnica e Tecnológica no Estado e na Região; um compromisso externado em seu plano de desenvolvimento institucional e exposto em placa alegórica alusiva a função e ao compromisso instituído; em especial com a comunidade paraense, mas, também, com a população de modo geral.

Vale revelar que o CEFET-PA, em sua atuação integradora, coloca em prática sistemas de convênios educacionais visando o atendimento não somente regional, mas também, nacional, num plano de trabalho que coloca o Estado do Pará num permanente processo de formação profissional em busca da melhoria de qualidade de vida das classes menos favorecidas, mas, também, daqueles que por opção ou por imediatismo optam por adentrar no

mundo do trabalho como um processo alternativo de contribuição ao seu crescimento individual, profissional e social.

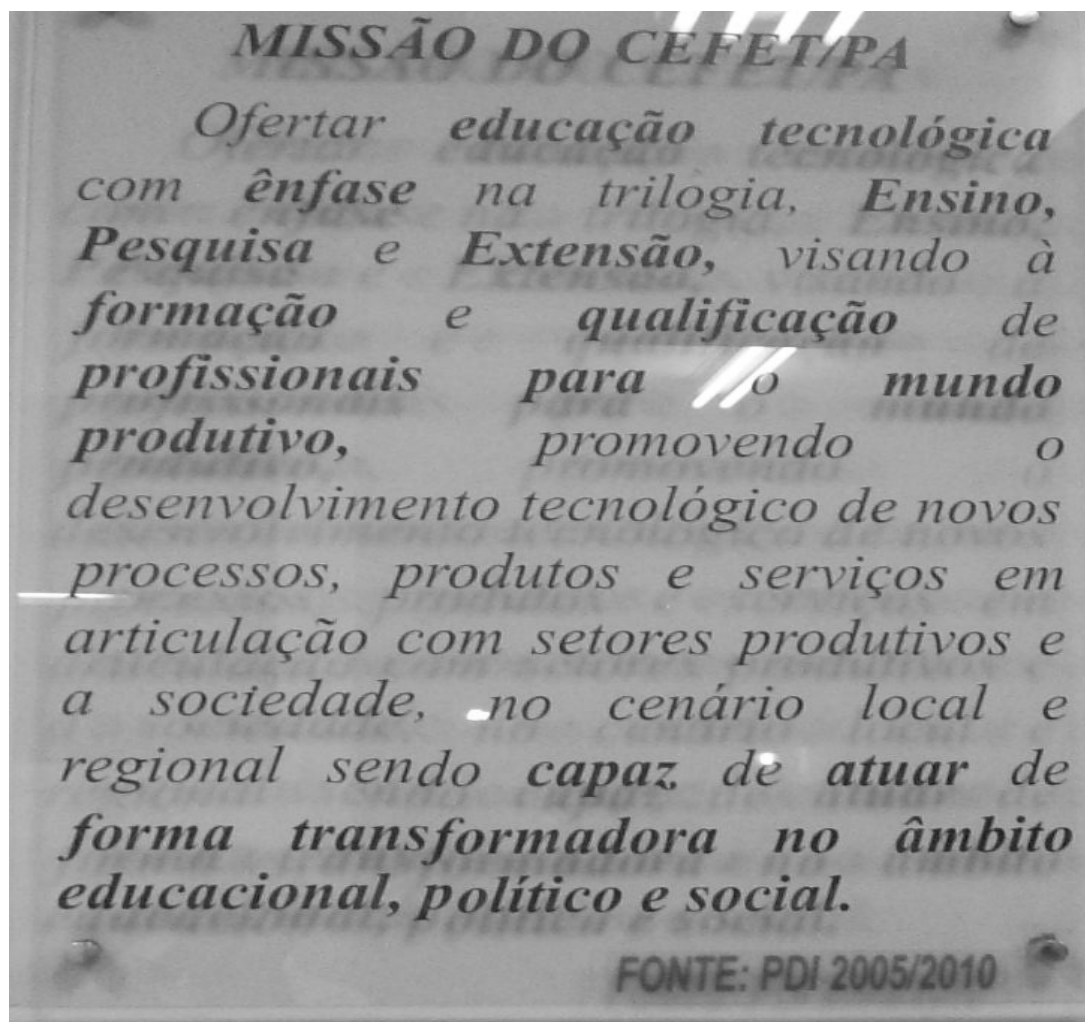


Figura 5. Fotografia da Placa alusiva a missão do CEFET-PA em exposição no prédio onde funciona o IFPA campus Belém. Uma demonstração do desenvolvimento da Educação Profissional técnica e Tecnológica no Pará, não mais representando uma educação reparadora e sim qualificadora. Fotografado por José Raimundo Carvalho.

#### **2.4. O IFPA, vocação e ofertas educacionais**

A transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET/PA, em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA ocorreu, em 29/12/2008, pela promulgação da Lei nº 11.892/2008 em seu Art. 5º, inciso XX, integrando ao seu corpo institucional as Escolas

Agrotécnicas Federais de Castanhal e de Marabá (EAFC/EAFMA) formando um todo coerente na missão de educar, em harmonia com as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação no que concerne a missão institucional em ofertar a educação profissional e tecnológica, como processo educativo em todos os níveis e modalidades, bem como, nos estudos de pós-graduação em sintonia com a consolidação e o fortalecimento aos arranjos produtivos, culturais e sociais no âmbito local e regional como fator determinante à geração de trabalho e renda de pessoas do estado e fora dele.

Criado pelo Decreto de nº 6.095, de 24 de abril de 2007, o IFPA é composto de natureza jurídica autárquica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, didático-pedagógica e disciplinar. Sua vocação institucional se expressa pela oferta da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo a fim de constituir-se e qualificar-se como Centro de Excelência na oferta formativa no ensino das ciências em geral e das ciências aplicadas, estimulando o desenvolvimento do espírito criativo. Tem o dever de oferecer programas de extensão, priorizando a divulgação científica; estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural; o empreendedorismo; o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. BRASIL, 2007).

No plano acadêmico delineado no Programa de Desenvolvimento Institucional Integrado, em atendimento aos preceitos da legislação que deu origem a sua criação, deve se orientar em ministrar além da educação profissional técnica e tecnológica, a educação profissional técnica de nível médio, com prioridade em cursos e programas integrados objetivando a educação inicial e continuada de trabalhadores. E, mais, capacitar, e especializar, profissionais em todos os níveis de escolaridade nas áreas de educação profissional e tecnológica. Tem a independência de oferecer no âmbito do Proeja, curso de formação profissional e técnica de nível médio estimulando e apoiando o processo educativo de modo a conduzir a geração de trabalho e renda em articulação com o setor produtivo e seguimentos sociais.

Em nível de educação superior o IFPA, possui o compromisso de por em prática conhecimentos concernentes a curso de graduação,

compreendendo bacharelado de natureza tecnológica e cursos superiores de tecnologia; curso de pós-graduação lato sensu, de aperfeiçoamento e especialização, e stricto sensu, compreendendo Mestrado e Doutorado; cursos de licenciaturas e programas especiais de formação pedagógica com vista a formação de professores da educação básica de modo a promover a o aumento da competitividade nacional e o estabelecimento de bases sólidas a processo de geração e inovação tecnológica.

Embora se tenha avançado na missão de ofertar educação em todos os níveis de ensino, se constituindo e se qualificando, como Centro de excelência na oferta formativa, compreendendo a educação básica de nível técnico à educação superior (graduação e pós-graduação), há de se perceber a preocupação do IFPA, assim como de todos os Institutos Federais de Ensino, com o desenvolvimento socioeconômico vinculado na proposição de atingir a meta político governamental que se caracteriza em preparar a mão-de-obra local e nacional, em atendimento as exigências do avanço técnico e tecnológico frente ao sistema produtivo e a sociedade. Entretanto pouco se vê de inserção aos objetivos educacionais da instituição de ensino à prática de uma educação que ultrapasse em princípio, o modelo assistencial que perdura no País, embora disfarçado, de um compromisso por uma educação de qualidade que possibilite o desenvolvimento, individual, social e intelectual no interesse na sociedade, na política e no mundo do trabalho.

## **2.5. A Educação Profissional no Brasil**

De acordo com o Parecer 16/99, a origem da formação profissional no Brasil registra apenas decisões circunstanciais especialmente destinados a “amparar os órfãos e os desvalidos da sorte”, assumindo um caráter assistencial aos mais necessitados durante toda sua história, e evidencia a primeira notícia de um esforço governamental em direção à profissionalização ocorrida em 1809 quando, um decreto do Príncipe Regente, futuro D. João VI, criou o Colégio das Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento das indústrias manufatureiras em terras brasileiras.

Em prosseguimento a esse processo, entre 1840 e 1856 foram construídas dez “Casas de Educandos e Artífices” em capitais de província, sendo a primeira delas em Belém do Pará, para atender prioritariamente os menores abandonados, objetivando a “diminuição da criminalidade”. Esses estabelecimentos educacionais adotaram o modelo de aprendizagem vigente no âmbito militar, a exemplo, os arsenais de marinha, para os quais o Estado envolvia o trabalho e a aprendizagem a menores, incluindo os padrões da hierarquia e disciplina. Jovens em estado mendicante eram encaminhados as essas casas e recebiam a instrução primária, entre outras, e aprendiam alguns ofícios: tipografia, alfaiataria, encadernação, carpintaria, sapataria, etc. Concluída a aprendizagem, o artífice permanecia por mais três anos, trabalhando nas oficinas para pagar sua aprendizagem (MANFREDI, 2007, p. 76).

De acordo com Manfredi (2007. p.30), na segunda metade do século foram criadas, ainda, várias sociedades civis destinadas a “amparar crianças órfãs e abandonadas”, oferecendo-lhes instrução teórica e prática, e iniciando-as no ensino industrial. As mais importantes delas foram os “Liceus de Artes e Ofícios”, dentre os quais, o do Rio de Janeiro (1858), Salvador (1872), Recife (1880), São Paulo (1882), Maceió (1884) e Ouro Preto (1886). Esclarece Manfredi, que esses liceus nasceram, na iniciativa privada de entidades civil, e eram beneficiados pelas cotas repassadas por seus benfeitores, identificados como fazendeiros, comerciantes, nobres e membros da burocracia do estado e, durante o período republicano “eles foram mantidos e, em alguns estados, ampliados, servindo de base para a construção de uma rede nacional de escolas profissionalizantes”.

No início do Século XX, o ensino profissional continuou mantendo, basicamente, o mesmo traço assistencial do período anterior, isto é, o de ensino voltado para os menos favorecidos socialmente. A novidade foi o início de um esforço público de organização de formação profissional, migrando da preocupação principal com o atendimento de menores abandonados para uma outra considerada igualmente relevante, a de preparar operários para o exercício profissional; o que a partir de 1906 passou a ser atribuição do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, consolidando-se um incentivo à



cultura do desenvolvimento do ensino industrial, comercial e agrícola, o que gerou a criação de várias escolas comerciais como a “Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado” em São Paulo (PARECER 16/99).

O olhar ao ensino público profissionalizante como instrumento de emancipação econômica, social, política, e atendimento aos objetivos industriais no enfrentamento do movimento operário, mas também como exemplo dos países europeus e dos Estados Unidos traduziu essa ideologia em medida de política educacional, levando o Presidente da República Nilo Peçanha através de Decreto em 1909, instalar dezenove “Escolas de Aprendizagem Artífices” destinadas aos “pobres e humildes” distribuídas em várias Unidades da Federação, exceto no distrito Federal e no Rio Grande do Sul; eram escolas similares aos Liceus de Artes e Ofícios, voltados basicamente para o ensino industrial, mas custeada pelo próprio Estado. Essas escolas tinham como características “currículo e metodologia próprios, alunos, condições de ingresso e destinação esperada dos egressos” e tinha por finalidade educacional a formação de operários por meios do ensino prático e de conhecimentos técnicos transmitidos a menores em oficinas de trabalhos manuais ou mecânicos. Cunha (2000, apud MANFREDI, 2002, p. 82-83).

Com base no exposto é possível perceber pela historicidade da educação profissional no Brasil que existiu uma preocupação com o social no âmbito não somente de preparação para o convívio em sociedade, mas de reparação, correção e preparação para o trabalho visando, a permanente e escravizada mão-de-obra operária, mesmo, com o aparecimento dos Liceus de Artes e Ofícios sendo substituídos por instituições modernizadas, públicas e particulares. Mas, já é possível distinguir avanços na educação profissional no Brasil, em face da implementação de regulamentações como o artigo 227 da Carta Magna do País; a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – LDB (Lei 9.394/96); o Decreto 5.154/2004; o Parecer 16/99; o Decreto 5.840 e outros que de forma legal possibilitam ao indivíduo a busca por melhorias profissionais e sociais.

## 2.6. A Legitimidade da Educação Profissional

O ensino técnico atualmente apresenta como parâmetro a adequada compreensão do papel das potencialidades da educação profissional e tecnológica e, pressupõe a aquisição do conhecimento tecnológico como princípio e objetivo para o desenvolvimento socioeconômico do país, e a diminuição das desigualdades sociais com a implementação da inclusão de jovens e adultos no mundo do trabalho. Nesse sentido, a Lei 9.394, no capítulo III, Da Educação Profissional; tem como fundamentação em seu artigo 39 – A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, a ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva. Ações, regulamentadas pelo Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004, por meio de cursos e programas de: I – formação inicial e continuada de trabalhadores; II – educação profissional técnica de nível médio; e III – educação profissional tecnológica de graduação e de pós-graduação.

O Parecer do Conselho Nacional de Educação e Conselho de Educação Básica / CNE/CEB – nº 16/99 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico, no item II, diz que: a educação para o trabalho não tem sido tradicionalmente colocada na pauta da sociedade brasileira como universal. O não entendimento da abrangência da educação profissional na ótica do direito à educação e ao trabalho, associando-a unicamente a “formação de mão-de-obra”, tem reproduzido o dualismo existente na sociedade brasileira, entre as “elites condutoras” e a maioria da população, levando, inclusive, a considerar o ensino normal e a educação superior como não tendo nenhuma relação com a educação profissional. Ou seja, a educação profissional historicamente sempre se evidenciou a classe social menos favorecida traduzindo-se no aprender a fazer, no esforço manual e físico, distinguindo-se do ensino secundário e superior, destinados as elites.

Para assegurar a efetividade desse direito, a Constituição Federal de 1988 através do Art. 218 incumbe, ao Poder público no Capítulo IV, Da Ciência e Tecnologia, promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa e a capacitação tecnológicas, apoiado nos parágrafos de 1 a 5, tendo em vista o

bem público e o progresso das ciências, com a pesquisa voltada para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional; a formação de recursos humanos nas áreas da ciência, pesquisa e tecnologia e, o apoio e estímulo a empresas no investimento a criação de tecnologias adequadas ao País, a formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos, facultando aos estados e ao Distrito Federal vincularem receitas orçamentárias de fomento ao ensino e a pesquisa científica e tecnologia.

É relevante tomar como referência, os princípios da Educação Profissional regidos por um conjunto que incluem o da sua articulação com o ensino médio e os comuns, referentes aos valores estéticos, políticos e éticos, além, dos princípios que definem sua identidade e especificidade e, se referem ao desenvolvimento de competências para a laboralidade, à flexibilidade, a interdisciplinaridade e a contextualização da organização curricular, a identidade do perfil profissional, e outros como a autonomia da instituição em seu projeto político pedagógico.

No que diz respeito aos valores estético, político e ético, é necessário, antes, ter ou rever, o sentido tradicional de expressão ou produto da linguagem. Por exemplo, a palavra “Arte”, diz respeito ao ser humano, à prática social. A estética, sinônimo de sensibilidade, qualifica o ser humano a medida em que afirma que a prática deve ser sensível a determinados valores e está em consonância com o surgimento de um novo paradigma no mundo do trabalho, que se contrapõe àquele caracterizado como industrial, operário, assalariado e outros adjetivos considerados desqualificantes.

Quanto aos valores políticos está direcionado a política de igualdade que é a contribuição da educação escolar em todos os níveis e modalidades para a universalização dos direitos básicos e da cidadania que se situam no conjunto do direito à educação e do direito ao trabalho. Tratando-se dos princípios éticos a educação profissional está pautada na ética da identidade que será o coroamento de um processo de permanente prática de valores inspirados na estética da sensibilidade, cujo principal objetivo é a constituição de competências que possibilite ao trabalhador ter maior autonomia e gerenciar sua vida profissional a fim de poder criar, recriar e resolver problemas

relacionados ao seu convívio em sociedade, seja no trabalho, no lazer, na educação ou, na economia do Estado.

Vale ressaltar que falar em educação num País como o Brasil é adentrar numa complexidade em que os mais renomados educadores têm encontrado inúmeras dificuldades para fazê-la, face aos imprevistos causados pelo próprio sistema educacional, aos quais, não nos consideramos idôneos para enumerá-los nem criticá-los. Porém, se percebe não bastar programas metodológicos com atitudes consideradas corretas se não houver a inserção de valores sociais e sistematização de um conjunto de ações que envolvam disposição e atitude como: pesquisar, selecionar informações, analisar, sintetizar, argumentar e cooperar de forma a possibilitar o usufruto dos quatro pilares que fundamentam a educação, mas para concretização de tudo isso é necessário à leitura e a escrita num processo de ação contínua ao exercício da cidadania.

O Ensino Técnico e/ou educação profissional no país seja ele público ou particular é regido pelos princípios do artigo 205 e 227 da Constituição Brasileira e norteadas pelos artigos 39 a 42 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, regulamentada pelo Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004 e parecer 16/99, item 4, da educação profissional. Vale ressaltar o que evidencia este último:

A educação profissional, na LDB, não substitui a educação básica e nem com ela concorre. A valorização de uma não representa a negação da importância da outra. A melhoria da qualidade da educação profissional pressupõe uma educação básica de qualidade e constitui condição indispensável para o êxito num mundo pautado pela competição, inovação tecnológica e crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento. BRASIL.(1999)

O estabelecido no texto acima, faz lembrar que as crescentes exigências de qualidade, produtividade e conhecimento estão sob a égide do aprender a aprender e do saber fazer, e isto está intrínseco, na ação de ler e escrever, à construção e compreensão de textos como atividade essencial para o crescimento intelectual, profissional e social do indivíduo, que ao ser instigado a pensar, se torna capaz de produzir e gerir suas atividades sociais,

profissionais e econômicas. Quanto a não substituição de uma pela outra, ou concorrência, a LDB 9.394/96 possibilita a efetivação dessa condição através de seu artigo 3º, inciso I, os princípios do ensino é garantir a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Portanto, garantir formas de aprendizado e ensino que motivem e facilitem a aquisição de conhecimentos a um resultado satisfatório sem distinção de classe, e permitir continuidade aos estudos, o que está contemplado na LDB, tanto no Art. 22º, como no Art. 35º, inciso I.

## **2.7. O Ensino Médio e a integração ao Ensino Técnico**

Com base no Parecer 16/99, se pode verificar que a melhoria da qualidade da educação, não somente técnica e tecnológica deve ser compreendida pela aplicação e continuidade de uma educação básica de qualidade, constituindo assim em circunstância indispensável para se alcançar êxito num mundo competitivo. Logo, a integração da Educação Profissional com o Ensino Médio compõe um avanço na possibilidade de oferta educacional ao possibilitar a conclusão da escolarização básica, articulada ao ensino técnico de nível médio como maneira de garantir o acesso profissional e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, uma vez que o aprimoramento do educando possibilita o prosseguimento dos estudos e a preparação ao exercício profissional e de cidadania.

Lodi (2007, p. 9-11), discute que “além da educação geral, o ensino médio deve desenvolver a preparação geral para o trabalho de forma que o educando possa aprimorar-se como pessoa humana” conforme item III do Artigo 35 – LDB 9.394/96, assim como consolidar o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos na relação teoria e prática. Princípios prescritos pelo Decreto 5.154/04 na modalidade ensino médio integrado a educação profissional de nível médio, inciso I, § 1º e 2º do Art. 4º como forma de superação da dicotomia, educação geral e profissional. Desse modo, os conteúdos de ensino devem de forma integrada abranger um só currículo de maneira a cumprir as exigências dos perfis profissionais relativos às

habilitações técnicas assegurando o imprescindível diálogo entre teoria e prática à realidade social.

Baracho et al. (2006, p.17), levanta o questionamento de que a realidade social não existe por acaso, mas esta, é um produto e condição da ação dos sujeitos que por sua natureza, é desigual e contraditória, e por sua organização se expressa, também nos saberes escolares. Assim sendo, o conhecimento se mostra publicamente cada vez mais importante e ao mesmo tempo repleto de incoerências e, por vezes inacessíveis as camadas sociais desfavorecidas de uma educação de qualidade, comprometendo assim o exercício pleno da cidadania. Isso, não está em harmonia com a Lei 9.394/96 no Art 1º, § 2º, do título I, “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” e no Art. 35, itens II, III e IV, que tem a preparação para o trabalho e adaptação com flexibilidade a novas situações, com vista ao aprimoramento humano, incluindo a formação ética, autonomia intelectual e pensamento crítico a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos relacionando teoria e prática. A esse respeito à autora evidencia que:

Assim, é fundamental atentar para o fato de que o trabalho como princípio educativo não se restringe ao “aprender trabalhando” ou ao “trabalhar aprendendo”. Está relacionado, principalmente, à intencionalidade de que por meio da ação educativa, os indivíduos/coletivos compreendam, enquanto vivenciam e constroem a própria formação (...). (BARACHO, 2006, p. 28).

É naturalmente por meio da ação educativa que o individuo tenta edificar sua autonomia desenvolvendo-se intelectualmente o longo da vida na busca de soluções dos problemas que o afligem no cotidiano. Nesse sentido, a integração torna-se um processo a possibilitar ao estudante a compreensão de um melhor aprimoramento do contexto em que está inserido a fim de que possa em função dos interesses coletivos intervir nele. (CIAVATA, FRIGORO, RAMOS, *Apud* BARACHO, 2007, p. 30).

No que diz respeito à educação integrada, a Lei 9.394/1996, o art. 37, institui e oportuniza a educação àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade regular através da Educação de Jovens e Adultos. E mais, o parágrafo 3º afirma que a educação de jovens e adultos

deverá articular-se, preferencialmente com a educação profissional, na forma do regulamento. Essa articulação é corroborada no Capítulo III da Educação Profissional e Tecnológica, artigo 40 que prescreve “A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.

## CAPÍTULO III

### 3. O NASCIMENTO DO Proeja NO BRASIL

A oferta, a organização e a reorganização entre os sistemas de ensino, têm expressado melhorias na educação brasileira, principalmente ao proporcionar o reingresso de jovens e adultos ao sistema escolar com vistas a fruir dos benefícios de aproveitamento, aprofundamento e continuidade nos estudos àqueles que foram afastados do sistema escolar em face aos preceitos das legislações historicamente constituídas, assim como pelas situações em que se viram envolvidos no período de enfrentamento escolar quando em idade legal ao atendimento.

No que concerne à oferta educacional, o Brasil tem se empenhado em promover reformas na área educacional, com vistas a possibilitar a superação da defasagem ao nível de conhecimento que países em desenvolvimento apresentam. E, para tal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.934/96 é, o documento norteador dessas ações, pois, o título I, Da Educação, em seu art. 1º destaca-a como processo formativo que abrange a convivência humana e se desenvolve na família, no trabalho, nas manifestações sociais, culturais e organizações da sociedade. E, mais, o § 1º, determina que a educação escolar deva ser desenvolvida predominantemente por meio do ensino em instituições que servem a esse determinado fim. (BRASIL, 1996, p.49).

Em seguimento a essas linhas regulatórias que determinam o traçado educacional no País; o Título II, Dos princípios e Fins da Educação, em seu Art. 2º - enfatiza “a educação como dever da família e do Estado, tendo por finalidade o pleno desenvolvimento do educando (...)”. Isso conduz a compreensão daquilo que propõe o art. 3º, quando determina que o ensino seja ministrado seguindo os princípios de igualdade de condições de acesso e permanência na escola, com garantia do padrão de qualidade e valorização da experiência extra-escolar; em harmonia, com artigo 22, das disposições gerais, definindo a finalidade da educação como primordial ao desenvolvimento do



educando assegurando-lhe a formação comum e imprescindível ao exercício da cidadania e meios para progredir no trabalho e nos estudos posteriores.

É visto nitidamente que no referido artigo está implícito o ensino médio como etapa final da educação básica, o que leva a evidência também, do art. 36, item I, que destaca a educação tecnológica básica em consonância com a língua portuguesa como instrumento de comunicação e acesso ao conhecimento e exercício da cidadania, compreendendo o significado da ciência, das letras, das artes, e o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura, ao exercício do gozo dos direitos civis e político do cidadão para com o Estado, combinando com o Art. 36-A. que como diretriz orienta “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas” (BRASIL, 1996).

Vale lembrar, também, que a LDB no capítulo II, seção V, destina a educação de jovens e adultos àqueles, que não tiveram acesso, ou continuidade de estudo na idade regular e, assegura de forma gratuita oportunidades educacionais apropriadas, em que o Poder Público é responsável pela existência concreta, sem obstáculo, ao estímulo, acesso, e permanência do trabalhador em instituição escolar, mediante ações que forma um todo coerente e se completam, considerando o interesse, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames a essa parcela da população que não concluiu o ensino fundamental e médio.

Nesse contexto, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja, foi instituído no Decreto 5.478/2005 em âmbito federal e revogado pelo Decreto 5.840/2006 tendo em vista o disposto nos artigos 35 a 42 da Lei nº 9.394/1996 e, a regulamentação do art. 36 pelo Decreto 5.154/2004, art. 4º, § 2º, em que a articulação da educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio se dão de forma integrada, com equivalência legal, ao prosseguimento dos estudos e a preparação para o trabalho, podendo ser desenvolvida em estabelecimento de ensino médio ou em instituições especializadas em educação profissional. E, conforme diretrizes estabelecidas no decreto, o Proeja compreenderá cursos e programas de educação profissional de formação inicial e continuada de trabalhadores; a educação

profissional técnica de nível médio, considerando, as características dos jovens e adultos atendidos, podendo articular-se ao ensino fundamental e médio objetivando a educação continuada, nos termos do art. 3º, § 2º que se refere ao inciso I do parágrafo 1º, no que concerne a “capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização em todos os níveis de escolaridade; assim como a qualificação para o trabalho e a elevação do nível de escolaridade frente ao desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva e social. E, mais o que prevê o artigo 4º, item III, que os cursos do Proeja deverão contar com carga horária mínima de duas mil e quatrocentas horas, assegurando-se cumulativamente, de modo a atender as observâncias às diretrizes curriculares nacionais e demais atos do Conselho Nacional de Educação no sentido de estabelecer uma relação entre educação profissional técnica e ensino médio, e educação de Jovens e adultos na organização curricular.

Surge assim, o Proeja no cenário das políticas sociais e representa uma convergência de ações para a melhoria das condições de domínio dos elementos básicos à vida social, num processo de construção de conhecimento e apropriação de aprendizagem; além da qualificação à melhoria ou elevação de condição de vida do cidadão mediante a elevação da escolaridade com fins de inserção na sociedade, na produção e na economia local e nacional.

É importante ressaltar que as alterações promovidas pelo Decreto 5.840/2006 ao revogar o Decreto 5.478/2005, que instituía, no âmbito dos Centros Federais de Educação, Escolas Técnicas Federais, escolas agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas às universidades Federais; ampliam os horizontes do Proeja possibilitando, não somente ao ensino médio, mas a educação básica, abranger os cursos de educação profissional técnica de nível médio e formação continuada de trabalhadores, considerando as características de jovens e adultos atendidos pelo programa, mas, também, podendo ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais, municipais, entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculadas ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no artigo 1º, § 4º que trata dos cursos e programas do Proeja e suas articulações.

O Proeja nasce trazendo novos desafios à construção de uma política educacional que certamente no decorrer de sua implementação e desenvolvimento transforma-se, num instrumento de resgate a cidadania de indivíduos que serão preparados para atuarem na sociedade, de forma consciente com seus direitos e deveres políticos. Logo, se vê que esse é um programa, que pretende construir uma sociedade mais igualitária.

Essa intencionalidade é percebida a partir da construção de seu documento base, a qual teve a participação de representantes das Escolas Técnicas e Centros Federais de Educação Profissional e Tecnológica, do Fórum Nacional de EJA e da universidade brasileira, cujo documento, fundamenta as concepções, princípios e, formas de organização de um currículo integrado em harmonia com os pressupostos da Educação de Jovens e Adultos em funcionamento na rede federal do País.

Nesse contexto, a participação da instituição nas discussões que se efetivaram em torno do nascimento e criação do Proeja, teve como objetivo consolidar o estabelecimento da relação entre educação profissional, ensino médio e educação de jovens e adultos, pela missão de promover a educação técnica de nível médio na modalidade de jovens e adultos e o prosseguimento nos estudos na área tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, valorizando a integração dos saberes e, por conseguinte fomentar o desenvolvimento de programas e/ou projetos de iniciação científica e pesquisa, visando à geração de transferência e aplicação de conhecimentos a médio e longo prazo.

Nesse sentido, e como instituição dedicada ao ensino, à pesquisa e a extensão, o IFPA abarca as concepções e princípios, que norteiam a educação de jovens e adultos, com o compromisso de inserir em suas ofertas educacionais os sujeitos pertencentes a essa parcela da população, propiciando-lhes continuidade nos estudos através da integração da educação profissional com a educação básica na Modalidade de jovens e adultos, visando a formação não mais estreitamente para o mercado de trabalho, mas, também, uma formação integral que compreenda a preparação para o exercício pleno da cidadania pelo desenvolvimento do pensamento autônomo e crítico em conformidade com sua missão de promover a educação profissional

e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes, isto porque, as orientações do Proeja preconizam a necessidade de políticas educacionais bem consolidadas e articuladas como função estratégica para o desenvolvimento de uma nação, embora o documento base torne evidente que:

O desenvolvimento de uma nação não depende exclusivamente da educação, mas de um conjunto de políticas que se organizam, se articulam e se implementam ao longo do processo histórico, cabendo a educação importante função estratégica nesse processo de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, deve ter clareza em reconhecer que nem a educação geral nem a educação profissional tecnológica, por si só, gerarão desenvolvimento, trabalho e renda. BRASIL (2007. p. 31)

Reconhecer o papel que a educação desempenha na sociedade e no mundo é confessar o direito a cidadania, a vida em comunidade, a individualidade e sociabilidade do sujeito no preparo para o enfrentamento do processo crescente de exclusão social em face da não escolarização necessária ao acompanhamento do desenvolvimento econômico e social do País. Nesse contexto, a história tem comprovado que para haver desenvolvimento econômico é necessário que se realize o desenvolvimento educacional, social e cultural, e nesse processo, há consenso, quanto ao papel que a educação desempenha em criar, produzir, socializar e de se re-apropriar da cultura e dos conhecimentos produzidos pela humanidade.

Esse processo está em harmonia com a finalidade do programa, que é inserir no sistema escolar brasileiro, milhões de jovens e adultos, de formas públicas, gratuitas, igualitárias e universais, sociabilizando conhecimentos, de maneira estratégica, considerando a forma pelas quais foram excluídos do sistema educacional, ou, que a ele não tiveram acesso nas faixas etárias regulares, preconizados pela LDB; possibilitando-lhes acesso à educação e a formação profissional, na perspectiva de uma formação integral, resgatando a cidadania de uma imensa parcela de brasileiros expulsos do sistema escolar por problemas encontrados dentro e fora da escola (BRASIL, 2007).

Dessa forma, a perspectiva do IFPA no processo de formação no Proeja é, contribuir para a educação integral, e a superação da dualidade existente na educação brasileira entre teoria e prática, entre ensino para pensar e ensino para executar, que por questões políticas se faz presente em nossa realidade educacional, distinguindo também, os futuros de uma classe e de outra, fazendo com que o ensino no Brasil configure-se em concorrência para índices de baixo atendimento e produtividade, não coadunando com o parágrafo único, artigo 5º do Decreto 5.840/2006, o qual em sua prescrição indica com precisão que as áreas profissionais escolhidas para a estruturação dos cursos do Proeja devem, preferencialmente ser as que guardam maior sintonia com as demandas de nível local e regional, de forma a contribuir com o fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico e cultural BRASIL (2006).

Nesse sentido a estruturação dos cursos fomentando a formação em Proeja, ao dar preferência às demandas locais e regionais tem como objetivo a inclusão de jovens e adultos não somente no que refere ao acesso a escola, mas, também na promoção de permanência e desenvolvimento do educando com vistas a desenvolvimento cognitivo e intelectual a fim de abarcar a ampliação do direito à educação básica, e o trabalho como princípio educativo pela articulação entre o ensino médio e a educação profissional.

### **3.1. História, memória, construção e reconstrução**

A memória é uma construção presente sobre o passado, atualizada e renovada no tempo presente. (DELGADO, 2006).

É incontestável e evidente que o homem como ser pensante e criador de técnicas variadas, pela faculdade de reter as idéias e impressões adquiridas anteriormente, não considere como fator fundamental no processo histórico mundial, o desenvolvimento de tecnologias como atividade por meio da qual se evolui profissional e culturalmente, pois, está relacionado a produção e transmissão de conhecimentos, a criação intelectual, artística e outros. Isso porque, esse modo de proceder é a fase da tomada de consciência do papel ativo no processo criativo, enquanto trajetória descrita e percorrida

pela humanidade. Pois construir o presente é evocar o passado, organizando, compondo e estabelecendo o conjunto de conhecimentos adquiridos através de tradições ou, por meio de documentos relativos aos acontecimentos vividos pela humanidade, que:

(...) constitui-se pela inter-relação de fatos, processos e dinâmicas que, através de movimentos dialéticos e da ação de sujeitos históricos, individuais ou coletivos, transformam as condições de vida do ser humano ou se empenham em mantê-las como estão. Delgado (2006. P. 15)

Pode-se asseverar que a relação da memória e história clarificadas pela professora Lucilia representa, a construção e reconstrução não somente da história em si e por si, mas, também, de história de vida que no seu dizer, se traduz por “mudanças lentas ou abruptas, ou conservações de ordens sociais, políticas e econômicas vividas pelo homem ao longo dos tempos”. No entanto, sabe-se, que fazemos parte atualmente de um sistema de globalização que nos proporciona trabalhar processos que produzem modificações em sistemas e programas. Dessa forma, é preciso relacionar o velho com o novo, para uma convivência com a realidade social, e fomentar uma ação educativa, de caráter formativo, com fundamentação teórica e abordagens pedagógicas que sustentem a prática de uma educação mais consciente; obtendo com isso o estabelecimento de valores éticos que propiciem reflexões para a busca de alternativas nas práticas sociais, principalmente, de leitura e escrita como forma de se comunicar no mundo e com o mundo.

É importante compreender que nesse sistema de transformações denominado de processo de construção e reconstrução, em que a sociedade é impelida a se exercitar, é necessário trabalhar a educação como ponto de partida para a sucessão de enfrentamentos das mudanças que o mundo globalizado institui. É também, trabalhar a leitura e escrita na educação de jovens e adultos, não somente como forma de aprender a ler, escrever e contar, mas, de maneira a revitalizar o ensinar, o aprender, e aplicar o saber historicamente construído. No entanto, é preciso que o sistema educacional propicie aos alunos, oportunidades em que estes, de posse do conhecimento sistematizado nas mais diversas áreas possam aplicá-los, como prática

contínua de inserção na sociedade, construindo assim, a cidadania liberal que coloca a todos iguais perante a lei, garantindo assim o usufruto dos direitos constitucionais, os quais possibilitam, no dizer de Delgado (2006), a evolução dialética dos sujeitos históricos, individuais e coletivos.

Delgado (2006, p. 15) enfatiza a história oral como um procedimento metodológico na busca de se construir documentos pelo registro de narrativas, testemunhos, versões e interpretações sobre a história em suas extensões, importância, valor dos fatos, espaços e tempos em que são construídas em conformidades com as idéias e opiniões. Assim como, pela determinação das ações em que se desenvolvem, pois, a história, pela ação de produzir o saber faz da memória uma das principais fontes de conhecimento facilitando ao indivíduo, principalmente que atua na área, possibilidades de empreender viagens deslumbrantes a partir da coleta de informações, conceitos e teorias formuladas.

Bosi (2009, P. 53) contribui com a especificidade da memória quando destaca “a lembrança é a sobrevivência do passado”. A avaliação nos termos apresentados, objetiva, entre outros aspectos, mostrar que esse processo é formado por um conjunto de conhecimentos denominados de bens intelectuais do qual, só se podem registrar partes de um todo, pois, se trata de algo que o indivíduo reteve na memória e que se constitui em patrimônio integrado ao esforço da produção e concepção do conhecimento vivido no espaço e no tempo.

Esse contexto leva a evocar o que afirma Lucilia “O conhecimento sobre o passado enriquece o presente com resíduos ampliados sobre o tempo que já se foi (o ser de ontem é o ser de hoje)” revivendo, o que chama de “feliz termo” de Antônio Astor Diehl (2002) “Vinho velho, Pipa Nova”, numa referência a complexidade da relação passado/presente em suas existências simultâneas, conforme assinala Lowenthal *Apud* Delgado (2006, p.57)

(...) são três as principais fontes de conhecimento sobre o passado: a *memória*, que é introspectiva e inerente ao ser humano; a *história*, que é contingente e empiricamente verificável, e os fragmentos, que são construções realizadas pelo homem e que se transformam em relíquias, resíduos, marcas e patrimônio.

A história como um procedimento metodológico de produção do saber, no dizer de Lucília, cuja verdade ou falsidade só pode ser conhecida pela experiência e não pela razão, e a memória como um composto de bens intelectuais no tempo presente; constituem-se, num processo em que o homem busca o seu eu, e os laços que o identificam como sujeito lógico, capaz de fazer da memória uma das principais fontes de conhecimento e produção do saber, pela ação reflexiva. A Memória e História, nos termos apresentados por Delgado (2006, p. 50) são processos sociais, que possuem entre si a ligação natural nas construções dos homens, referenciados nas experiências individuais e coletivas inscritas no quadro da vida em sociedade, caracterizada por uma temporalidade em permanente transformação.

Dessa forma, o indivíduo como um ser pensante, é capaz de propor objetivos, de construir e reconstruir experiências dentre origens sociais diversas, no acompanhamento da evolução histórica, visto que, a construção do presente sobre o passado é a capacidade do indivíduo de tecer a história da humanidade através do exame de pensamentos, sentimentos testemunhos, versões e interpretações de relatos de experiências que enriquecem o tempo presente pelas suas importâncias; até porque, a realidade vivida pelo sujeito histórico está disposta a ser submetida à verificação mediante pesquisas documentais, depoimentos ou história oral para que a sociedade pense sobre si mesma e sobre sua relação com o passado. É nessa pluralidade de idéias e pela complexidade inerente a produção de documento oral como procedimento metodológico, ou, técnica de pesquisa que a memória individual e coletiva como consciência do passado no presente, será tecida num panorama da história do Proeja e da história de vida de professores de Língua Portuguesa do Programa no IFPA.



### 3.2. O Proeja na Memória e tempo presente de professores no IFPA



Figura 6. Fotografia da Placa alusiva ao primeiro Curso de Pós-graduação, Especialização *Lato Sensu* em Educação Técnica de Nível Médio Integrado ao Ensino Médio Modalidade de Educação de Jovens e Adultos no CEFET-PA. Por: José Raimundo Carvalho.

O Proeja, pela importância que representa ao desenvolvimento social e econômico do País, da região e seu respectivo pólo, teve sua origem como Modalidade de educação integrada ao ensino profissional de nível médio e técnico, e programa de governo no IFPA, a partir do que prescreve a legislação pertinente, quanto à implantação de programas regulares pelas instituições federais de educação profissional até o ano de 2007. No entanto, esse nascimento é fruto, também, de um trabalho em que predominou o esforço de educadores compromissados com a missão da instituição, quanto a:

Promover a educação profissional e tecnológica em todos os níveis e modalidades por meio do ensino, pesquisa e extensão, para o desenvolvimento regional sustentável, valorizando a diversidade e a integração dos saberes. (IFPA, 2009)

Essa mobilização de forças se faz presente nas narrativas de professores, que em seus ambientes acolhedores, e na importância que representa a educação de jovens e adultos no seu contexto histórico, no espaço temporal da atualidade, e na constituição de fonte informativa, professam, o reconhecimento do passado no presente como incitação a construção da temporalidade, assinalada por (Delgado, 2006, P. 59) como “Memória e transmissão de experiência são faces diferentes de um único cristal que inclui a história”.

É nesse ambiente que se registram as narrativas representadas nas falas de professores participantes da pesquisa, identificados no texto pelas letras maiúsculas, **(A)**, **(B)**, **(C)**, **(D)** e **(E)**, conforme experiência vivida no decorrer da implantação do programa, e história de vida, quando, com entusiasmo dão conta do resultado de um trabalho que se desenvolveu e se desenvolve com esforço, abnegação e interesse pela classe social menos favorecida, mas, também, em prol do crescimento individual e profissional exigido na atual circunstância.

Os sujeitos da pesquisa, pelas realidades vividas na busca de si mesmo, e num permanente esforço contributivo na construção histórica da educação no IFPA, assim como, na produção de conhecimentos individuais, coletivos, intelectuais e profissionais, empenharam-se em proporcionar informações manifestadas pela memória individual. Um processo dinâmico que contém no seu âmago as marcas do passado enquanto processo de compartilhamento de experiências, e as indagações e necessidades do tempo presente em que o homem é o principal sujeito por meio da história, num exame de pensamento espelhado naquilo que é reproduzido na vida e no tempo presente. Como bem ilustra Delgado (2006, p. 42). “A história nos ensina as representações possíveis da memória coletiva”.

Desse modo, o professor (A), pela capacidade ou direito de decidir atualizar o passado nas ações do pensamento presente, proferiu. - Trabalhei na implementação do curso de Especialização para formação de professores do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - Proeja, logo que foi lançado o primeiro decreto de nº 5. 478, em junho de 2005.

Fui convidada pela SETEC/MEC para coordenar o Pólo da região norte, e esse trabalho teve início no Estado do Pará pela emissão da portaria que me conduziu ao cargo. No início de 2007, lançamos as primeiras três turmas as quais trabalhamos não somente com o Estado do Pará, mas também com o Estado do Maranhão, Tocantins e Amapá; fizemos uma grande parceria. Formamos em Tocantins, uma turma especial para atender ao Proeja, no Maranhão, preparamos professores e multiplicadores, tanto na época do CEFET-MA, como também da Unidade Descentralizada de Imperatriz, e no Estado do Amapá foi formado uma média de 30 alunos.

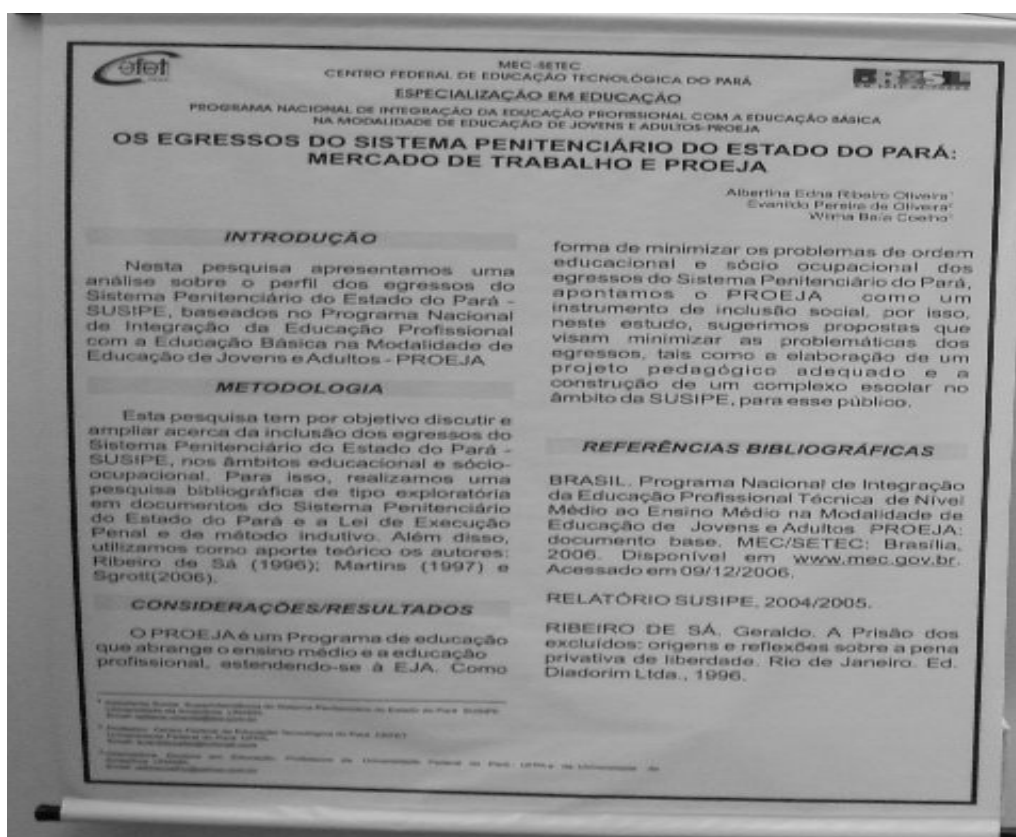


Figura 7. Fotografia de trabalho apresentado para conclusão do Curso de Especialização da 1ª Turma de formação continuada em Proeja no IFPA. Por: José Raimundo Carvalho.

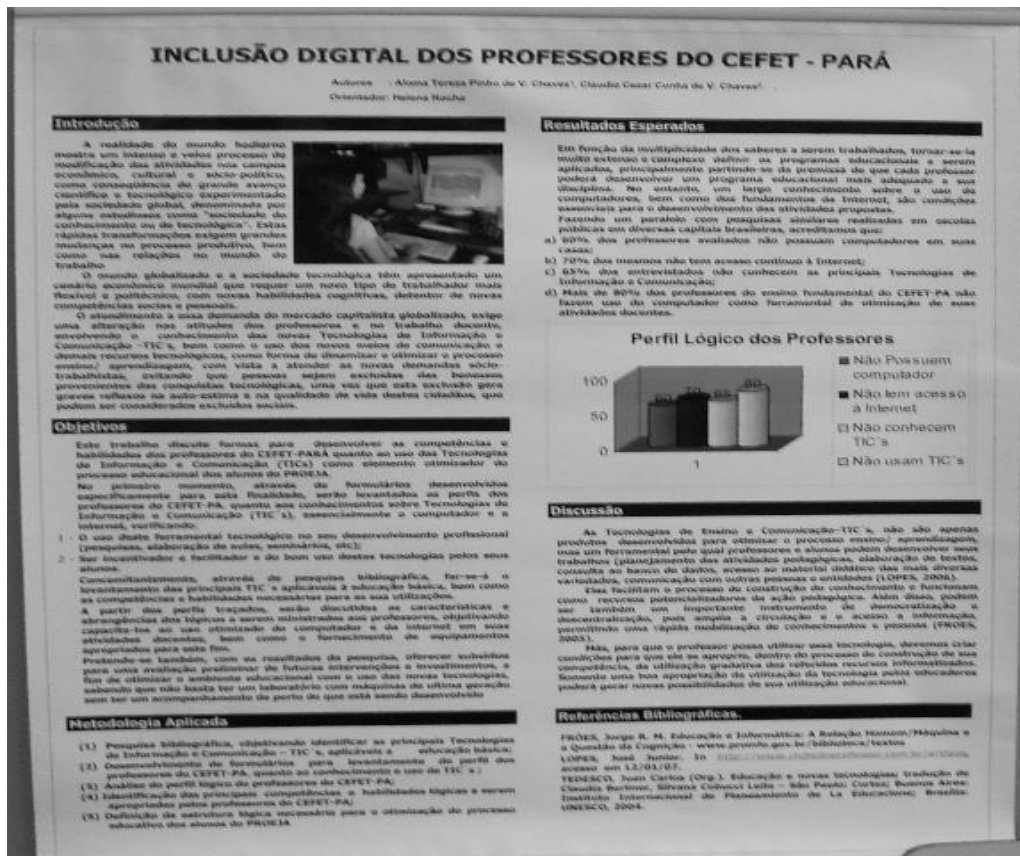


Figura. 8. Fotografia 2, de trabalho de Inclusão Digital de Professores do IFPA apresentado para conclusão do Curso de Especialização da 1ª Turma de formação continuada em Proeja. Por: José Raimundo Carvalho.

Esse desenvolvimento foi paralelo com o movimento de implantação do Proeja no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará- IFPA, onde, eu estava ligada a formação docente. No início do programa, na abertura das primeiras turmas, participei da comissão de implantação sendo que a Diretoria de Ensino no decorrer do processo fez a portaria de implantação do Proeja e também, redirecionou as tarefas para outros gestores, tanto é, que ele (diretor de ensino) fez as escolhas em relação aos coordenadores, e a todo o aparato do Proeja, retirando automaticamente a participação da Gerencia de Educação na época.

Nessa etapa iniciaram as discussões, período em que estávamos juntos; Pedagogia e Diretoria de Ensino, a partir daí, mais ou menos no início de 2007, esse processo passou integralmente para a Diretoria de Ensino, e se não me engano, foi nomeado para a Coordenação do Proeja um Professor da disciplina matemática, que ficou com a responsabilidade da atuação sobre o Programa.

Praticamente o Proeja iniciou na Instituição sem o apoio pedagógico, porque quando o Programa foi desvinculado da assessoria pedagógica, que na época era a Gerência de Ensino, ficou sob a responsabilidade de um Professor de Matemática, e o mesmo não integrou as ações pedagógicas com a Gerencia Educacional. Tenho um pensamento sobre isso. Pelo formato do projeto, que busca incluir e fazer um trabalho diferenciado, moldado na metodologia de jovens e adultos, mas do que nunca precisaria de um suporte não só pedagógico, mas também, psicossocial e, esta ação não foi tomada no período de implantação e desenvolvimento do Proeja, ocasionando muitas dificuldades, fazendo com que a proposta pedagógica até o presente não fosse elaborada.

Atualmente, no cargo de Pró-Reitora de Ensino do IFPA, uma das metas será iniciar e acompanhar o processo de construção das Propostas Pedagógicas dos Cursos de Proeja oferecidos na Instituição. A primeira reunião com essa finalidade será na quarta feira, dia 04 de outubro de 2009, a ter início às nove horas da manhã. Nessa reunião iremos começar a fazer um núcleo de estudo na perspectiva de construção de um currículo integrado para o Proeja.

Estou conseguindo fazer isso agora por conta do cargo que ocupo, mas, anteriormente eu precisava de um suporte da Diretoria de Ensino e nesse momento “ela” na gestão de seu titular, não pensou por este ângulo, e atribuiu a um professor de matemática a Coordenação. E, esse professor não teve suporte necessário, e o programa ficou deficitário no âmbito pedagógico.

Se você conversar com os alunos e com os professores participantes do programa e perguntar qual a concepção do PROEJA? Com certeza não saberão informá-lo, até mesmo por desconhecimento. Você verificará que eles não fazem planejamento para trabalhar com as disciplinas, porque, não tiveram suporte em termos de currículo, já que não existe a Proposta Pedagógica para os Cursos.

Mesmo o CEFET/PA sediando o Pólo de Formação na Região Norte, não conseguimos articular as ações de formação com a implantação dos Cursos na Instituição. E, ai, você pode fazer as suas análises em relação a

isso. O que deve ter levado a esse acontecimento e tudo mais, que não cabe a mim efetivar exposição sobre isso.

Levei esse problema, à Coordenação do grupo Proeja, na SETEC/MEC e, eles não ficaram sem saber dos problemas que o programa enfrenta aqui no IFPA; mas, como sabemos, o ângulo dessa situação é maior, é político também, e tem várias coisas envolvidas, então, eles pediram que tivéssemos muita calma e hoje, depois de praticamente três anos, constata-se o quanto foi prejudicial para os alunos e instituição, o processo de desarticulação do setor pedagógico do desenvolvimento dos cursos, o que está bem claro para todos.

Hoje tentamos fazer coletas de dados por meio da pesquisa em relação ao desenvolvimento do programa na instituição e, nos deparamos com a falta de proposta pedagógica, o acompanhamento pedagógico não existe, e o professor afirma que não conhece as bases do Proeja, mas, está dando aulas para os alunos participantes do programa. Encontramos alunos totalmente abandonados, desestimulados, se sentindo prejudicados, e um número muito grande de evasão, tudo isso por falta de pessoal para esse trabalho, e por falta de uma gestão estratégica para o desenvolvimento do proeja na Instituição.

Sabemos que o desenvolvimento desse programa se deu por um Decreto oficial, então, abro as turmas, mas, para isso preciso fazer todo um planejamento. Preciso primeiramente, ter uma proposta pedagógica e que esteja baseada principalmente nos documentos oficiais do Proeja, em termos da especificidade, da diferença entre a formação técnica aos alunos com idade regular da formação técnica, e aos alunos trabalhadores, àqueles que já estão muito tempo desvinculado da sala de aula, tínhamos que estar vendo isso.

Encontramos muitas dificuldades nesse aspecto da compreensão, do professor entender que não é uma formação mínima que o aluno do Proeja vá ter. Ah! Vou dar para ele um certificado de técnico, sendo que, tudo que ele fez, foi a menos que o aluno regular; essa compreensão era a que eles tinham. Na verdade não é isso. Eu (instituição) vou dar a ele um certificado de técnico com todo o norral de uma formação de técnico, sendo que para atingir isso, devo fazê-lo por diversificadas metodologias e amparado no pensamento da formação de jovens e adultos, e na necessidade que requer essa formação; baseada do fazer metodológico diferenciado do professor; no respeito do

professor pelos os conhecimentos prévios trazidos pelos alunos; no entendimento de que a construção do conhecimento não se dá apenas no ambiente de sala de aula, na perspectiva da formação, da capacitação do professor, da integração do professor em momentos de planejamento, e na própria proposta do curso, o que não houve.

Tivemos aqui no primeiro ano da formação docente três turmas, das quais eu fazia parte como Coordenadora e, você foi até um dos professores que teve participação efetiva, no curso de especialização do Proeja, onde a nossa preocupação foi agregar o máximo possível de professores para desenvolver essa capacitação. Agregamos uma média de trinta e cinco professores efetivos da instituição.



Figura 9. Fotografia de Trabalho direcionado a formação continuada de Professores em exposição no IFPA por ocasião da formação da primeira turma de especialização para atuar no Proeja. Por: José Raimundo Carvalho.

Sugiro que você procure-os a fim de saber quantos atuaram realmente no desenvolvimento do trabalho em sala de aula do Proeja, e quantos deles aplicaram aquela formação que tiveram durante o curso, e que acredito, foi tão importante para eles; pelos depoimentos, pelos resultados. Quantos deles se propuseram a colaborar com a instituição no projeto Proeja? Quantos deles foram chamados? Quantos deles foram envolvidos nesse processo?

Destaca-se que a primeira turma saiu bem próximo ao momento de elaboração e implementação do Proeja no IFPA. O Departamento de ensino sabia muito bem disso, pois, foi para ele (chefe de departamento) que fizemos o convite para essa participação.

Além dos professores efetivos da instituição formamos também, os da rede estadual e municipal, assim como pessoas envolvidas nas questões de jovens e adultos pertencentes às atividades penitenciárias; os que trabalham com jovens na perspectiva de integração, formação, envolvendo o âmbito educacional.

Começamos com três turmas em 2007, tivemos mais três turmas em 2008 e, em 2009 estamos com três turmas para iniciar, além da contratação de duas turmas específicas de formação docente para atuarem no Proeja pela Secretaria de Educação do Estado do Pará-SEDUC, porque, a perspectiva dessa secretaria é fazer o ensino médio integrado, e trazer para o jovem e adulto a perspectiva de formação vinculada ao trabalho, dada a sua importância. Além, disso fizemos uma turma de aperfeiçoamento fechada para o pessoal do município de Ananindeua, e estamos fazendo parceria com a rede municipal de Belém. Antes de efetivar a turma, estamos montando o currículo, o que não foi feito dentro a nossa instituição, o que é muito triste estar fazendo esse depoimento aqui, mas, é difícil compreender. Estamos fazendo assessoria para a montagem do currículo para que eles abram mais quatro turmas de Proeja no âmbito do ensino médio integrado no município.

Formamos também, professores em Mojú, que está desenvolvendo a formação de jovens e adultos. Foi muito amplo nosso trabalho em relação à formação de professores, mas, não implantei o Proeja em nível de formação de ensino médio integrado específico no IFPA.



Sobre isso, você conversa com o Diretor de Ensino da época, que com sua equipe desenvolveu esse trabalho, e pode estar lhe subsidiando com melhores esclarecimentos, a exemplo de: como foi efetivado o processo de seleção? O que foi feito de diferente para esse processo? Em que se amparou em relação a esse processo? Como foi a construção do currículo? Se esse currículo já ficou pronto?

Observa-se que a lei diz que o currículo tem que, antecipar a oferta, ai, ele te dará o material para fazer o estudo e, tudo mais detalhado sobre o currículo; sobre a questão do sistema acadêmico; o número de evasão; quais são os trabalhos que fez ou faz no âmbito pedagógico para sustentar esses alunos, a questão das bolsas, como é que eles recebem essa bolsa, e o porquê que a recebem. Pois, para cada aluno foi destinado uma bolsa de R\$ 100, 00 (cem reais), e outras coisas mais direcionadas ao Proeja dentro da instituição.

Posso te falar da formação do Proeja na perspectiva de estar preparando os professores para o desenvolvimento do programa na Instituição, mesmo que não fossem para sala de aula, mas, que servissem como multiplicadores. A idéia foi essa, obrigada por me convidar para participar de sua pesquisa fico muito feliz em poder ajudar.

O professor **(B)** manifesta-se na construção da história do Proeja utilizando um discurso no qual reúne informações resultantes de orientações prescritas que destacam a relevância da criação do Programa e dos cursos através do seu ato de fala.

A história do Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos - Proeja no IFPA tem início a partir do ano de 2005 quando foi editado um Decreto Presidencial em que as instituições de educação profissionais e tecnológicas, prioritariamente, tinham que implantar. Na época, como Diretor de Ensino, reunido com os diretores de ensino da rede federal, tivemos dificuldades em trabalhar aquele Decreto para que se tivesse uma concretude, até porque, não tínhamos experiências naquele momento de como desenvolver esse trabalho. Apelamos para SETEC/MEC para que fosse feito uma Comissão de Estudo, e consentida, essa comissão, se começou a desenvolver um trabalho que redundou na

edição de um novo decreto, o de nº 5.840/2006 que possibilitou condições efetivas de iniciar o processo, e uma das nossas primeiras demandas foi à qualificação dos nossos servidores.

Foi apontada a possibilidade de fazer um curso de qualificação de poucas horas. Mas, lutamos para que chegasse ao nível de uma especialização, o que foi conseguido no ano de 2006, destinado a todos os servidores da rede. Aqui, no caso, para nós, foi criado um pólo e nele foi desenvolvido um curso para esses professores e para os servidores. Nesse plano também, verificou-se como seria trabalhado o projeto pedagógico que para nós seria uma construção nova porque não tínhamos experiência com esse público.

No final de 2006, início de 2007, fizemos o primeiro processo seletivo através de sorteio público para os cursos de Mecânica, Eletrotécnica e Edificações, no sistema integrado a educação básica na modalidade de jovens e adultos e, esse processo previa que os candidatos teriam que ter idade mínima de 18 anos, e não ter concluído o ensino médio. Foram sorteadas três turmas, cada uma com trinta e cinco estudantes, e no mês de abril de 2007 iniciamos as aulas, com muita dificuldade, até porque, o decreto veio com a obrigação da oferta, inclusive com dados quantitativos, e não tínhamos opção. Tínhamos que atingir 10 % da oferta das vagas de 2005, então, logo no primeiro semestre ofertamos três turmas, e no segundo semestre mais uma de informática. Passamos a ter quatro cursos do Proeja a partir de 2007.

A nossa grande dificuldade desde esse momento foi com relação a servidores, principalmente professores, mas também os técnicos administrativos. Isso é uma dificuldade que perdura até hoje no nosso campus, porque não veio um acréscimo de professores. Vindo a obrigatoriedade da oferta, crescemos o número de turmas dentro da instituição, mas, não tínhamos o quadro de professores para dar conta dessa demanda. Optamos para ofertar o Proeja no turno da noite, às pessoas, que estavam diante dessa situação, a fim de tivessem acesso ao curso, porque são trabalhadores, são pessoas que já têm compromissos familiares, e seus compromissos com o trabalho, normalmente, acontece durante o dia, por isso fizemos o processo de modo que funcionasse a noite.

Figura 10. Fotografia da Ata de Reunião com o Diretor Geral do IFPA; Diretor de Ensino, Coordenadores das áreas de implantação do processo seletivo dos Cursos do Proeja, extraída de documentos que compõem os preparativos para implantação do Proeja. Por: José Raimundo Carvalho.

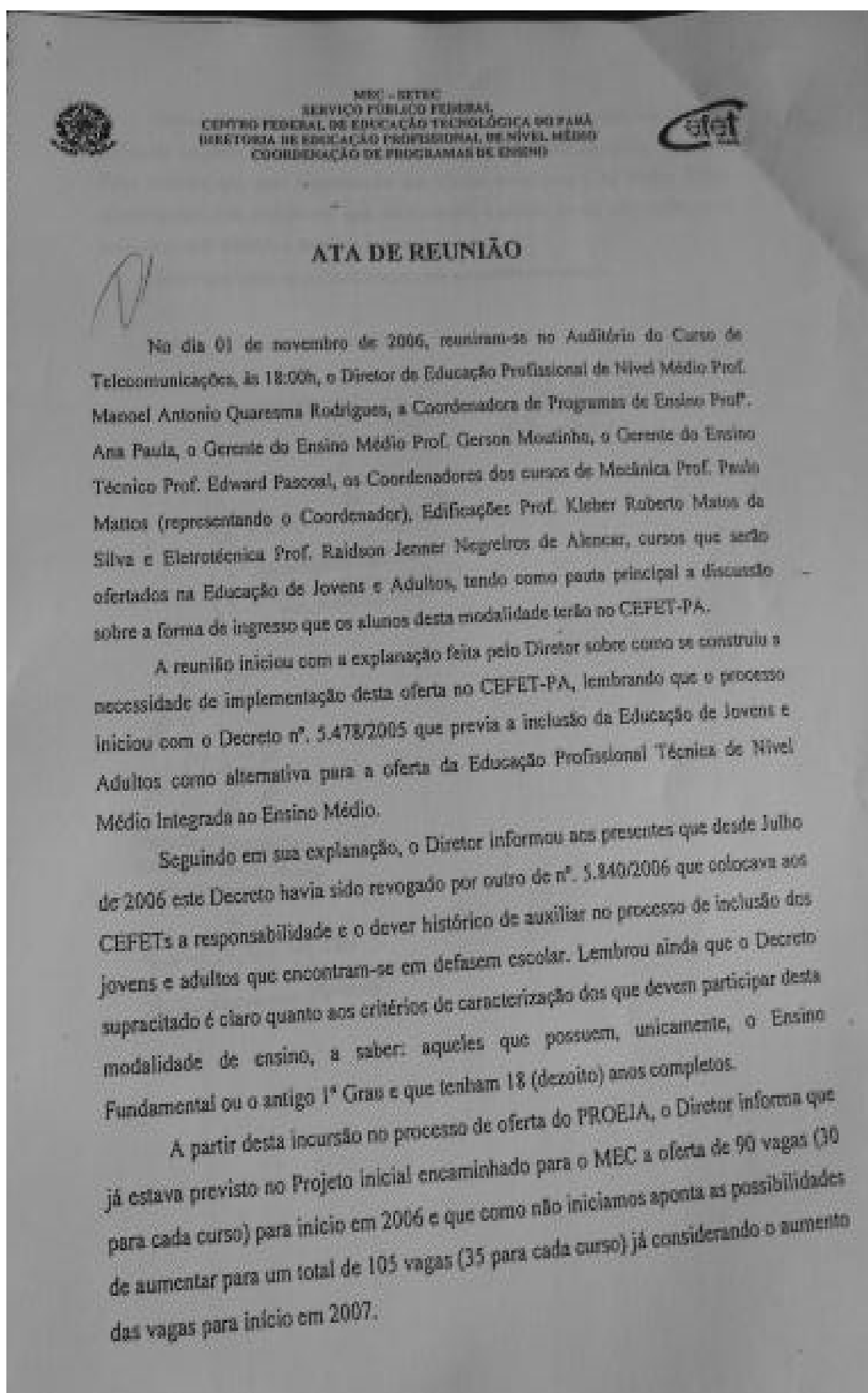




Figura 11. Fotografia do Relatório do processo seletivo realizado em 2007, implementação dos cursos técnicos integrados ao Proeja nas áreas de Edificações; Eletrotécnica e Mecânica. Por: José Raimundo Carvalho.


 MEC - SETEC  
 CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ  
 COMISSÃO DO 1º PROCESSO SELETIVO PROEJA - CEFETI 2007
 

**RELATÓRIO REFERENTE AO 1º PROCESSO SELETIVO PROEJA**  
**CEFET-PA/2007**

O 1º Processo Seletivo de 2007 referente ao PROEJA no CEFET-PA foi realizado no período 07/02 a 09/02/2007 no antigo Ginásio de Esportes do CEFET-PA, tendo o número total de 378 (trezentos e setenta e oito) candidatos inscritos no período de 22/01/2007 a 02/02/2007, concorrendo a 105 (cento e cinco) vagas ofertadas e distribuídas em três cursos: 35 vagas para o Curso Técnico de Nível Médio em Edificações; 35 vagas para o Curso Técnico de Nível Médio em Eletrotécnica e 35 vagas para o Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica, conforme apresentamos no quadro 01.

Quadro 01

CÓDIGO DA INSCRIÇÃO	CURSO	TURNO	VAGAS
01	EDIFICAÇÕES	NOITE	35
02	ELETROTÉCNICA	NOITE	35
03	MECÂNICA	NOITE	35
TOTAL DE VAGAS			105

A partir do dia 17/01/2007 iniciou-se o período de retirada das fichas de inscrição, do questionário sócio-econômico, do termo de compromisso e do boleto bancário, sendo que foram distribuídos cerca de 970 formulários de inscrições neste período.

Apresentamos no quadro 02 a tabela/ demanda dos cursos oferecidos com as respectivas vagas, total de candidatos inscritos por curso e a concorrência de candidatos por vaga.

Quadro 02

Código da Inscrição	Curso	Vagas	Nº de Inscritos	Concorrência
01	EDIFICAÇÕES	35	81	2,31
02	ELETROTÉCNICA	35	135	3,86
03	MECÂNICA	35	160	4,57
TOTAL		105	376	3,58

Figura 12. Fotografia da Matriz curricular parcial do Curso técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio Proeja, extraída de documentos que compõem os preparativos do Programa curricular do Proeja. Por José Raimundo Carvalho.

MEC - SETEC  
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DO PARÁ

4.4. Matriz curricular

**CURSO TÉCNICO EM MECÂNICA INTEGRADO COM O ENSINO MÉDIO - PROEJA**

COMPONENTES CURRICULARES	NIVELAMENTO (SEMANAS)	1º Ano		2º Ano		3º Ano		4º Ano		TOTAL	
		1º S	2º S	1º S	2º S	1º S	2º S	1º S	2º S	AULAS	HORAS
Língua Portuguesa	10	2	2							186	155,00
Língua Estrangeira		1	1							38	31,67
Artes		1	1							38	31,67
Filosofia		1	1							38	31,67
Sociologia		1	1							38	31,67
Geografia		1	1							38	31,67
Biologia		1	1							38	31,67
História		1	1							38	31,67
Química		1	1							38	31,67
Física		2	2							36	63,33
Matemática	10	2	2							186	155,00
Higiene e Segurança no Trabalho		2								38	31,67
Organização e Normas do Trabalho		2								38	31,67
Gestão da Qualidade		2								38	31,67
Eletroeletrônica				3						57	47,50
Informática Básica				3						57	47,50
<b>TOTAL</b>										<b>816,67</b>	
Língua Portuguesa				1	1					38	31,67
Língua Estrangeira				1	1					38	31,67
Filosofia				1	1					38	31,67
Sociologia				1	1					38	31,67
Geografia				1	1					38	31,67
Biologia				1	1					38	31,67
História				1	1					38	31,67
Química				1	1					38	31,67
Física				1	1					38	31,67
Matemática				1	1					114	95,00
Desenho Técnico Mecânico				3	3					38	31,67
Metrologia				2						38	31,67
Ciência dos Materiais				2						57	47,50
Mecânica dos Fluidos e Máquinas Hidráulicas				3						38	31,67
Fundamentos Térmicos Aplicados						2				57	47,50
Mecânica Técnica						3				38	31,67
Processos de Soldagem						2					633,33
<b>TOTAL</b>											
Total de Aulas por Semana		20		20	20	20	20				

Página - 17 -

PC\_05200142000116\_CPIndustrialIntegradoMecânicaPROEJA  
Av. Amaranjo Barroso No. 1155 CEP= 66.093-020 Belém - PA Telefones: (91) 3201-1798 Fax: (91) 3226-9710

Nossos professores da formação geral atuavam mais no turno da manhã e da tarde, e teríamos que trazê-los para a noite também, porque não tínhamos um quantitativo nesse turno que dessem conta dessa demanda, como até hoje tem sido nosso grande problema. Agora em 2009, já estamos chegando ao final do ano, não fizemos nenhuma oferta Proeja, porque não temos quantitativo de professores para dar conta de tudo.

A segunda oferta que fizemos foi no ano de 2008, quatro turmas também, sendo que o processo seletivo foi um pouco diferente. Fizemos o sorteio com o dobro de vagas, e àqueles candidatos que foram sorteados, participaram dos cursos de língua portuguesa e de matemática como uma forma de nivelamento. No final desses cursos que demorou onze semanas, eles fizeram uma prova classificatória, e aqueles que atingiram as maiores notas foram classificados, num total de 35 vagas por cursos. Temos 140 em 2007, mais 140 em 2008, totalizando 280 estudantes que ingressaram no Proeja.

No que diz respeito à construção conteúdo programático, do que muito se necessita para o desenvolvimento de um bom trabalho, não demos ainda como acabado, foi um trabalho feito num primeiro momento com as coordenações dos cursos e das disciplinas. Tivemos muita resistência dos professores por conta da exigência para com os estudantes que ingressam, para que eles tenham um alto nível de conhecimento para acompanhar o desenvolvimento dos cursos que já vêm sendo processado de forma regular. Houve reação de professores por conta dessa defasagem, mas, hoje já se tem um trabalho que começa a ter uma participação maior, então essa construção, ela não está completamente fechada.

Eu considero que o Proeja ainda, para nós, é algo que está em construção, pela característica e diversidade do público. Temos alunos que ingressaram com 18 anos, mas também alunos com 63 anos, por ai assim, então você vê o disparate, e são cidadãos brasileiros que precisam, e eu não posso simplesmente classificar pela idade; a idade gera um ponto central que é a mínima de 18 anos, agora, qual é o máximo?

O projeto pedagógico vem ainda em processo de construção, com a participação dos professores, dos servidores; dos professores tanto das

disciplinas técnicas como das disciplinas de formação geral, pensando nesse trabalho de integração. O trabalho de integração, realmente, como é a proposta; temos tido dificuldades para que esse projeto seja realmente um projeto de integração. Por quê? Por conta do número de professores que temos para fazer essa integração, então muitas vezes temos que trabalhar disciplinas de forma solta que só levam a ser uma disciplina conteudista, pois, se dá o conteúdo faz a avaliação e pronto.

No primeiro curso de especialização houve um número não tão grande de professores da instituição que participaram, não houve interesse dos professores, até porque muitos já têm mestrado, doutorado, e não possuem interesse em fazer especialização para desenvolver trabalho com o Proeja, essa resistência tem sido uma grande dificuldade. Os professores são todos os da educação básica técnica e tecnológica que é a nossa carreira, e atuam na educação básica, seja lá nos cursos subseqüentes, concomitantes ou integrados, (integrados) vamos dizer assim, que seriam os regulares. Não estou dizendo que o Proeja seja irregular, mas é uma nova modalidade que nós atuamos.

Os cursos de tecnologias, de licenciaturas, engenharia, os nossos professores atuam em todos esses cursos, então não temos professores que foram selecionados especialmente para trabalhar com Proeja, eu acredito que essa também, pode ser uma dificuldade no desenvolvimento desse processo.

A questão do investimento é fundamental. Nas primeiras turmas nós recebemos um recurso para melhorar as instalações físicas, não para equipamento, foi para melhorar as condições de material de consumo aos laboratórios às turmas de 2007. Nas turmas de 2008, não tínhamos mais esse recursos, eles passaram a fazer parte à matriz orçamentária regular da instituição, o que passamos a ter a partir de 2008 foi uma bolsa para os estudantes, considerando a carência desses estudantes, em que eles recebem R\$ 100,00 (Cem reais) por mês, e essa bolsa é concedida àqueles que atingem pelo menos 75 % de freqüência no mês. É uma forma de ajuda para o seu deslocamento ou até para comprar algum material que possa precisar para o desenvolvimento de suas atividades no curso; essa bolsa tem um valor destinado dentro de um programa do Ministério de Educação. Por isso,

fazemos o projeto, encaminhamos, e, é atendido um quantitativo de dez bolsas por ano. São dez meses que são pagos para os estudantes a quantia de R\$ 100,00 (Cem reais) para cada um.

Este ano, como já falei, houve dificuldade em ofertar, em função do quadro de professores. Estamos aguardando que em 2010 tenhamos um aumento de quantitativo em nosso quadro docente para que possamos fazer o incremento para essa oferta, pois hoje a instituição possui 236 professores no quadro permanente e 83 substitutos.

### **3.3. Memória, experiência: subjetividade?**

A memória, como esteio de identidades, refere-se aos comportamentos e às mentalidades coletivas, na medida em que o relembrar individual encontra-se relacionado à inserção social e histórica de cada indivíduo. (...) ( DELGADO, 2006. p. 69).

Tomando como empréstimo a visão de Delgado (2006) sobre memória, pode-se afirmar que o sustentáculo da consciência como característica e circunstância que distingue uma pessoa pela expressão, tem como ponto de partida a memória, pela faculdade de conservar e lembrar aquilo que ocorre nas experiências já vividas; subsistindo como estímulos exteriores de grande relevância para o processo de reordenação e leitura de marcas deixadas pelo homem ou animal nos caminhos por onde passa. Como um processo decorrente dessa estruturação, as palavras de Delgado (2006) indicam que.

(...) Memória e História são processos diferentes, mas não opostos. Ambos podem ser identificados como estimuladores recíprocos, contribuindo para que o ser humano, através de sua identificação como sujeito construtor da história, reconheça-se também como sujeito construtor de seu presente e de seu futuro. (DELGADO, 2006. P. 70).

Assim sendo, os testemunhos de constituição do Proeja e de trajetória de vida efetivada com os integrantes da pesquisa, como fundamento metodológico através da oralidade, são os elementos de contribuição à busca



dos objetivos vinculados ao que norteou o projeto, mediado pela análise ao estabelecimento das correlações para o alcance dos resultados almejados.

No entanto, vale ressaltar que a vinculação entre memória e o exercício de lembrar é algo incomum para o indivíduo. Mas, difícil de estabelecer valia, ou, de se determinar a qualidade, extensão ou intensidade, em função daquilo que representa a faculdade do homem em expressar suas idéias, emoções ou, experiências por meio da linguagem, e essa relação quando aplicada a nível individual ou pessoal parece afetar a fala dos sujeitos que se propõe livremente a corroborar a reviver o passado.

Dos sujeitos históricos, dois revivem a implantação do Proeja, atados aos nós do desenvolvimento do programa na reconstituição dos acontecimentos que são narrados como memória política com ênfase no conjunto de qualidades a que submetem a relação memória e conjunto de atividades produtivas, criativas e/ou profissional (trabalho).

O professor (**A**) fala com vitalidade sobre a maneira como foi preparado a ação do Programa na Região. Acontecimentos que estão relacionados ao interesse profissional, conforme apreciação do que lhe coube como responsabilidade pela luta que empreendeu na implantação da especialização para formação de professores no Pólo da Região Norte em 2007, a qual foi implementada não somente no Estado do Pará, mas também, nos estados que aderiram à parceria para constituição do conjunto de conhecimentos e habilidades específicas a serem desenvolvidas no decorrer das atividades docentes.

Destaca que essas ações ocorreram ao mesmo tempo em que se implantava pela Diretoria de Ensino o Curso de Formação de Alunos do Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Jovens e Adultos no IFPA. Mas, que este, não teve o assessoramento pedagógico em face de determinados direcionamentos que fugiam a sua deliberação. Isso revela em seu interior a importância de que é preciso defender não somente o espaço físico vivenciado na, e para educação, mas, também, o espaço ocupado pelas forças intelectuais e morais naquilo que considera um empreendimento institucional e profissional.

A concepção que tem sobre, o estabelecimento do Proeja no IFPA deixa transparecer a configuração interior e exterior ao recordar, que hoje se vê ainda professor que não conhece as bases do Programa, mas que continua dando aulas, gerando nesse contexto um grande número de evasão e abandono de alunos. Percebe aquilo que chama de “ângulo” pela delimitação política em que o Proeja se encontra, e adverte que “o conhecimento não se dá apenas na formação do docente, mas, também, se insere na proposta do curso e no fazer metodológico do professor”.

Na memória do professor (**A**) o trabalho intelectual desenvolvido como empreendimento docente voltado ao Proeja deveria empreender esforços ao seu curso normal. Pois, não se satisfaz somente em narrar a histórica do trabalho realizado, mas julga, deixando um sinal visível da posição que ocupava ou ocupa politicamente quando se refere ao que vai fazer em prol da Modalidade de Ensino. A opinião antecipada submete a uma interpretação, sua memória política e profissional quando procura reunir em uma só, todas as atividades que deveriam ser desenvolvidas, ao seu modo de ajuizar. Essa é uma forma de emprestar particular importância ao propor pela procura de quantos professores do IFPA foram chamados para atuar, quantos aplicaram a formação adquirida no Curso de Especialização em Proeja, e outros questionamentos, visto que o Programa de Formação Básica e Profissional teve início próximo ao final das primeiras turmas de especialistas.

O Professor (**B**) associa os fatos passados e presente com a construção do conjunto de atividades necessárias ao desenvolvimento do Proeja numa cadeia sequencial em que a singularidade do ato de lembrar faz da memória o ponto de partida para o resultado de experiências já vividas. E, no papel de professor gestor torna sua, a patente, do processo que resultou na edição prescrita em que nasce o Proeja, evidenciando a manifestação pelo curso de especialização, e o alcance de resultado positivo no ano de 2006.

Como forma de se orientar no processo de conduzir a lembrança das ações profissionais utiliza a primeira pessoa do plural, pretérito perfeito, dos verbos ter, fazer, etc., para edificar fatos que se concretizaram, segundo seu modo de ver, impulsionando assim, o processo construtivo do Proeja como Modalidade de Ensino no IFPA.

O professor no decorrer do processo narrativo reveste-se de posicionamentos criteriosos que busca na relação memória e lembrança a exploração de recursos que se caracterizam pela ação política que o trabalho intelectual, e o conjunto de princípios, normas e funções, têm por fim ordenar a estrutura e o funcionamento da educação. Pois, da construção de um novo decreto, a qualificação do professor, a implantação do Proeja no IFPA, a dificuldade no processo de oferta, e da resistência do professor aos recursos financeiros; o que se registra, no depoimento, são ações em que há uma luta não só política, mas, administrativa, inclusive de caráter interno, para o real funcionamento do Proeja, que no seu dizer é uma nova modalidade de ensino com características diferenciadas dos cursos regulares, não que este o trate como irregular conforme enfatiza na oralidade.

Bosi (2009) atenta para a produção material da história oral como artífice do trabalho que o sujeito ocupa, nos ensina que:

A memória dos acontecimentos políticos suscita uma palavra presa a situação concreta do sujeito. O primeiro passo para abordá-la, parece, portanto, ser aquela que leva em conta a *localização de classes* e a *profissão* de quem está lembrando para compreender melhor a formação do seu ponto de vista. (BOSI, 2009, p. 454).

Vale lembrar que a recusa de algo traz mudanças, e a implementação do Proeja no IFPA é instituída pelo que acentua o testemunho das razões negativas que assinala o professor atuante de sala de aula como a maior dificuldade de sucesso no desenvolvimento do Programa, desde o quantitativo até a formação atual, numa apreciação em que acredita não estarem dispostos a ofertar seus serviços, como resistência ao fato de ser o Proeja uma Modalidade de Ensino em que sua projeção é parte da população considerada sem valia, e também, dado ao fato de que os docentes em sua maioria já possuem mestrado e doutorado. Motivo de desinteresse pela Educação de Jovens e Adultos, na qual a educação profissional torna-se parte integrante das responsabilidades que estão inseridas na súplica “A nação merece maior dimensão”.

Para ambos, o esforço e a experiência de trazer à memória os fatos de criação e implementação do Proeja, principalmente no IFPA, ocupa um espaço de considerável importância, pois a lembrança me parece ocorrer de forma espontânea em que o passado se faz presente como forma de evidenciar a política institucional em que se estabelece a dependência ao ato de fazer e poder fazer, ou, de produzir, seja pela ação de criar, recriar ou executar.

O professor **(A)** identifica-se pela autoria do movimento de preparação docente a fim de atender os preceitos e objetivos do Programa; faz repontar no texto a inquietação com as ações do Proeja no IFPA as quais foram desviadas ou arrancadas do olhar atento e cuidadoso que conduz ao pleno desenvolvimento das atividades destinadas a EJA integrada ao Ensino Técnico.

O Professor **(B)** destaca a relevância do fazer, à medida que, o caminho que percorreu, ou, a ser percorrido pelo programa baseia-se na prescrição e na necessidade de atender a obrigatoriedade da oferta educacional, na busca de solucionar as dificuldades dos alunos, e lembra que estes, recebem um recurso de R\$ 100,00 (cem reais) como incentivo àquele que atinge o percentual de frequência igual ou superior a 75 % como forma de ajuda de um programa dentro do Ministério de Educação.

Esses depoimentos possibilitam presumir que membros de um grupo de trabalho rompem ou tentam romper mediante atitudes individuais e/ou coletivas, o desdobramento de ações educacionais que se materializam e muitas vezes permanecem, oportunizando ao indivíduo, meios de visar e exercer o gozo dos direitos civis e políticos para com o estado.

Ressalta-se, no entanto que concernente a qualificação docente e ao recurso financeiro a que se refere o professor **(B)**, a EJA/Proeja tem como perspectiva a proposta de integração da Educação Profissional à Educação Básica, e o PROEJA-CAPES/SETEC, têm por objetivo estimular no País a realização de projetos conjuntos de pesquisa utilizando-se de recursos humanos e de infra-estrutura disponíveis em diferentes Instituições de Educação Superior e/ou demais instituições, possibilitando a produção de

pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados, em educação profissional integrada à educação de jovens e adultos, contribuindo, assim, com Assistência ao Estudante PROEJA, para desenvolver e consolidar o pensamento brasileiro na área.

Desde 2007, com o objetivo de acompanhar e monitorar os cursos Proeja em andamento a SETEC elaborou um projeto denominado: Projeto de Inserção Contributiva que foi realizado em mais de 21 instituições da Rede Federal que apresentaram um índice de evasão/desistência superior a 30% no período de 2006/2007. A consolidação dos dados revelou que, dentre as causas da evasão naquelas escolas, a ausência de transporte e alimentação adequados para o estudante, foram as que mais interferiram a esses acontecimentos.

Nesse sentido é que se insere a proposta do Ministério, iniciada em 2008, com a criação da Assistência ao Estudante PROEJA, por meio da qual, foram descentralizados valores em R\$ 4.815.700,00 (R\$ 100,00 por estudante), com 9.120 estudantes atendidos em 2008. No intuito de obter informações que possam orientar futuras adequações e melhorias da Assistência, em 18 de novembro de 2008, foi enviado um questionário avaliativo a todas as instituições que foram contempladas com a assistência estudantil. MEC (2008).

Segundo os dados avaliativos de 2008, o recurso de R\$ 100,00 (cem reais) destinados ao estudante Proeja contribuiu para a permanência de 2.508 alunos que responderam ao item do questionário “A Assistência Estudantil ajuda a resolver algum problema financeiro que limita a ida a escola”, MEC (2008).

Constatando que as avaliações dessa ação foram em sua maioria positivas, a SETEC segue fomentando a assistência ao estudante, mediante envio de plano de trabalho justificado, planilha com os dados (nome, matrícula, número de documentos e identificação do curso) dos estudantes frequentes dos cursos Proeja, a partir dos recursos do Programa 1062, Ação 6380 - Fomento ao desenvolvimento da educação profissional. MEC (2008). Nesse sentido, fica clara a importância da assistência estudantil, aos alunos jovens e adultos matriculados no Proeja, tendo em vista a situação social e financeira em que os mesmos se encontram.

### 3.4. O professor de Língua Portuguesa do Proeja no IFPA

As histórias de vidas são fontes primorosas na reconstituição de ambientes, mentalidades de época, modos de vida e costumes de diferentes naturezas. Enfim, podem captar com detalhamento o que pode ser denominado como “substrato de um tempo” (DELGADO, 2006, p. 22).

A representação mental, ou, modo de ver as coisas, objeto de pensamento da autora mostra que, a delicadeza e riqueza de detalhes constituídos e reconstituídos pelo conjunto de materiais culturais, psicológicos e morais e pelos processos e atividades mentais que envolvem uma ou mais pessoas, são maneiras de revelar ou evidenciar história, seja por meio da escrita, da oralidade ou da imagem. Fator que exercita a memória na construção e reconstrução, produção e reprodução de documentos, ocasionado pelas práticas sociais de naturezas distintas, concentradas na ação depoente de quem fala, ou do que se fala em um ponto que se estabeleceu um acordo ou compromisso. Uma forma que, na visão de Delgado, é considerada como entrevista de trajetória de vida, assim, manifestada.

O ponto comum que inscreve as referidas produções de documentos no campo da história oral encontra-se no fato de fazerem da memória e da narrativa elementos centrais de reconstituição de épocas e acontecimentos que tiveram importância para a vida de comunidades, instituições e movimentos aos quais os depoentes estiveram ou ainda estão vinculados. Em outras palavras, são documentos produzidos, que têm na lembrança o principal suporte para a reconstituição de versões, representações e interpretações sobre a história. (DELGADO, 2006, p. 21)

A entrevista de trajetória de vida como processo metodológico intrínseco à pesquisa qualitativa é um modo de proceder adequadamente para se atingir um objetivo, ou, para se chegar a uma determinada finalidade. (É uma forma de possibilitar ao entrevistado a liberdade de se expressar sobre o tema segundo suas próprias categorias e própria linguagem, POUPART, 2008. p. 224).

Do ponto de vista de Bosi (2009, p. 68), a função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. A **que** Delgado se refere como atividade natural ou característica de reconstituições de versões em que as histórias de vida podem levar o sujeito a fazer sua autobiografia.

Assim sendo, a lembrança, como forma de trazer algo à memória e continuar a vivência ou presença ativa do passado na ação presente, tira o véu, e se manifesta pela oralidade docente.

O Professor (**C**) assim se expressa no discurso oral. - Nasci em Belém do Pará, a 30 de maio de 1961. Sou professora de língua portuguesa da instituição oficialmente há 21 anos, portanto, estou aqui desde 1988; no entanto, três anos anteriores eu já prestava serviços a Escola Técnica Federal do Pará, nome oficial da instituição até a sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará – CEFET-PA. Então desde 1985 sou professora. Considerando esse aspecto, pode-se dizer que meu ingresso aconteceu antes de 1988, e a forma como isso aconteceu foi de acordo com o contexto da época, porque, em 1985 ainda não havia concurso público.

O processo que culminou com a função que exerço deu-se por meio de um contrato, que assinei para trabalhar num outro programa de inclusão social, o antigo pró-técnico, hoje conhecido como pró-ensino. Esse contrato tinha um direcionamento para atender esse programa que nessa ocasião era uma extensão de trabalho destinado à comunidade em geral que se vinculava a instituição, era um trabalho de atendimento a comunidade paraense e não exclusivamente ao aluno da Escola Técnica Federal. Aliás, instituição que recebeu esse nome por indicação de Anísio Teixeira, e completou em setembro de 2009, **100 anos** com a denominação de IFPA.

O eixo de trabalho se manteve o mesmo para atendimento dos cursos técnicos, portanto, técnico e tecnológico, de interesse desse universo de trabalho, e hoje atende, não mais o nível técnico, mas também o nível de ensino superior. Temos o IFPA atendendo mais de um programa, mais de um nível de ensino: nível de ensino médio; ensino médio-técnico; ensino superior e

as modalidades de ensino que são das políticas públicas federais de inclusão social, a exemplo, o Proeja.

Como ETFPA, e como CEFET-PA eu sempre atuei na função de professora de língua portuguesa e literatura nacional para o ensino médio e para o ensino técnico integrado; no entanto, a partir do momento em que foi necessário arremeter professores para o ensino de terceiro grau, duas disciplinas, aliás, três: português instrumental, lingüística I, II e III e, gramática normativa, todas vinculadas ao universo da língua portuguesa, na área de letras.

Sou licenciada em Letras pela Universidade Federal do Pará, fiz a primeira e segunda pós-graduação na mesma instituição de ensino, e cheguei a ingressar no Mestrado. A poucos meses do título foi acometida de uma doença, então fiquei apenas com o currículo integralizado do mestrado, ficando assim, com o título de Especialista, mas, sempre trabalhando com língua portuguesa porque não possuo outra formação acadêmica. Das especializações, uma foi em língua portuguesa especificamente e outra em estudos literários.

Vale ressaltar que os conhecimentos adquiridos na graduação e nesses cursos contribuíram para melhor desenvolver o ensino-aprendizagem na instituição na qual trabalho porque, sempre tomei como referência o dito popular, “a prática leva a perfeição” e, essa prática e conhecimentos teóricos adquiridos me levam a comprovar que a grade curricular do Curso de Letras do IFPA, já é uma grade interessantíssima, mesmo porque, nós no curso de Letras já contávamos naquela altura com filosofia da linguagem, por exemplo, que é uma disciplina que não aparece nos cursos de especialização. No entanto, figura no curso de pós-graduação e é sobremaneira importante, porque pensar o fenômeno da linguagem é pensar a origem, a questão ontológica, e isso é importantíssimo. Pois, existem disciplinas em nível de graduação como o Latim que é ofertado em mais de uma sequência, mais de um módulo de abordagem, que também fala tanto do aspecto de língua quanto do aspecto da cultura romana e isso nos dá ensejo para uma oportunidade de fala na sala de aula, de ensino-aprendizagem, de uma forma mais efetiva.



No momento em que eu já estava nos cursos de especializações, a paixão ficou maior. Diga-se de passagem, que a linguística sempre foi a minha maior paixão e, sempre estive muito mais afeita aos fatos de língua do que aos fatos de literatura, sem considerar, claro, as questões que estão na fronteira dessas duas áreas; teoria literária e lingüística, todas, inclusive, tendo como ferramenta a palavra. E, a maneira como isso vai chegando, de forma mais madura para a nossa intelectualidade, com certeza vai se reproduzindo em sala de aula, mediante as ferramentas que nos são ofertadas por meio das disciplinas como lingüística, nas várias modalidades, também, I, II e III, etc.

Temos também, o histórico da língua portuguesa. O estudo histórico da LP, a questão da língua arcaica e toda a revolução da língua, aspectos filológicos, a morfossintaxe, aspectos de fonética, de fonologia, semântica e pragmática que são absolutamente especiais, além do que uma abordagem, embora sucinta de análise do discurso, elas vão sempre desembocar numa performance melhor do professor da língua portuguesa em qualquer nível de ensino, seja ele no básico até o nível superior. Então, as ferramentas que são aproveitadas são as próprias disciplinas, a vivência, a prática de ensino, a metodologia de língua portuguesa, todas elas contribuem sobremaneira para a atuação do professor de língua portuguesa e de literatura nacional, até portuguesa, nos cursos de qualquer nível de ensino.

Mas, o que torna relevante, foi tornar-me professora. Pois, nisso tudo, tive o privilégio de ter uma mãe que gostava muito de ler e, se expressava muito bem; meus pais então, me incentivaram bastante, e um tio-avô, que escrevia e que era muito frequente. Nós observávamos as poesias dele, e essas foram as minhas grandes alavancas. Na minha família há muitos professores, e por conta desse contexto, eu acabo sendo mais uma professora do seio familiar e gostando de letras como minha mãe sempre gostou.

No entanto, esses atos, embora tenham influenciado na decisão profissional, não revelam que me tornei professora por acaso, mas, sim, por Livre escolha, mesmo. Na verdade, no primeiro momento eu pensei em psicologia porque também é uma área afim, mas por conta de toda paixão que denota o fenômeno linguagem para mim, fui levada a me formar e lecionar a língua portuguesa em face do seu significado à educação brasileira.

Apaixonada por essa disciplina e pelo que ela representa, sem desconsiderar as outras, que são para mim de igual importância, procurei entrar profissionalmente no ensino deste país, em especial do Pará, e como profissional, posso afirmar que o desenvolvimento de trabalho e de amizade com os colegas de trabalho no IFPA, sempre foi motivo de muito prazer. Eu sempre tive um ambiente de trabalho em que pude exercer, e desenvolver meu trabalho de forma tranquila, claro que há sempre percalços e contornos de origem política, mas, isso não afeta, e não afetou até hoje o que venho desenvolvendo; certamente que poderia render muito mais, acredito até que por uma questão de cortesia dos meus colegas para comigo e de mim para com eles, o ambiente de trabalho é sempre bom quando há motivação.

No que diz respeito a isso, há de se considerar primeiro que, a motivação tem que ser uma chama interna de cada um de nós, não que se espere uma força externa para continuar acontecendo, ela tem que primeiro acontecer dentro de você, então essa chama interna, precisa estar sempre acesa, precisa estar crepitando, agora, outras situações nas quais você sabe que a formação do professor depende do contínuo do trabalho, é evidente que a qualificação precisava ser continuada, todos os esforços em relação a essa qualificação eu também, me dei oportunidade.

A instituição está, agora, me dando uma oportunidade de vislumbrar a continuidade desses estudos, então, posso dizer que em termos de valorização pela instituição, faltou um pouquinho mais. Falta, infra-estrutura e atenção para com o docente, especialmente, o docente de língua portuguesa que precisa atender uma demanda muito grande em face dos diferentes níveis de ensino. Respeitante a motivação dos/das colegas, nós temos sempre que nos ajudar, embora nem sempre a equipe seja aquela dos sonhos, mas, quando encontramos profissionais que estão também, apaixonados pelo fenômeno, ou da língua ou da literatura; vamos aos apoios uns aos outros fazendo crescer aquilo que pode começar a adormecer. A sugestão é que primeiro se conte com a chama interna de que todo professor precisa possuir, não só o professor de língua portuguesa, mas, todo professor que por natureza deve ter.

É preciso que se tenha amor naquilo que se faz, ou, se procura fazer, digo isso porque, tudo no começo apresenta certa dificuldade que poderão ser

superadas com a prática. Lembro que trabalhar a língua portuguesa quando comecei minhas atividades docentes no hoje IFPA, era mais dificultoso porque não havia o apoio, diga-se assim, de um programa específico para um fim, embora, houvesse o fim.

Por natureza de finalidade de orientação para os cursos técnicos e tecnológicos não havia um programa específico para a abordagem da língua portuguesa para essa finalidade, no entanto hoje, como nós já temos uma noção diversificada não só do ensino técnico, mas também, para o curso de letras e, também, para o curso do Proeja; começamos adaptar a nossa metodologia e a programação, e essa motivação começa acontecer por conta do direcionamento que vamos dando de acordo com o curso que vamos ofertando, pois, estamos ofertando nosso serviço, e isso acontece de uma forma espontânea, aleatória, não por conta da instituição, porque até então a instituição não nos deu um direcionamento dentro da organização didática para executarmos a língua portuguesa para determinada área fim.

Embora isso possa parecer uma crítica, mas é uma crítica construtiva, para que entendamos que, a língua portuguesa, deva ser direcionada para determinadas finalidades específicas, mas para que o atendimento seja feito de uma maneira pontuada, continuada, e nos conheçamos o resultado do trabalho iniciado, então como isso não aconteceu, até por uma questão de falta de organização didática da instituição, nesse sentido, eu acredito na motivação vindo muito devagar.

Essa motivação, embora lenta, fez com que eu sentisse dificuldades de trabalhar a língua portuguesa na instituição quando iniciei como docente. Essas dificuldades foram realmente de ordem mais programática, na verdade precisava se estabelecer em primeiro lugar, de acordo com o eixo de atuação do instituto, uma sistemática de trabalho porque, nós tínhamos uma abordagem mais técnico-tecnológica, portanto, instrumental.

Era preciso também que o professor desse conta, do conteúdo programático instituído pelo Conselho de Educação, porque este, previa que abordássemos a língua portuguesa, não com um fim do ensino técnico-tecnológico, mas, com um fim voltado para o ensino médio o que de certa forma confundia o aluno, criando uma expectativa e forçando ao professor a

execução de ações voltadas para o vestibular, o que não é função fundamental do Instituto Federal, de qualquer modo, como o aluno deve ser entendido como cidadão, e para tal, ele precisa encarar o vestibular e o mercado de trabalho.

Tínhamos então, ou, temos ainda, que fazer um grande esforço para que esse conteúdo programático seja conciliado entre os interesses das áreas técnicas e os de um curso preparatório para o vestibular. Essa é a minha maior dificuldade em saber como abordar a língua portuguesa, para que fim e com que programa? Se o programa está mais especificado para o nível técnico-tecnológico; se a língua portuguesa está mais votada para o preparatório do vestibular; se a nível médio; se a língua portuguesa hoje se volta para os cursos de nível superior ou cada uma tem uma especificação, então, são planejamentos diferentes e isso concorre para uma dificuldade de trabalho para o professor.

No entanto essa dificuldade não desapareceu porque, trabalhar a língua portuguesa hoje no contexto do IFPA, assim como em qualquer instituição, é trabalhar com planejando, mas, não apenas com um planejamento, e sim, com vários. A carga horária é pesada, podemos dizer assim, porque sou uma professora que tenho um contrato de trabalho com a União de 40 horas aulas, com Dedicção Exclusiva. No entanto, tenho uma CH que é compensada, com uma sobrecarga de planejamentos (24 horas aulas por semana).

Hoje, trabalhar a língua portuguesa, para mim, é, trabalhar um planejamento de terceiro ano para dois diferentes cursos técnicos integrados, é trabalhar três planejamentos para primeiro, segundo e terceiro ano do Proeja, é também, trabalhar para o curso de Letras, ministrando lingüística I, II e III. Portanto, confira e veja com quantos planejamentos trabalho. Se você for conferir, trabalho com sete planejamentos diferenciados de língua portuguesa, e tendo que atender as especificidades de cada curso; em relação ao Proeja, ao curso de Design, em telecomunicações, curso de letras, etc.

Em face dessa realidade posso declarar com firmeza que ser professor de língua portuguesa, embora, atravessando percalços naturais das metodologias, e também, da própria pedagogia que se institui é sempre um prazer para mim, porque, ser professor de LP é sempre estar em contato com o

fenômeno da linguagem que para mim é algo quase divino, lembro de uma tela de Michelangelo em que você assiste a cena do Criador quase tocando o dedo da criatura na tela, que é o homem; nesse limiar, entre tocar os dedos, existe o abstrato, a linguagem faz esse elo entre a criatura e o criador, na minha visão, de uma forma sempre cotidiana e espetacular.

Ensinar a língua portuguesa ou não ensinar, mas fazer os alunos descobrirem a língua portuguesa é sempre para mim um prazer; ser professor é um prazer, é entrar em contato com a linguagem, é sensibilidade, é descobrir que por meio da palavra as pessoas se revelam, os sujeitos se revelam e tudo acontece por meio da palavra; isso é ser professor de língua portuguesa, agora, claro, ensinar gramática, texto, estudo do texto, da gramática, dos aspectos linguísticos, entrar em contato com a literatura, tudo isso aí, é muito bom, maravilhoso, mas sempre esbarra na questão metodológica.

Ser professor de LP, não é fácil, inclusive para aulas de leitura e de produção de textos, porque, cada cabeça é uma sentença, cada cidadão é uma sensibilidade. Quando isso se revela por meio da fala do aluno ou da produção escrita do aluno você tem o que realmente está diante de você. Você está diante da palavra, do fenômeno linguagem; poxa, a questão metodologia, às vezes precisa ser melhorada, eu faço *mea culpa* e digo que apesar dos 21 anos de trabalho aqui na instituição, eu preciso melhorar muito ainda a metodologia.

Como professora de L.P, minhas expectativas em relação ao ensino dessa disciplina no IFPA são de otimismo. Primeiro porque considero que o otimista se exige mais do que o pessimista, e ser otimista para o ensino de LP no instituto, significa que vou travar grandes batalhas. Traduzindo, significa que a LP precisa ter o prestígio que ela merece, e ela não tem, o Instituto não dá esse prestígio, porque, como também, já foi falado anteriormente, com a demanda de serviços que temos aqui, tanto a qualificação docente, a capacitação dele, quanto as oportunidades de trabalhos que são dadas a ele deveriam ser muito valorizadas. Um exemplo disso é as revisões de textos que precisavam passar pelo núcleo da LP. Todos os textos veiculados aqui, inclusive aqueles que são publicados pela internet, impressos até, precisavam ter uma visão de comunicação subsidiada pela LP e, não ao contrário. Nesse

sentido, a minha expectativa é de que isso vá crescer, mas, serão travadas batalhas muito fortes. Mas como sou corajosa, quero estar aqui para ajudar a fazer isso até realmente eu sentir que a LP granjeou, um pouquinho do prestígio que deveria ter no Instituto, o que eu acho não ter no momento.

Recordando o “ser professor de língua portuguesa” e a expectativa do ensino da língua mencionado nos parágrafos anteriores, assim como, o fato de ter trabalhado com um programa de inclusão social no início de minha carreira profissional, e também, por ter tido a oportunidade de historiar um pouco disso, posso falar um pouco de como foi minha chegada ao Proeja no IFPA. Primeiro, acredito que isso ocorreu pelo fato de em período anterior ter participado de diferentes modalidades de ensino, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade virtual, ou, à distância. Significa dizer então, que passei presencialmente, pelo curso técnico, médio, superior, ou passo ainda, e ainda para a modalidade à distância. Quando comecei a observar que havia o Proeja e que este deveria ser uma oportunidade de conhecimento para mim, um novo olhar da língua portuguesa, eu então, me ofereci para poder trabalhar no programa. Dessa forma, e motivada pelo projeto de inclusão, porque acho que o IFPA pode ter muitas fraquezas, mas, nesse ponto ele pode ser aplaudido, e em razão disso ele acaba encarando as políticas públicas federais e abraçando-as, talvez não seja o abraço devido, mas, é a oportunidade que nós profissionais temos para trabalhar essa nova modalidade. Por isso, cheguei até a Coordenação e ofereci minha carga horária (disponibilidade), fui aceita e estou cada vez mais apaixonada em trabalhar com o Proeja.

Os conceitos e significados do Proeja, ou melhor, a percepção que tenho do programa, de modo geral, é uma visão que se enquadra dentro de uma política pública federal de inclusão, por aquilo que se expressa, e isso para mim é louvável. A questão toda é que cada programa tem suas peculiaridades, e a cada região e a cada instituição aonde esse programa chega e ainda chegará deverá ser concebido de forma positiva, pois se trata de projeto de inclusão. Como venho de uma família pobre, de uma família de humanistas, e eu me considero humanista; sou convocada a trabalhar por uma questão ética e familiar, então, ao ser convocada para trabalhar, vejo um ponto

muito positivo, é uma política de inclusão em que você tem a oportunidade de trabalhar a matéria prima chamada esperança, de forma efetiva.

Todos os alunos do Proeja precisam ter uma formação de nível básico para poder ingressar e continuar seus estudos a fim de poderem exercer o seu profissionalismo sob pena de ser fatalmente excluído do mercado de trabalho. Então, vejo em termo geral, em termo nacional, uma percepção positiva. Em termos institucionais, acho que precisávamos ainda de uma infraestrutura melhor para poder abraçar de vez o programa não só do ponto de vista material, mas do recurso humano, recurso de formação docente para que este tenha a sensibilidade de trabalhar com o Proeja.

A grande dificuldade nesse programa em princípio, é imaterial, porque, é algo que precisa de uma motivação para poder saná-la, pois, está na evasão do aluno do Proeja. Quando esse aluno desacredita no projeto, ele vai embora, até por culpa da falta de empenho de direcionamento da coordenação; da frequência dos professores; do trabalho de motivação constante que deve ser feito. Acho que a principal dificuldade é a evasão do aluno, agora, existe a evasão do professor, por isso que falei “evasão”. O professor também desiste, uma vez que a ele é dado um tratamento muito aquém daquilo que se esperava. O que se pensou foi que o Proeja teria um tratamento especializado, o que ainda não houve de fato, então a principal dificuldade, mesmo, é a evasão imaterial.

A dificuldade material diz respeito aos alunos que precisam contar com salas de aulas específicas, aparelhadas, bem equipadas, com orçamento destinado a eles, e quando se fala em orçamento se fala em bolsas, os alunos precisam ter regularidade nessas bolsas, e às vezes essa regularidade acaba sendo quebrada, e isso interfere muito porque o aluno precisa do transporte. O deslocamento, então, quando ele não tem dinheiro, não vem à aula, porque, também, ele conta com a bolsa. A grande dificuldade material é infra estrutural e a dificuldade imaterial é o reflexo dessa falta de infra-estrutura que é justamente a evasão tanto do aluno quanto do professor.

Essa dificuldade, também, é influenciada pela maneira de como o programa é percebido no que diz respeito a programação, mais especificamente ao que é proposto em conteúdo programático, aquilo que

chamamos comumente de proposta curricular. Eu preciso ser muito sincera para dizer que nós fizemos duas programações, primeiro que havia uma tentativa de adaptar um planejamento do ensino médio-integrado, *Ipsis litteris* exatamente como é feito no ensino médio integrado, para o Proeja. Isso não foi possível, se verificou porque, claro, o nível de ensino deve ser outro, portanto, não dá para adaptar um planejamento de uma modalidade de ensino para outra modalidade de ensino, então isso, foi abandonado. O que nós fizemos em relação ao proeja? Temos professores que atuam nessa área, tentamos adaptar esse programa indo de maneira, ou seja, não subestimando a inteligência do aluno, mas de uma forma mais metódica, mais homeopática, para que o aluno do Proeja não sentisse o peso do conteúdo programático instituído, mas, não foi possível, partimos para o terceiro planejamento. Nesse planejamento, adaptamos o conteúdo do ensino fundamental em nível de 1ª a 8ª série para a descoberta de língua portuguesa, portanto, ainda estamos nas estratégias de leitura, precisamos fazer essa estratégia de forma paulatina, para criar habilidades de desenvolvimento de leitura. Não há habilidade no desenvolvimento de leitura, estamos criando essa habilidade junto aos alunos do Proeja. Estamos *pari passu* tentando escrever, quer dizer, fazer um trabalho de produção também, em nível de 1ª a 8ª série, embora, sabendo que o conteúdo a ser aplicado deveria ser o de nível médio, mas é impossível. Há um momento de nivelamento? Há. Mas, esse momento não é suficiente para arcar com a responsabilidade de conteúdo de nível médio, portanto, fazemos um planejamento continuado. O nivelamento continua no segundo ano do Proeja, o que não é mais nivelamento, é segundo ano.

Conciliando o que é do fundamental, e tentando alcançar o que é do nível médio, essa, é a dificuldade metodológica. Muito interessante. Nós estamos tentando achar caminho, observamos uma heterogeneidade muito grande porque você encontra também, pessoas que já têm uma boa capacidade de leitura e de produção, e precisamos dar meia volta para falar sobre a questão do trabalho; do ambiente do trabalho; da linguagem do trabalho; formas específicas de comunicação da área administrativa, quer dizer, você tem um percentual de alunos que não conseguem, não chegou a esse universo, então essa é uma dificuldade, que nos dizemos assim, falta



muita coisa, o caminho está muito largo, e talvez eu, professora, precise me especializar mais para enfrentar esse projeto ambicioso, projeto de inclusão, chamado Proeja. O planejamento atual não atende aquilo que podemos chamar de currículo escolar para o Proeja no IFPA, portanto o conteúdo programático que está registrado no planejamento não possibilita um atendimento, digamos, mais adequado.

Isso significa que até os cadernos de EJA, os cadernos do Proeja, precisam estar no nosso dia-a-dia para que conheçamos esses volumes; não que eles nos sirvam como única ferramenta, mas, como eles já existem deveriam chegar às mãos dos professores para que estes possam ter direcionamentos. Esse material é domínio Ministério de Educação e já está disponibilizado no próprio SITE do MEC; ele está ali, mas precisamos folheá-lo, mas, até o momento não chegou a minhas mãos o que significa dizer, não atender, porque o professor precisa criar em sala de aula, precisa estar sempre entusiasmado para trabalhar. Você vê no rosto dos alunos a dificuldade financeira, a esperança; então é preciso que você seja solidário ao aluno que tem sede de conhecimento para que ele possa estar no Proeja, ele possa conseguir alcançar sua meta de conclusão do curso e de fato se inserir no mercado de trabalho.

É válido dizer que como profissional eu gostaria que o programa de língua de portuguesa fosse voltado exclusivamente para as duas habilidades aguardadas em termos de ensino médio, não só nele como também, no ensino superior. Que habilidades são essas? São as de leitura e produção textual, muito embora, as outras duas atividades de linguagem como a de fala e de escutas, não devessem ser desprezadas. Um programa ideal deveria ter no mínimo um alcance de carga horária de leitura e produção textual; os aspectos gramaticais deveriam ser vistos numa outra fase, num outro momento, mas, aspectos linguísticos que são considerados voltados para o desenvolvimento das habilidades de leitura e de escrita, e de produção de textos deveriam ser as nossas principais metas. Fala e escuta deveriam constar, mas por hora, pelo menos minimamente, duas atividades de linguagem deveriam ser prestigiadas, leitura e produção de texto. A carga horária sequenciada deveria ser uma outra

forma de se pensar a distribuição para o horário de aprendizagem, a meu ver. Então é programa e horário.

No meu ponto de vista, o que foi exposto anteriormente deveria ser melhorado. Bom! Não falei ainda, dos aspectos literários que são previstos para o ensino-aprendizagem, em relação ao Proeja, exatamente por conta da situação de adaptação de planejamento, e no planejamento de ensino fundamental, você não tem ainda oferta de aspectos literários propriamente ditos, a não ser alguma coisa que você fale sobre versificação, poesia, poema, linguagem conotativa e denotativa, mas, são aspectos elementares que ainda não chegam a uma discussão do fenômeno literário.

Desse ponto de vista, somente há o que melhorar, e não retirar o que está incluso, porque nada deve ser preterido, acredito, a área de conhecimento é tão rica que os conteúdos deveriam estar sempre presentes e bem distribuídos. A minha questão é o nível, o que deve sair para que nível? O que deve entrar para que nível de abordagem? Então se você faz um diagnóstico hoje, dos alunos do Proeja, para o ensino médio, eles precisam de um nivelamento maior, porque eles estão muito a nível fundamental, até do ensino básico, posso dizer, (existem alunos que parecem que estão na 4ª série do antigo primário), então você precisa fazer uma adaptação para tornar homogênea aquela turma de 35 alunos, e o resultado desse esforço não pode ser visto em três meses, seis meses, nem em um ano.

É preciso haver todo um estudo, para que se pense em que nível (fazer um diagnóstico, para fazer um nivelamento) e que conteúdos programáticos aplicar para atender o ensino. Isso, dependendo do diagnóstico, então o conteúdo programático deve ser ofertado. A meu ver a área de conhecimento é rica e, ela não deve fazer sair. Você não pode tirar conteúdo, você tem que incluir conteúdo, aspectos históricos, psicológicos, sociológicos da LP, tudo envolve o fenômeno da linguagem, nada pode sair, inclusive, a linguagem matemática.

Sou otimista, afirmei isso anteriormente e cada otimista tem um nível de exigência. A minha expectativa é de que o Proeja continue como programa e que a língua portuguesa seja apresentada de forma a atender aos seus objetivos, nesse caso, eu acredito que a LP, precisa ser refeita, ser maturada,

ser conciliada, em relação aos objetivos pretendidos. Ainda acredito que isso vá levar certo tempo, não é para já, pelo que vejo em relação ao contexto de apoio no Proeja, não pode ser um apoio só apenas meio de fiscalização para o professor, não pode ser isso, ele precisa, sobretudo ter a capacidade de fazer o docente ficar envolvido. Se o docente se sentir envolvido por esse programa, ele vai se apaixonar cada vez mais.

Estou realmente muito apaixonada pelo Proeja, posso fazer *mea culpa*, dizendo que a minha contribuição inda é muito pequena em relação ao Programa. Todos nós temos falhas, não é só falha da coordenação, ou da diretoria, não, acho que precisávamos sentar juntos, pensar juntos. Já houve uma conversa, aliás, uma segunda conversa. As reuniões começaram a ficar mais sistemáticas. Nesse processo houve possibilidade de se pensar um conteúdo que se adaptasse a metodologia de projetos como um curso piloto que seria o de Edificações e, coloquei como idéia, já que há no contexto paraense uma necessidade de desenvolver a parte do setor imobiliário, onde você vê muitas construções e, os alunos do Proeja pudessem estar envolvidos num projeto concreto, em que pudéssemos ter resultados concretos, logo, a partir dessa metodologia de projetos, se pensar a língua portuguesa para aquele fim, então seria uma LP em caráter instrumental, claro, sem desconsiderar a parte cultural, a parte literária, e que ela fosse direcionada para o êxito de realização do projeto.

Eu tenho expectativas muito boas de que se vá pensar o Proeja de uma forma mais sistemática, mais organizada e que o currículo de língua portuguesa estará mais afeito ao determinado direcionamento que a instituição der. Gostaria de agradecer a oportunidade de falar como professora que aqui está há 21 anos e que aprendeu a gostar da instituição do jeito que ela é; dos colegas que tenho e de tudo que faz parte da minha vida, obrigada.

O professor (D) - Nasci no dia 29 de janeiro de 1960, em Belém do Pará. Iniciei minhas atividades docentes no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA desde o ano de 1994, ingressando na instituição por meio de concurso público. Esse ingresso ocorreu quando a instituição de ensino ainda se chamava Escola Técnica Federal do Pará. De

1994 para cá ela passou por duas denominações; depois de ETFPA, tivemos o Centro Federal de Educação Tecnológica e atualmente o IFPA. A mudança básica é que quando éramos ETFPA, tínhamos somente cursos técnicos de nível médio, a partir de CEFET, passamos também, a ter cursos superiores como os de licenciaturas em química, matemática, biologia, e também os cursos tecnológicos de informática, saúde pública e outros. Finalmente a partir de 2008, mas precisamente em dezembro de 2008 a instituição educacional é transformada em instituto.

Ressalto que sempre atuei na atividade docente, logicamente, tivemos algumas atividades como, por exemplo, coordeno a feira de literatura paraense há dez anos, como também coordenei o centenário de nossa instituição. Tenho atuado também, como editor, como escritor, a exemplo dos livros *Cefet história que inspira Poesia*, e também, do livro *De Aprendiz Artífices a Instituto Federal do Para* com o qual comemoraremos os 100 anos de criação dessa instituição, então, basicamente, atividade docente, e dentro dessas atividades outras que estão relacionadas a ela. Isso tudo está relacionado a minha formação acadêmica de Licenciatura Plena em Letras, iniciada no ano de 1985 e com o término em 1988, na Universidade Federal do Pará -UFPA, sendo o único curso a nível de graduação que possuo.

No entanto, frequentei e concluí o curso de Especialização em Teoria Literária, realizado também na Universidade Federal do Pará, cujos conhecimentos obtidos facilitaram o meu desempenho como professor, principalmente na parte pedagógica. Quanto ao conhecimento específico de Língua Portuguesa, grande parte deles foi fruto de meu interesse pela área antes mesmo de ser licenciado. Isto porque lia bastante, principalmente gramática, que era a moda na época; hoje podemos trabalhar a gramática aplicada ao texto, mas havia muitos livros naquela época que falava de gramática de maneira isolada, e eu gostava muito dessas gramáticas, na verdade eu utilizava muito dicionário.

Eu sempre gostei muito de “letras” e, da leitura em geral, então, esse conhecimento de gramática e de literatura, mesmo antes de obter a titulação eu já os possuía na área, e lógico com a minha entrada na Universidade Federal do Pará, formalizou-se esse conhecimento; e digo mais, que a universidade me

ajudou bastante no processo de formação desse conhecimento, tanto é que não tive dificuldade nenhuma em ingressar no quadro docente. Passei em primeiro lugar aqui IFPA, como eu disse esta facilidade que eu tinha de lidar com a língua portuguesa me ajudou decidir profissionalmente e escolher livremente ser professor de língua portuguesa.

Sempre fui apaixonado por Língua Portuguesa e pelo ato de ensinar. Por falar em ensinar, algo que nos motiva como profissional, percebi que a motivação aumentou mais, a partir do momento em que comecei a trabalhar com a Feira de Literatura aqui no instituto. Pois, comecei a me envolver com os alunos, com os editores, em fim, achei que era importante a aproximação de alunos e professores com os escritores da terra e com os colegas de trabalho os quais não tive nenhuma dificuldade com relação à receptividade e tratamento pessoal e profissional na instituição.

Isso me lembra, trabalhar com a Língua Portuguesa na época que iniciei minhas atividades docentes não era uma tarefa simples, pois, percebi haver certa regalia por parte das disciplinas das áreas técnicas, pelo fato de ser uma escola que trabalhava primordialmente com as disciplinas chamadas técnicas, mas, com o tempo isso foi se perdendo por conta de que os próprios alunos e professores começaram a valorizar, não somente a língua portuguesa, mas, também, outras disciplinas, como fator importante na formação geral do aluno. No entanto, a principal dificuldade foi perceber que o aluno não tinha a consciência da importância da Língua Portuguesa e de outras disciplinas não técnicas para a sua formação como profissional.

Dizia eu durante minhas aulas a esses alunos que o mercado de trabalho não espera apenas um excelente técnico, ele precisa de um excelente profissional e esse profissional precisa ter habilidades técnicas, sim, mas precisa ter outras habilidades, dentre elas a comunicação, e a língua portuguesa proporciona com certeza, habilidades inúmeras ao desenvolvimento do indivíduo. Em nossas conversas mostrava a importância da língua portuguesa e não somente da LP, mas, das outras disciplinas, também, o que facilitou nossa participação com os alunos.

Hoje percebo uma consciência maior no Brasil por parte dos alunos e isso facilita trabalhar a língua portuguesa, porque eles começam a enxergar

que o mercado profissional exige na verdade pessoas que tenham o conhecimento técnico, sim, mas, que tenha uma formação geral para ser realmente um profissional. Que não basta, ele ser um excelente técnico e, não ter um bom relacionamento com os colegas; com o chefe; ser uma pessoa que não sabe se comunicar; que não sabe fazer uma carta solicitando emprego; uma carta, um currículo ou mesmo uma entrevista. A comunicação, a utilização da língua portuguesa é importante.

Em fim, hoje o aluno tem mais consciência de suas responsabilidades e por isso se torna mais fácil ensinarmos a língua portuguesa no nosso instituto. Isto é, acho que ser professor de língua portuguesa hoje, assim como das demais disciplinas, é propiciar aos alunos a oportunidade de conhecer as várias oportunidades da linguagem, seja no convívio da família, no trabalho, no convívio social, pois, ele, o aluno vai precisar nesses vários ambientes ter uma boa socialização e a LP vai ajudar nesse sentido. O aluno precisa saber que em determinado momento precisará utilizar uma linguagem mais coloquial, em outro momento uma linguagem formal, logo, o ensino da língua portuguesa precisa propiciar isso a ele. E, Isso gera expectativas com relação ao ensino da língua portuguesa porque, na verdade, precisa uma maior integração entre os professores dessa disciplina, acho que isso talvez possa ajudar na participação daquilo que está acontecendo em novidades. Acho que precisa de maior entrosamento entre professores de LP. A partir do momento que isso acontecer mais frequentemente, acredito que facilitará a nossa vida como professor aqui no instituto.

Nós temos bons relacionamentos, mas, falta uma aproximação maior com relação às discussões das atividades que cada professor desempenha em sala de aula, aquilo que o outro faz; conhecer as experiências até dos colegas. Eu sinto que falta um pouco mais dessa aproximação entre nós, até porque, fui convidado a participar como docente da primeira turma do Proeja no IFPA; não tinha experiência nessa modalidade de ensino, mas, aceitei a proposta por considerá-la inovadora e porque eu estava acostumado a trabalhar primordialmente com os cursos técnicos e superiores. Mesmo não tendo experiência sobre o programa, eu acredito que essa modalidade de ensino

venha facilitar a aprendizagem porque o proeja trabalha com alunos que de certa forma foram excluídos do processo educacional.

Acho que a proposta é justamente fazer com que esse aluno passe agora, novamente a fazer parte do processo educacional. É uma proposta que vem beneficiar aqueles que são jovens, mas também, aqueles alunos que têm 60, 65, até 70 anos e, que queriam voltar a estudar e nesse sentido é importante que esse aluno venha ser incluído novamente no processo educacional. Isso, é claro, traz dificuldade para se lidar, porque trabalhar com alunos que estavam parados há cerca de trinta anos nos estudos, e outros com dois a três anos, isso é uma disparidade, tanto com relação à época em que pararam, assim como em relação a idade, haja visto o conhecimento de alguém que estava há 30 anos parado (com defasagem de conhecimento) e alunos com pouco tempo parado, mas portador de conhecimentos atuais na mente; Para mim foi difícil conciliar isto. Até mesmo no que diz respeito ao programa de língua portuguesa na proposta curricular do Proeja, que é percebido como uma questão maior.

Pelo o que tenho observado o Proeja está voltado primordialmente para o ensino básico. Para o ensino de nível médio a dificuldade de encontrar material para trabalhar com esses alunos, é maior, então eu acho que não há um programa específico para o proeja, o que se tem é um programa voltado para o ensino básico e, o ensino médio carece, mais de atividades voltadas para esse aluno de nível médio.

Percebe-se obviamente que para melhor atender os jovens e adultos com o programa de língua portuguesa na proposta curricular, é fazer o que tenho feito como professor de língua portuguesa; as minhas aulas visam dar ferramentas aos alunos dos diversos cursos, seja de mecânica, de edificações e outros, e fazer com que o aluno procure utilizar essas ferramentas e tenha sucesso naquilo que ele faz. Tenho observado que isso tem produzido resultados positivos, porque o programa que utilizamos é voltado para o dia-a-dia dos nossos alunos, por isso, sou de opinião que a proposta pedagógica ou proposta curricular deva ser reformulada. A propósito, é justamente a maior discussão entre coordenação e professores a esse respeito, e isso não é um pensamento só meu, mas da maioria de professores envolvidos com o Proeja,

e espero que a partir de agora essa discussão com coordenadores e professores seja mais frequente e produza resultados promissores. Com isso, o programa de língua portuguesa no currículo escolar do Proeja, deve estar voltado para esses alunos. A minha expectativa é que isso aconteça o mais breve possível para que tenham um programa voltado especificamente para eles. Eu tenho material farto voltado especificamente para esses alunos.

O professor **(E)** - Nasci no dia 03 de dezembro de 1973, em Belém do Pará. Iniciei as atividades no IFPA em 2008, mas como docente, atuo desde os quinze anos de idade e tenho uma trajetória bem longa. Comecei no Ensino Fundamental. Sou normalista! A palavra já não é mais usada, mas, sou um pouco saudosista, gosto do termo e achei uma lastima terem acabado com a escola normal, porque ainda é necessária.

Mesmo antes de concluir o Magistério, atuo na profissão; sempre gostei muito de dar aulas, e comecei bem cedo. Meu ingresso no IFPA ocorreu por meio de concurso público, fiz uma prova, dei uma aula e algum tempo depois me chamaram; uma experiência salutar. Quando aqui cheguei a Instituição ainda chamava-se CEFET-PA e no que diz respeito as mudanças de CEFET para IFPA, particularmente, não senti muito em termos de estrutura, exatamente porque desde que entrei atuo nos cursos superiores; atuei no Ensino Médio, mas exatamente no PROEJA. Não sinto a diferença estrutural porque não vivenciei o que era CEFET em relação aos cursos profissionalizantes do Ensino Médio, esses cursos que estão mais ligados a formação média. Vivenciei desde a minha entrada na Instituição o que seria a projeção do IFPA, então neste contexto, não vi mudanças para mim profissionalmente, nem em termos salariais, porque de CEFET para IFPA eu continuo ganhando a mesma coisa.

Nessa profissão sempre trabalhei e continuo trabalhando com Língua Portuguesa. Aqui no IFPA, embora trabalhe no curso de Informação, atuo na área de Letras. Dou aula de linguística, de gramática, de produção textual; dentro dos outros cursos eu trabalho com cultura e ética profissional, pesquisa no magistério, metodologia do trabalho científico, literatura infantil, e anteriormente, quando ainda era CEFET, na época do professor Cabeça, fui



professora convidada, trabalhei mais de dois anos como professora nos cursos de formação de professores, logo que saiu a lei que exigia que todos os profissionais leigos tivessem curso superior. Participei, também, desse momento do CEFET, e trabalhei com turmas de EJA, enfim, com essas disciplinas para formação desses profissionais, afora isso, trabalho na Universidade Aberta IFPA, com as disciplinas de Língua Portuguesa, porque sou licenciada em Letras, e tenho Especialização em Métodos e Técnicas de leitura.

Já fiz muitos cursos na área de alfabetização, exatamente porque a minha formação primeira que é a do magistério, e que foi de quatro anos, e no quarto ano éramos direcionados para a questão da alfabetização; fui alfabetizadora durante muito tempo, e quando fiz a primeira especialização foi exatamente na área da linguística, na análise de métodos e técnicas de leitura, porque eu queria aprofundar as questões das metodologias. Também tenho Especialização para Relações Étnicas Raciais e, em Proeja.

Por causa de minha formação, primeira, na qual entrei na universidade em 1994 e saí em 1999, fui pesquisadora todo esse período, dentro da minha área. Tive trabalho publicado, pesquisava na área de linguística, semiótica, por isso, esse contato com a pesquisa me possibilitou o conhecimento nessas amplas áreas, mas, minha paixão é a Educação. Depois de atuar ainda como alfabetizadora, e percebendo alguns problemas que concernem a questões de leitura e análise de texto, me interessei pela formação do professor, exatamente porque, as pessoas reclamam muito, a exemplo: o aluno não sabe ler; o aluno não isso, o aluno não aquilo, e aí, eu sempre me perguntava. Mas, até que ponto essa responsabilidade é do aluno?

Dentro dessa área de formação continuada e formação de professores, sempre fui pesquisadora a fim de complementar as atividades do currículo; além disso, tenho formação pelo Governo Federal na área de produção de projetos de Administração pública, o que me possibilitou caminhar um pouco mais no sentido daquilo que seria a formação numa linha de pesquisa, ou seja, o professor como pesquisador. Dessa forma, os conhecimentos adquiridos nesses cursos têm contribuído para o desenvolvimento do ensinoaprendizagem na instituição que trabalho, porque, é imprescindível que se tenha

conhecimento técnico para atuar; não dá para o profissional de hoje parar, porque uma educação continuada, não é uma coisa que se diga, é aquele que nunca teve uma formação, que precisa continuar, pois, somos todos nós, e cotidianamente devemos buscar novos conhecimentos.

Tenho também, pós-graduações inconclusas, (especialização e um mestrado) que não consegui concluí-los, na área de formação de professores na UNB, pois, tive que parar esses estudos que eram um investimento educacional à distância, na área de Novas Tecnologias para o Ensino, por conta de questões familiares. Naquilo que pude avançar nelas, sempre me preocupou, o como levar isso para a sala de aula. Vou te dizer particularmente que eu gosto de trabalhar com as licenciaturas porque são elas que formam o professores, pois, hoje vejo que o alunado é muito desmotivado, é como se ele só quisesse aprender conteúdos, mas, há outra parte.

Eu sempre digo que todo conhecimento está atrelado. Por mais que um conhecimento esteja solto, ou, cada um dentro de sua caixinha, quando você parte para o campo profissional; precisa atrelar todos os conhecimentos, principalmente o egresso, exatamente, porque, é você quem vai formar quem está na base, no fundamental, no Médio, e levando em consideração isso, sempre procurei aproveitar o máximo os cursos que fazia para tirar o que havia de melhor para levar para a sala de aula.

Afirmo, sou bem idealista com algumas coisas, acho que posso mudá-las se utilizar métodos e técnicas. Segundo a professora Vilma Baia, da UFPA, o bom profissional é aquele que planeja, tem conteúdo, é aquele que leu, mas que leu mais de um livro, então esse conjunto de pós-graduações foram feitos por julgar necessário à minha formação, porque mestrado, doutorado, todos esses formam a gente, também, assim como as especializações, cada uma no seu tempo. Não dá para você estudar e não aplicar, porque se torna o discurso da pedagogia, a teoria diferente da prática, eu prefiro utilizar a práxis, mesmo.

Vale, no entanto evidenciar que quando somos jovens, sonhamos muito com coisas grandes. E Sempre pensei fazer outra coisa, menos o Magistério! Menos ser professora. Mas, ai as coisas foram acontecendo, então comecei a ministrar aula particular, acho que é uma questão de gênio (destino), já que meu pai me criou sempre muito independente; eu achava que não tinha

que pedir dinheiro a ele para o lanche, para o ônibus, etc., isso, já por volta dos meus treze anos. Então, iniciei a dar aulas e tomei gosto, mas não pensava realmente nisso. Meus pais queriam outras profissões, como médica ou dentista, o que fazer?

Eu casei cedo e tive o primeiro filho ainda jovem e, à medida que fui organizando minha vida familiar, isso foi me preocupando, então decidi fazer um curso que me possibilitasse ajudar meu filho o mais cedo possível, logo a minha intenção de ser professora, de educar, veio por conta dessa situação, ou seja, primeiro a noção da família e depois no sentido profissional; no sentido freireano. Porém, essa escolha não aconteceu por casualidade, ou seja, como se fosse a primeira oportunidade que quis abraçar, ela foi o resultado de livre escolha, isto é, não só porque eu queria ensinar, na verdade eu queria ensinar meu filho a ler, então foi uma pretensão. Mas existe outro elemento que contribuiu também para isso, minha família é pobre como muitas e tantas famílias brasileiras. Tive um avô analfabeto, negro, uma avó analfabeta, e teve um fato na vida do meu avô que me marcou muito, que não determinou a minha ida para o magistério, mas para EJA, sim.

Quando eu tinha uns sete anos pedi ao meu avô que lesse para mim, então ele disse que não sabia, e isso ficou gravado na minha mente, porque sempre o tive como uma pessoa na qual me inspiro para continuar crendo nas minhas crenças. Perguntei-me, então, mas como um adulto não sabe ler, e eu que sou pequena estou aprendendo. Já na faculdade, em contato com as leituras, tive outras pretensões, uma vez que já havia ensinado meu filho, por que não de ensinar meu avô? Mas não deu tempo, ele morreu, infelizmente antes que o sonho pudesse ser realizado. Enfim, tornei-me professora, algo novo, na vida de uma jovem, responsabilidades, sonhos, realidade. Mas tudo que é novo assusta, não é professor? Isso é uma realidade da vida. Mesmo tendo certeza que o novo é assustador, mas ao tempo é emocionante, resolvi entrar numa instituição educacional, e a gente sempre que consegue, entra como uma sede, ou, pelo menos deveria entrar com a sede de fazer parte, de compartilhar.

Posso dizer assim, a minha entrada na instituição não foi muito amigável com o grupo de língua portuguesa, não de minha parte, talvez, por

uma situação que fora criada anterior a minha chegada. Mas sou uma pessoa paciente e não gosto de pré-julgamento, não gosto de preconceitos, nem partindo de minha pessoa e nem de outros em relação a mim, porque, qualquer relação que se estabeleça ela precisa de um tempo pra se processar, então eu dei tempo ao tempo, e posso dizer que as coisas foram se resolvendo a medida da convivência, as pessoas, precisavam me conhecer e eu a elas, mas de um modo geral fui bem recebida no IFPA, acredito que é porque costumo sempre respeitar o ponto de vista dos outros. Vale destacar, com certeza que todos os problemas que houve, somente reforçaram aquilo que eu já acreditava antes.

Estou convencida de que não existe profissional perfeito, assim como não existe o homem perfeito, estamos em constante processo de construção. Mas, encontrei dentro da instituição pessoas que sempre me incentivaram a me efetivar (pertencer ao quadro permanente de docentes), ouvi palavras como nós precisamos do seu trabalho e isso muito me apraz, porque é uma forma de reconhecimento, porque, isso acontece na minha família também, apesar de sempre ouvir deles, que trabalho muito e ganho pouco. Até porque foi o que eu abracei, eu sempre encontro pessoas que me incentivam e me sinto incluída nessa família Cefetiana, e sempre me preparando para trabalhar a língua portuguesa. Falando nisso, lembro que na época que iniciei como professora no CEFET-PA; trabalhar a língua portuguesa foi para mim muito bom.

Sei dos problemas que há na educação em termos teóricos, e dentro dessa área, sabe-se que ainda há muito que se fazer em termos de incentivo a leitura, análise de texto, por isso enveredei pela análise do discurso dentro da área de letras, minha área de pesquisa. Consciente, de todos os problemas de leituras sempre procurei ser criativa, trabalhar com o diverso porque dava aula na minha casa. Isso também, por questões do capitalismo, pois para você segurar o aluno precisa fazer a diferença, entretanto, depois que consegui um emprego institucional, não deixei a mania do diverso, então procurei dentro da diversidade fazer alguma coisa que chamasse atenção dos alunos uma vez que trabalhava com as series iniciais, logo era mais importante prender a atenção.

Revelo que isso lembrava a minha formação, porque, quem atua no magistério não atua especificamente só na sua área, isso é impossível porque não somos técnicos, somos formadores de homens, e aí precisávamos da noção pedagógica, como gosto muito de literatura; procurei me inspirar na leitura literária para poder levar para sala de aula. Gostaria de chegar perto da professora maluquinha do Ziraldo, mas eu tentava ser essa maluquinha no bom sentido, criativa, levando coisas que instigasse, tirando o que tem de ranço na escola tradicional, mas, nem tudo que tinha nessa escola era ruim. Penso que existe muita coisa que deveria voltar em termos de organização, de compromisso daquilo que existia naquele momento, a filosofia da escola tradicional, mas tentando romper exatamente o que ela tinha de ruim, a modulação, estar presa à injunção da realidade do aluno com aquilo que a escola trazia, colocando a escola num patamar a realidade do outro, e aí as leituras de Paulo Freire, Moacir Gadot e outros profissionais de educação sempre me ajudaram nesse sentido. Isso para mim era bom porque aprendia também. Paulo Freire disse que professor é aquele que de repente aprende, e eu sou aprendiz. A gente nunca sabe tudo e gosto dessa coisa do descobrir, do despertar, eu acho que não tem coisa mais bonita na educação do que você olhar para cara do educando seu e ver que ele se encantou, que você contribuiu. Não para você ser extremamente autoritário, taxativo, modulador.

Sempre considerei que a Língua Portuguesa tem muitas amarras quando se considera somente as noções gramaticais. Uma das dificuldades que senti, foi ter que ensinar gramática normativa sem descontextualizar, porque tem as estruturas de escola que o pai cobra, como ter que se ensinar conteúdo, pois quando se faz uma atividade mais solta, mais interdisciplinar, ouve-se, você não está fazendo um bom trabalho. Senti essas dificuldades, mas fui melhorando, até porque sempre procurei estudar as metodologias, pois, tudo é o método, tudo é a forma.

Costumo brincar com meus alunos de graduação. Imagine você fazer uma declaração de amor, a exemplo de modo rápido. Eu te amo. Você não convence de que ama, precisa então montar um jeito, criar um clima, porque o trabalho com a língua portuguesa precisa disso. Tive dificuldade porque comecei muito cedo no magistério, me parece que quanto mais cedo se

começa menos crédito as pessoas dão para a gente. E, por me acharem muito nova acreditavam que eu era idealista, mas lembro Pablo Neruda, que dizia que se parasse de ser idealista podiam enterrá-lo porque estava morto.

Penso que tudo na vida precisa de um ideal, pois sem isso não existe mudança. Lembro, assim que terminei o magistério, e já na faculdade, fui dar aula no Bairro da Guanabara, em Belém, e o ambiente físico possuía o chão todo furado, a sala sem segurança até para andar, era num bairro esmo, e muito perigoso. Ao passar para a sala de aula vi alguns alunos dormindo, outros dançando, porque tinha uma música alta, e quando entrei em sala de aula dei boa noite e todo mundo respondeu boa noite, mas ninguém ligou para mim. Ai então, comecei escrever no quadro, minha apresentação, pois para mim, a didática é tudo, porque me ensinaram que um professor ao se apresentar tem que ir para o quadro (lousa) e colocar data, disciplina, conteúdo do dia, dentro das formalidades que exige a educação. Então, um aluno que tinha aproximadamente uns trinta anos a mais que a mim, olhou e disse. - você que é a professora? Respondi, sou. Sua resposta foi imediata. – Sinto muito professora, mas ninguém vai te levar a sério. Tu és menor que minha filha! Isso me deu um frio na barriga, então essa também, foi uma dificuldade bem marcante, mas, em função disso, fiz um bom trabalho.

Isso reforçou uma certeza de que a educação com adulto é muito diferente da educação com a criança; o adulto é responsável por ele mesmo, ou ele faz ou não, já a criança, existe alguém por traz dela exigindo do professor. O adulto precisa aprender não somente o conteúdo curricular, mas também, um conteúdo atrelado, e foi essa minha posição de sempre correlacionar para prender a atenção deles, porque a aula começava as vinte e trinta horas e terminava as vinte e duas horas. O importante disso tudo, além do aprendizado obtido junto a esses alunos pela troca de experiências e conhecimento, foi o depoimento do aluno referido anteriormente. Ele passou a chamar-me de senhora e disse-me que adquiriu o respeito por mim, e essa noção de respeito adquirida não era o respeito por conta da idade, mas aquele que advém da admiração.

Naquela época, reitero, existiam os problemas, e continuam a existir, e continuam atuais tanto quanto, e para mim isso foi um desafio, mas não é

somente meu, é de todos que atuam na língua portuguesa, abraçar as grandes dificuldades que o ensino tem e tentar mudar, mas, não somente os de língua portuguesa, porque os problemas que existem em relação a particularidade da língua portuguesa não são só em relação a essa área especificamente, são do magistério como um todo. Os grandes problemas da educação estão presentes em todas as áreas e disciplinas, com o professor de geografia, de matemática, de física, química, etc., isso é uma luta constante.

Particularmente, gosto e procuro métodos que me auxiliam a tirar certas dificuldades, e às vezes até bem cansativo, porque mais do que nunca, hoje tem uma literatura muito vasta do que são método de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, e é uma coisa que hoje está melhor no sentido de métodos e técnicas, mas, não melhorou no sentido da formação do professor, porque como professor, posso ter uma mídia melhor, um instrumento melhor, qualquer recurso tecnológico que melhorou a atuação, mas, se o profissional não estiver preparado não adianta o recurso, boa sala, e outros, porque o que vai formar também, é a autocrítica do profissional, e hoje, a minha grande dificuldade em termos de ensino da língua portuguesa é exatamente essa visão que se tem do profissional de Língua Portuguesa, daquilo que ele precisa ensinar, daquilo que ele discute e precisa discutir, e daquilo que a sociedade cobra. Não sou professora apenas de gramática, nenhum professor de Língua portuguesa deverá ser, porque somos formadores de opinião, formadores de pessoas, e formação exige processo, e se não reflito no processo e simplesmente aceito, não estou formando, estou modulando, estou impondo. Especialmente nos cursos de química, informática, matemática, que exigem eminentemente a noção da gramática porque eles têm interesse em concursos.

Digo a esses alunos que vamos aprender gramática, sim, mas vamos primeiro contextualizá-la, por que as regras gramaticais são ajustadas ao contexto, se você entende o contexto, você consegue identificar uma regra que está no bojo de sua gramática interna. Mas isso leva tempo, porque o aluno precisa entender que o uso da língua precisa muito mais do que a normatividade da gramática.

Essas dificuldades ainda existem, mas procuro sempre melhorar. Acho que era Aristóteles que dizia - nenhum conhecimento é válido se não houver sofrimento. Esse sentido de sofrimento parece que se torna ainda melhor quando se busca de fato a plenitude da felicidade, e às vezes isso nos tira a consciência da busca. Então gosto daquilo que faço e tento contribuir de alguma forma com aquilo que é diferente, o que não é uma coisa particular, restrita a mim, vários profissionais da área têm práticas parecidas como professor Fiorin, aqui dentro de Belém mesmo, mas, há vários professores que atuam com uma proposta bem diferente do seria o ensino propriamente da Língua Portuguesa e não apenas atrelado a uma gramática.

Acho que o conjunto acaba fazendo a diferença e eu preciso sempre me empolgar, porque se não tiver paixão, mas, não a paixão cega, uma paixão pela educação pautada exatamente no compromisso, na responsabilidade do que é educação. Hoje, quando olho alguns trabalhos dentro da Língua Portuguesa, o que vejo, é a falta de paixão do profissional, a falta de interesse talvez por uma questão de estrutura porque a política que se encontra aí não propicia ao profissional da educação uma melhor atuação no magistério, logo precisamos revitalizar nossa atuação. Paulo Freire falava isso na década de oitenta, e ainda hoje parece que as pessoas estão surdas dentro do magistério porque deixamos de nos identificar como profissionais. Isto é, a partir do momento que o conjunto de corpo docente tomar consciência que somos profissionais e devemos ser respeitados como tais, muita coisa vai mudar, porque educação não é só conteúdo, não é só técnica, é também o conjunto desse corpo docente.

Ser professor de Língua Portuguesa é ser profissional antes de tudo, mas um ser profissional responsável, não apenas com o cumprimento de um conteúdo, de uma carga horária, mas com a formação do outro, eu diria que esse ser não deveria se restringir a nós professores de Língua Portuguesa, mas há todo e qualquer profissional de educação porque a nossa responsabilidade dentro da educação é a formação. E, a depender da minha filosofia de vida e profissional, eu vou ter um tipo de formação no outro, mas pra mim, hoje, a formação precisa ser dialética, não uma formação que se diga.



– Este é o caminho. Por isso, ao pensar no outro, precisa ser considerado as múltiplas possibilidades desse outro.

Hoje se discute muito a respeito das diversidades, a respeito das diferenças de raça, cor, religião; mas, até que ponto nós enquanto formadores da escola, porque, nós somos a escola, estamos nessa diversidade? Até que ponto nós estamos mostrando aos nossos educandos essa relação de respeito a diversidade? Ser professor é ter um compromisso que excede o que é material, o que prático, e aí eu diria, ser professor é uma práxis desenvolvida diariamente, todo dia, indo e voltando, repensando. As pessoas, as vezes confundem as posições de Paulo Freire, quando diz, que nós aprendemos com o erro, porque já ouvi muitas pessoas dizerem. – então tenho que errar primeiro para depois aprender? Não, obviamente, porque o erro a que se refere o autor, não é proposital, mas um erro que acontece no processo, no bojo da realização das ações necessárias de reflexões para poder ser refeitas, não é o erro que se diga - vou errar primeiro para depois acertar. Não, eu preciso refletir o processo daquilo que errei e, naquilo que acertei, mas nem sempre o que eu acerto é uma fórmula exata, porque pode ser exata para essa realidade, mas não para outra que não esteja nesse contexto, então posso usar paradigmas.

Precisamos pensar como profissionais que não estamos acabados, e que somos inconclusos, e por sermos inconclusos, somos inseguros, porque a experiência é cumulativa, mas não é finalizada, e segue por toda a vida, e então, dizer que concluímos um curso de pós-graduação e chegarmos a um grau máximo de titulação e afirmamos que somos um profissional completo, sim, completo num aspecto, cheguei a um grau onde a educação institucional parou, mas aquela educação da vida, adquirida no decorrer da vivência, ela não para, é um processo constante, e todo profissional da educação deveria pensar num processo constante.

Na qualidade de docente envolvido com a Língua Portuguesa, cheguei no Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos – Proeja, no IFPA, ainda como professora convidada. As minhas turmas de Paraupabas, Tucuruí, eram turmas grandes, e de professores, que atuavam, na época em turmas de EJA, professores oriundos do antigo Projeto Minerva, então trabalhando com eles,

trabalhei exatamente a disciplina EJA que fazia todo o resgate daquilo que foi a educação de jovens e adultos, numa proposta freireana, ainda, em meados da década de sessenta, antes do golpe militar, o que foi resgatado depois pelos militares.

Foi nesse momento que comecei dentro da área de educação a trabalhar com o que seria a interface EJA/Proeja, mas já tinha a impressão dominante anterior por questão do meu histórico com a preocupação de ensinar o meu avô a ler. Depois que descobri não ser somente meu avô que não sabia ler comecei, a me preocupar e me munir de instrumentos teóricos que me possibilitasse agir numa prática de ensino de adulto, o que é bem diferente em aspectos da Educação Infantil.

Em relação ao Proeja, tive que segurar essa vontade e realizá-la aqui no IFPA. Quando eu entrei, fui atuar como professora de três turmas do Programa, as turmas de Eletrotécnica, Mecânica e outra na área de Construção Civil, que esqueci neste momento o nome. Encontrei uma turma desmotivada, que pouco frequentava as aulas, que reclamava da estrutura, de não ter aulas com os professores, algo que não é muito diferente da realidade, aí eu diria que isso não é uma particularidade desta instituição, mas comecei meu trabalho com eles, e minhas experiências de trabalhos anteriores me dizem que se não identifico o homem, e se o homem não se identifica dentro do contexto que ele precisa atuar, ele não caminha, e uma das experiências bem interessante foi a noção de identidade, o que sempre lhes disse que o homem precisa da cultura para se identificar no meio, e como a proposta do Proeja é voltada para o mundo do trabalho eu preciso pensar isso no contexto da globalização.

Quando comecei a trabalhar a Língua Portuguesa com eles, fiz exatamente esse caminho, ou seja, pensar nas grandes linhas. Eu perguntava a eles, qual é o seu objetivo ao voltar a estudar? Eles respondiam – preciso arrumar um emprego melhor. Logo, meu diálogo com eles foi ao sentido de identificação e, eu dizia a eles, se identificarem, todos nós precisamos trabalhar. Então essas turmas foram uma grande experiência profissional, porque o trabalho com o Proeja, é um trabalho muito rico, e para mim ele trouxe novas perspectivas tanto como docente, minha própria prática educativa, como o

pensar dessa prática para outros docentes. Ainda há necessidade de se discutir como essa prática precisa ser efetivada no Proeja, porque não posso repetir fórmula que as vezes não dão certo nem com a Educação de jovens e nem infantil, ou seja, tentar repassar conteúdos completamente diferente da realidade do Proeja porque o público que você recebe possui muita experiência de vida e essa experiência é muito importante para o trabalho com Língua Portuguesa.

Ressalto ainda, que meu entendimento sobre o Proeja em primeira linha, é uma política de governo, não uma política de Estado; são coisas diferentes, mas, penso que em Educação a gente precisa aproveitar as brechas; eu preciso ter visão crítica do que é o Proeja, eu sei, e todos nós precisamos saber que cada uma dessas políticas presta um serviço, porque o governo não dá nada de graça, nada de favor, o que não deveria ser; ele precisa cumprir com a sua obrigação social, pois como cidadão, nós pagamos impostos e queremos ter retorno, mas esse entendimento não vem nessa linha, parece que todas as políticas são postas, condicionadas, pois vêm dessa forma; olha, estou beneficiando você, estou dando, é como o governo estivesse presenteando, e isso não é verdade, o governo tem que cumprir com a sua função política e social. Ai me lembra Marx e Engles, na área das ciências humanas, porque não tem como deixar de pensar neles, quando se fala de Proeja, primeiro a questão da sociedade, o capitalismo, segundo a questão dos aparelhos ideológicos, a escola é um aparelho ideológico, assim como o governo nas suas estruturas, seus e seus seguimentos, e todo conteúdo curricular, ou, qualquer proposta de educação pautada numa proposta de governo que tem a sua ideologia de formação e vai seguir isso.

A própria 9.394, tem uma ideologia de formação aparentemente mais aberta, no entanto, a de 1971, também, tinha uma, que resgatava exatamente o que estamos pensando hoje de Proeja. Hoje não posso pensar em Proeja sem pensar o que era a educação que anteriormente formava apenas para a indústria, que era a educação profissionalizante, a educação de jovens e adultos. Logo, o educando que se formou naquela época foi aquele que se especializou para uma profissão técnica, específica, não existindo a indicação de como ele iria atuar, de que forma agiria. O que mudou hoje? É dito, nós

temos que fazer no Proeja, o homem pensar no mundo do trabalho. Mas, perceba, se ele vai pensar no mundo do trabalho, vai refletir exatamente na condição social dele, na noção de que, ele vive em sociedade, e aí, quando ele começar a refletir nisso, vai perceber que é explorado no bojo do capitalismo, Marx, já dizia isso.

Hoje percebo a política educacional dessa forma, o governo dá com uma mão, mas, esconda com a outra, é essa visão que tenho. Ai, companheiros me dizem, isso é muito ideal, nunca vai acontecer. Mas, eu digo, como se vai formar um homem se ele tem que obedecer ao patrão, tem que baixar a cabeça? Digo temos que aproveitar. Costumo falar aos meus amigos que a arte é necessária, mas não é necessária porque ela se faz sozinha, mas porque ela faz com que o homem se pense, mas não somente porque ele precisa ser feliz. Quem disse que arte somente mostra felicidade? E, quando se leva isso para o sentido de educação, mostra-se que como homem preciso me pensar nas múltiplas possibilidades; então eu preciso entender, ou vislumbrar que estou fazendo isso hoje, que vou ser um profissional na área técnica, mas, que de qualquer forma serei explorado, então, vou aproveitar minhas brechas, vou mudar isso, paulatinamente, e isso, não se faz do dia para a noite, não se faz com um indivíduo, se faz com um conjunto de indivíduos.

Hoje ao refletir, afirmo, vamos ser idealistas no sentido de chegar a um fim, porque uma hora vou ter que mudar, agora, quais são as escolhas? Como se vai romper com isso? Porque a escola, embora ideológica abre algumas portas, aliás, ela te mostra as várias portas, e ela diz num discurso pseudo-democrático, quem escolhe a tua porta é tu. Só que nessa estrutura às vezes é um caminho é desvirtuado, então, nessa perspectiva precisamos ter possibilidades de escolha para fazer com que o homem reflita. Uma vez um aluno do Proeja disse-me: - Professora eu reflito; sei que vou ser explorado, sei que quando eu for concorrer uma vaga de trabalho com um engenheiro, eu vou fazer o trabalho dele e ele vai ganhar melhor em termos salariais do que eu. Disse-lhe então, você é consciente, e vai ficar somente com o curso técnico? Não está na hora de você crescer mais e aproveitar as possibilidades? E, ele disse-me. – ai estarei velho! Perguntei-lhe, quem disse que com a velhice a possibilidade de crescimento acaba? É nesse sentido que volto a noção de

arte, para a arte não existe tempo, não existe idade, eu posso ler uma obra clássica que foi escrita há dois séculos passados e ela me dizer tantas coisas, mas ela não ficou velha, ela apenas se amagomou (estagnar), ela apenas se cristalizou, somos nós a partir de nossas interpretações que vamos tentar mudar algo na sociedade, porque fazemos parte da sociedade. Se você adquire a consciência de que você precisa mudar e que vai ser uma constante busca, perfeito; avançamos um pouco, porque existe uma cultura, hoje ainda vejo dentro do Proeja que existe essa cultura técnica, o que é mais dialético ainda está de fora, porque as pessoas não acreditam na mudança e, ela não acontecerá enquanto não compreendermos que o sistema é quem nos obriga.

Marx na sua crítica ao capitalismo dizia que enquanto houver esse sistema seremos explorados e exploradores. Paulo Freire também dizia que é preciso o homem ter consciência disso, porque se ele fica cego, se nem percebe que está sendo explorado, ou, que ele é um explorador, o sistema continua funcionando. Nesse sentido, ensaio a cegueira de Saramago, também, uma outra possibilidade, eu preciso ver, compreender o que está acontecendo. Hoje se fala muito de corrupção, em deslealdade, de traição, mas, até que ponto tudo isso acontece na esfera governamental e em outras esferas? Até que ponto isso acontece na minha vivência enquanto homem? Então quando se fala em Proeja, se pensa dessa forma, sou homem e faço parte desse sistema, mas, quando vou romper com ele? Lembra-me também, propaganda política, saúde e educação, ai todo mundo acredita, mas os políticos não entendem o mínimo de educação e, a população percebe de um modo geral que a escola, a saúde precisa melhorar, que há necessidade de profissionais comprometidos.

Entendo o Proeja como uma possibilidade de mudança que deixa grandes aberturas para o diálogo, porque hoje precisamos mais de diálogo verdadeiro, de percepção para partir a uma ação. Precisamos não de um discurso pronto como aqueles que chegam com tudo amarrado, e se discute aquilo que já está decidido, onde se acredita na participação, no entanto estão servindo apenas a uma causa, ou seja, não estão participando, estão aceitando uma causa. Posso ir mais longe, a abertura que o Proeja dá não deveria ser somente do programa, mas, da educação como um todo, porque se voltarmos

na história, formamos profissionais, desde o momento que a criança entra na escola, ou seja, sempre colocamos as crianças nas escolas que apresentam melhores resultados expostos pela mídia, a exemplo também, no vestibular. Pergunta-se, e a formação humana? Essa é a abertura que o Proeja dá, ou seja, não se forma profissional sem formar o homem porque, corre-se o risco de formar pessoas desumanas, pessoas que vão pensar ao modo do que é o sistema capitalista. Hoje os livros de autoajuda vendem muito porque eu preciso saber me defender de meu concorrente, ora se eu deixo de refletir isso dentro do Proeja eu deixo de aproveitar a possibilidade que ele dá.

Pode-se perceber que as dificuldades de trabalhar, o Proeja, ou, com o Proeja, são muitas, e vão desde a questão da infraestrutura que foi montada para o Programa, até a ação direta, primeiro porque o Proeja veio como uma política e como tal foi imposta em muitas unidades de ensino, e como imposição ele chegou de repente, e ao chegar assim, de repente, os profissionais que nele atuam ou possivelmente iriam atuar, não estavam preparados para lidar com ele, porque esse programa exige uma formação específica, exige uma visão mais ampla do que seria a sociedade, o mundo do trabalho, do que seria a formação histórico-dialética do homem, e aí, quando a gente depara com as ações do Proeja, na verdade estão se repetindo formulas muitas usadas em outros momentos da educação, e que simplesmente estão repassando conteúdos, e o pior, conteúdos que são para o Ensino Médio e não estão voltados especificamente para a formação do Proeja, porque esse conteúdo não pode ser apenas um conteúdo de Ensino Médio, precisa ser mais do que isso, então isso é uma das dificuldades, a preparação do profissional que atua no Proeja.

Outra dificuldade é a falta de profissionais para atuar no Proeja. Hoje, os profissionais de educação não querem exercer atividades no Proeja, porque eles não se sentem preparados, e, é justo. Como vou dar aulas e lidar com adultos se eles têm uma experiência maior do que a minha? O que vou fazer? E, aí, é como se fosse uma bola de neve, tem a falta de recursos, de incentivos para que o estudante do Programa esteja em sala de aula, então, são muitas as dificuldades. Trabalho com o Proeja como qualquer trabalho na área de educação que precisa ser planejado, ser pensado, e como ele foi imposto ha

algum tempo, não planejado em algumas instituições, há necessidade de se fazer tudo isso para ele efetivamente acontecer.

Em educação parece que tudo tem que ser muito do dia para a noite, toma! Aqui está. Ouço muito a expressão, pega que o filho é teu. Os meus filhos eu gerei durante um tempo e tive outro tempo para organizar a chegada deles, então ao cuidar dos meus filhos eu crio todo um sistema, todo um mecanismo que vai fazer com que eles cresçam saudáveis, cresçam felizes, cresçam tentando lidar com as suas dificuldades, com seus medos. Então quando usam essa expressão para comigo, digo-lhes, me dêem o tempo processual necessário para que eu possa gestar esse isso.

Os governos, as gestões deveriam entender isso porque quando os professores reclamam, não é porque não querem fazer nada, pelo contrário, existem grandes profissionais nessa e em outras instituições, comprometidos com a educação, mas que estão assoberbados de trabalho que não conseguem dar conta de tudo que lhe são impostos de maneira repentina. Nos profissionais da educação somos, também, pai, mãe, filhos, irmãos, etc., e temos uma vida pessoal, também.

Minha professora de didática dizia que quando o professor bota o pé na soleira da porta, ele deixa de ser homem, ele é o profissional. Sempre discordei disso, e disse a ela. Não! Não deixo de ser homem, continuo, mas, na verdade eu aglutino as funções de um homem. Ali, um dos atores que surgem é um ator profissional, o que está mais em foco, mas os outros continuam lá, e vão se manifestar, sim, em dados momentos, e precisamos equilibrar, então não dá para conceber hoje essas dificuldades sem perceber exatamente a forma como o Proeja foi implantado. É claro, não dá para ficar se lamentando pela imposição, ou seja, é a mesma coisa que a 9.394, ela foi imposta; não consigo me encontrar quando ela fala de pluralidade cultural, de diversidade na escola, pois já faz dez anos que discutimos isso e ainda tem profissional que está dizendo, que não trabalha com inclusão porque foi imposto. Sim! Em dez anos não saiu do discurso da imposição? Vamos aproveitar a oportunidade e mudar alguma coisa. Tenho consciência que todas as políticas são impostas, elas não vêm de bandeja, não vêm gratuitamente, elas têm um objetivo, uma ideologia por traz delas, então, perceba as ideologias e vamos criar as nossas a partir disso,

pois, esses problemas precisam ser percebidos, ser pensados, ser verificados para uma possível mudança.

A outra questão exatamente; além da falta de profissional é, a má remuneração, não tem como deixar de falar disso, como dificuldade, porque você acaba trabalhando muito mais num programa como o Proeja do que nos outros níveis de ensino, porque a preocupação é as de conteúdo, de relação interpessoal, a noção de diversidade, a noção de inclusão para o mundo do trabalho. Já em outros níveis, a exemplo, nos cursos superiores, eu trabalho com a noção de formação profissional e conteúdos, as outras propostas, elas surgem no bojo da discussão, no Proeja não; para se fazer isso, eu, professora, preciso estar preparada, os professores precisam de leitura, a outra noção é, eles não estão preparados, não existe curso continuado, os que têm, não são suficiente para suprir as demandas dos professores, então é necessário que haja mais cursos de formação continuada para esses professores atuarem no Proeja.

É necessário que, e ai eu diria, que não é uma política só da escola, precisa ser uma política também, do governo em que se criem possibilidades de atuação dos profissionais, porque eles entram também, com perspectivas. Olha, antes, a antiga Escola Técnica formava os técnicos e logo eles tinham emprego, incrivelmente, os alunos do Proeja, acham que eles vão ter a mesma coisa aqui no IFPA, e em outras que já pude visitar, pois, isso foi confirmado quando um aluno disse-me. – Eu entrei porque sei que aqui a gente é encaminhado para um estágio e já arranja emprego. Perguntei-lhe. Será? Pense que o mercado de trabalho está muito concorrido. Qual é a vantagem para o empregador empregar alguém que tem dezoito anos ou, alguém que tem 40 anos de idade? Isso é relativo, uns preferem a experiência, outros, querem os mais jovens. E, a isso gera uma consequência, a de que ele tenha o emprego garantido, e não podemos garantir, nenhuma instituição pode garantir isso.

Do lado desses alunos, ainda, tem situações diversas, pois, nas turmas que trabalhei tinha estudantes de 16 anos, 17, 18, e 19 anos, são alunos muitos novos para estarem no Proeja. Eles migraram para o Proeja, exatamente porque abandonaram seus cursos normais, não porque eles



tiveram dificuldades familiares e precisaram trabalhar, mas exatamente porque não havia interesse na escola, e aí, na medida em que foram vendo que precisavam trabalhar, tomarão a decisão; agora, vou terminar no Proeja, porque lá, vou ter pelo menos uma profissão. Então ele entra não em busca do crescimento mais dialético, eles vêm em busca da profissionalização; eles querem a técnica, então a concepção dialética do Proeja é quebrada, também, no meio do alunado, é a antiga visão dos cursos técnicos, e até que se quebre isso é preciso muita discussão, de fato, entre educadores e educandos, mas, não somente entre eles, mas, também, da instituição, que promova ações que vão exatamente nortear essa visão.

### **3.5. Oralidade: Sujeitos da história**

No processar da memória estão presentes as dimensões do tempo individual e o tempo coletivo (social, comunitário, nacional, internacional). (DELGADO, 2006)

A oralidade, como uma atividade mental no exercício do ato de recordar, é um procedimento exclusivamente verbal do sujeito histórico que objetiva aperfeiçoar o passado no tempo presente. Mas é também uma atividade muitas vezes complexa por não oferecer comodidade, e também, embaraçosa e considerada bem pouco exercitada, no dizer de Delgado, em função daquilo que representam no espaço temporal, moral e ético do sujeito narrador, como produtor de memória dirigida.

No entanto, a trajetória de vida, como representação mental ou significação de natureza independente, constitui-se na produção do saber em diferentes períodos e diferentes circunstâncias em que um fato, ou, fatos contribuem para provocar sucessivas mudanças ou conservações de ordens sociais, econômicas, políticas, religiosas, artísticas, de produção e concepção de conhecimentos e outros, adquirindo significados e conceituações que se distinguem entre si.

Na concepção de que a história oral é o chamar de algum lugar o passado no tempo presente, e o que “O homem é um ser permanentemente em busca de si mesmo, de suas referências, de seus laços identificadores”.

(Delgado, 2006. p.51), a história de vida dos professores de Língua Portuguesa desempenha a função da lembrança na exposição dos entrevistados.

O professor (C), em princípio destaca a profissão que ocupa associando a forma de ingresso no IFPA num programa de inclusão social que a instituição destinava a comunidade carente do Município de Belém-PA, no ano de 1985. Revela o que denomina eixo de trabalho do IFPA, num caráter técnico e tecnológico. Faz a leitura funcional do passado com os olhos no presente, quando dá realce à sua formação e a projeção de seus impulsos em direção ao prosseguimento dos estudos, enumerando as pós-graduações (especialização) e um mestrado inconcluso ressaltando a contribuição dos conhecimentos adquiridos como aumento de potencial para o ensino aprendizagem.

Percebe-se, na fala do professor, a relevância do papel que parece ocupar o primeiro lugar em sua vida, ao enunciar: - ser professor de Língua Portuguesa é estar sempre em contato com o fenômeno da linguagem, é descobrir por meio das palavras que as pessoas se revelam, é ter amor naquilo que se faz ou procura fazer porque, cada cidadão tem uma sensibilidade.

Seu argumento de história de vida parece reconstituir ambientes que se referem a processos específicos vividos e marcados pela ação do pensamento em refazer o passado no momento presente. No entanto, a excentricidade com que constrói as relações que estabeleceu com a lembrança, pela oralidade, às vezes centralizada, às vezes se afastando do centro reflexivo ao evocar a imagem que deseja formar de si; faz com que em muitos momentos, o relato não só pareça obscuro, mas, de um entendimento em que a relação memória x lembrança pareça como formadora de experiências capaz de ir de encontro a sensibilidade, visto que assim se expressa. – Hoje, trabalhar a Língua Portuguesa para mim é trabalhar um, dois, três planejamentos, para um, dois, dois, três cursos integrados, cursos superiores. –Ser professor de Língua Portuguesa é atravessar percalços naturais da metodologia (...).

O professor (**D**) ao iniciar seu testemunho recorda a forma como chegou ao IFPA no ano de 1994 quando a instituição era denominada ETFPA, e trabalhava especificamente com os cursos técnicos, enumerando as nomenclaturas que a instituição recebeu ao longo de seu desenvolvimento.

De forma vibrante desenha os contornos de sua atuação com uma farta execução de atividades que tomam determinados caminhos e procedimentos que vão da ação docente, a função de coordenação de programas da instituição como a Feira de Literatura, a escritor e editor.

O professor, em sua dinâmica revela-se diligente, acentuando o término de sua graduação no ano de 1988, a conclusão de pós-graduação, sem especificação de data, ambas, na Universidade Federal do Pará nas quais os conhecimentos obtidos, segundo o relato, facilitaram seu desempenho docente e o ajudou na livre escolha de se tornar professor; um fato que em juízo de valor determinado pelo entrevistado, possibilitou vitórias, inclusive, a de ter entrado para o quadro de docência sem nenhuma dificuldade, pois, afirma. – Passei em primeiro lugar aqui no IFPA.

Sua determinação ao estabelecer importância “o trabalhar a Língua Portuguesa”, quando iniciou na profissão de professor no IFPA, é caracterizada pela dificuldade de se confrontar com a percepção daquilo que chama de regalia no ensino técnico, ou seja, a opção primeira ou imediata pelo que representa a disciplina técnica na profissão que o egresso escolheu para desempenhar nas relações de trabalho e sociedade. No entanto, refere-se ao “ser professor de Língua Portuguesa”, hoje, como a instruir e cientificar o conhecimento a qualquer área do saber, proporcionando ao aluno incorporar a memória ou ter consciência das várias oportunidades da linguagem, demonstrando que a experiência venceu as dificuldades enfrentadas.

Ao exercitar a prática da oralidade, faz o reconhecimento do seu saber-fazer, na instituição, firmemente amparado na compreensão do ato de narrar, dispondo do domínio da linguagem no papel fundamental de atribuir sentido a sua vida profissional, num procedimento em que sua evocação sobre a memória se beneficia de um caminho para construir o presente tendo como arrimo o passado. Nesse sentido, Delgado se refere à oralidade como:

O passado espelhado no presente reproduz, através de narrativas, a dinâmica da vida pessoal em conexão com processos coletivos. A reconstituição dessa dinâmica, pelo processo de recordação, que inclui ênfases, lapsos, esquecimentos, omissões, contribui para reconstituição do que passou segundo o olhar de cada depoente (DELGAD, 2003. p. 16).

O texto acima transporta ao entendimento que a oralidade é a reconstrução do passado sobre o presente do sujeito que conduz o depoimento recorrendo à memória como fonte principal de alimentação da exposição dos fatos reais ou imaginários em que estão presentes as dimensões do tempo passado e presente.

Portanto, não é sem razão a compreensão de Delgado ao argumentar.

Reconhecer o passado é também, na dinâmica da história, construir conhecimento, defender o presente e resguardá-lo como matéria prima para o futuro, já que as relações temporais, que articulam memória e história, são fecundas e necessárias para afirmação da condição humana. Os homens são agentes da história e sujeitos da memória, do esquecimento e do saber. (DELGADO, 2006. p. 56).

O professor (**E**) utiliza a lembrança como conservação do passado numa dinâmica de múltiplas temporalidades e no reconhecimento da ação humana na construção da própria história, numa articulação marcada pelas experiências vividas como mecanismo de expressão da memória.

Iniciou suas atividades docentes no IFPA, ingressando por concurso público no ano de 2008, não vivenciando a relação cursos profissionalizantes e Ensino Médio, sempre desenvolvendo atividades pertinentes ao ensinoaprendizagem da Língua Portuguesa. No entanto, fortalece o desempenhar desse papel ao afirmar que exerce a profissão desde os 15 anos de idade, exclamando: - sou normalista! – Alfabetizei durante muito tempo.

A obstinação pela profissão torna-se um desafio ao lembrar um casamento ainda muito jovem, e a preocupação de educar os filhos. A noção da responsabilidade familiar a contempla quando estabelece analogia com o papel que desempenha profissionalmente; o ser professor. Embora de forma

repentina declare que inicialmente, essa, não era a intencionalidade, mas começou a ministrar aulas particulares, e tornou-se professora num ato de acolhimento ou proteção às responsabilidades e experiências no processo de viver ou vivenciar situações que afetariam sua vida social.

O processo de formação e dedicação a profissão é também, realçado ao manifestar por meio do ato de fala, as pós-graduações concluídas e inconcluídas quando, sem hesitar admite ser necessária à sua formação, e atuação docente, como forma de enfrentar, as dificuldades em trabalhar a Língua Portuguesa porque, acredita que ser professor de LP, é ser profissional antes de tudo, é ter um compromisso que excede o que é ser material. Acredita que a educação não é só conteúdo, não é só técnica, é também o conjunto do corpo docente, visto que esse corpo forma opiniões; acumula experiências e reflete a educação como processo social.

Para o professor, a educação é um processo que visa à criação de comportamento, ao revelar a formação de opiniões e o acúmulo de experiência como fatores fundamentais na condução do indivíduo, porque as experiências como forma de conhecimento organizado representam, convencionalmente atitudes, comportamentos, sentimentos de todo um processo por parte do indivíduo, dos fatos que serão objetos significativos do seu modo de pensar.

Ao exercitar a prática da oralidade buscando na memória o seu saber-fazer profissional ao longo do texto, o professor assume-se construtor de sua dinâmica de trabalho mediante a lembrança da afirmação de outro professor “- O bom profissional é aquele que planeja (...)”. O que em termos de ensino da LP, é exatamente essa visão que tenho do profissional de Língua Portuguesa.

Bosi (2006) se refere à memória como função social, assegurando-a como o momento de exercitar a ação própria ou natural da lembrança e justifica:

O passado, conservando-se no espírito de cada ser humano, aflora a consciência na forma e imagens-lembrança. (BOSI, (2006. p.53).

Tal perspectiva conduz à compreensão das imagens presente no testemunho como uma constituição que simboliza comportamentos,

sentimentos e atitudes do saber fazer, em que se permite a distinção de experiências individuais e coletivas como forma de legitimar as questões consideradas relevantes.

### **3.6. Memória, consenso**

Para Delgado (2006) a história oral, compreendida como procedimento metodológico na busca de construção de fontes e documentos,

(...) integra-se ao conjunto de esforço do sujeito produtor de conhecimentos para registrar via relatos, as versões de diferentes personagens históricos sobre suas vidas e sobre sua integração no processo constitutivo da história. (DELGADO, 2006. p. 62)

Nessa mobilização de forças intelectuais ou morais, situa-se a trajetória de história de vida dos professores de LP, do Proeja no IFPA, servindo para compreensão do processo de vida cotidiana com o ensino-aprendizagem de cada um dos entrevistados, assim como o conjunto de características gerais do que representa a Língua Portuguesa no Programa de Educação Profissional integrada ao Ensino Básico. Por isso, ao revelar a experiência ou conhecimento por meio da lembrança mediante a reprodução de testemunho, procura-se evidenciar algumas situações em que são identificadas as conformidades tanto na versão coletiva como individual, embora esta última se apresente na forma basilar de caracterizar o trabalho desenvolvido pela lembrança ao buscar na memória o processo de construção da oralidade.

Ambos os sujeitos, ao longo dos textos, optam pela faculdade de declarações em que se verificam características de concordâncias na forma de conduzir as versões sobre suas vidas. Pois a singularidade que se estabelece em torno dos relatos faz com que haja opiniões de mesma natureza ou distinções essenciais, embora enunciados de forma oral e particular.

O ato de pensar como meio de conceber, elaborar, edificar, organizar e transferir ideias e valores baseados na memória fez com que os entrevistados, no movimento de articulação da história de vida profissional desenvolvessem pensamentos e opiniões que dizem respeito: a visão do Programa de Língua

Portuguesa; o entendimento sobre o Proeja; o percurso para atuar no Programa, assim como outras informações, possibilitando a percepção da oralidade, às vezes ordenada, às vezes amalgamada, no entanto harmoniosa.

As descrições iniciais das narrativas permitem a percepção de dados que se coadunam: origem do Município de Belém, Estado do Pará; início e conclusão de licenciaturas na mesma área de ensino; cursos de especializações na área em que atuam e na mesma Instituição, mas, em diferentes períodos; apenas 1/3 (um terço) possui especialização em Proeja, entretanto, adquirido durante a participação docente no Proeja; tornaram-se professores considerando o aspecto de livre escolha, embora alguns tenham um histórico familiar que influenciou na opção profissional; ambos iniciaram a profissão antes de pertencer ao quadro docente do IFPA; 2/3 (dois terços) ingressou no serviço público por concurso; todos participam do Proeja na função docente como convidados vivenciando a precarização ou insegurança do trabalho em torno do desenvolvimento dos cursos implementados.

Embora tenham admitido começar suas atividades docentes no Proeja sem conhecimento prévio da política educacional assumida pelo Programa; a vivência desses momentos foi enfatizada pelas experiências do trabalho com a Língua Portuguesa no processo de leitura e escrita, produção textual e revisão de conteúdos educacionais do ensino fundamental como forma de harmonizar as desigualdades existentes de concepção de conhecimento entre os alunos.

Os depoimentos dos entrevistados, no entanto, deixam transparecer a variabilidade diante do caminhar ao encontro dos chamamentos aos níveis e modalidades de ensino, o que pode ser avaliado como importantes requisitos necessários ao desenvolvimento de atividades marcadas por um conjunto de práticas estabelecidas e constatadas nos testemunhos referentes: *ao entendimento do Programa; as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades docentes; a visão sobre o atendimento do Programa Língua Portuguesa ao Proeja.*

A vivência desse momento entre os entrevistados faz com que o professor (C), ao ser instigado à exposição do entendimento sobre o Proeja considere os conceitos e significados que possui sobre o Programa, uma política pública de inclusão social em que se tem a oportunidade de trabalhar a

matéria prima, “esperança”; permanecendo na perspectiva de que o Proeja continue como um programa.

Acentua a dificuldade enfrentada na consecução das atividades educacionais do Proeja, na evasão dos alunos, a qual denomina de imaterial, dentre outras como transporte; desigualdade de idade; edificação de conhecimento por parte do aluno; recurso de formação docente; requisito necessário para a atuação no programa, pois acredita que aqueles que hoje atuam, não participaram do curso de educação continuada promovido aos docentes pelo Proeja aos docentes do IFPA.

Essas dificuldades também se acham presentes na ação resultante de conteúdos programáticos destinados a alunos do Proeja. Pois, está muito aquém, conforme seu olhar, dado ao fato de saber que se deveria trabalhar com o ensino a nível médio, no entanto, concilia-se o fundamental na tentativa de alcançar o médio, através da metodologia empregada na leitura, escrita e construção textual.

O Professor (**D**) ao pronunciar seu entendimento sobre o Proeja manifesta a singularidade de não possuir o conjunto de habilidades específicas exigida pela Modalidade de Ensino, dado a praticidade em trabalhar a Língua Portuguesa direcionada para os cursos técnicos e superiores no IFPA. No entanto, aceita trabalhar como docente no Programa por refletir sobre a proposta como introdução de novidade, ao ocupar-se com alunos que foram excluídos do processo educacional.

A experiência adquirida no exercício constante do fazer docente com a Língua Portuguesa, de acordo com o ponto de vista que possui sobre o ensino-aprendizagem, serviu para dar relevo as dificuldades encontradas no desenvolvimento das atividades expressadas como: dificuldade de lida com a disparidade de idade; conhecimentos escolares defasados e as experiências das quais são portadores os alunos do proeja, produzindo a percepção de que a proposta pedagógica do Programa seja reformulada com conteúdos de Língua Portuguesa que possibilite o caminhar mais livre e desinibido aos alunos do Proeja como estímulo à compreensão, de seu papel como sujeito social.



O professor (**E**), de forma criativa, busca no tempo, conexões no aprendizado para a construção futura e apresenta acontecimentos que demonstram experiência no trato com o conjunto de traços característicos de EJA. Diante de um juízo de valor no tempo presente sobre o Proeja, declara entendê-lo, como uma política de governo e não de Estado, em face da maneira como foi inserida e condicionada no sistema educacional brasileiro. Essa compreensão parece determinada pela visão da escola como aparelho ideológico doutrinator e legitimador da classe econômica dominante.

Inspirando-se em Marx e Engles, pensa em Proeja como uma proposta voltada aos princípios de Lei 5.692/71 que preconizava os objetivos da EJA no Art. 24 e 25; tornar regular a educação para adolescentes e adultos que não haviam concluído em idade própria, visando atender, a iniciação no ensino de ler, escrever e contar e a formação profissional com princípios voltados para o atendimento da indústria.

O olhar lançado ao proeja como programa educacional reflete no fazer o homem pensar no mundo do trabalho na condição de participante de uma sociedade, naquele que busca possibilidade de escolher sua edificação do saber pensar; do saber fazer; saber ver; do saber compreender para acreditar nas mudanças que a sociedade impõe mediante os ditames processuais das classes dominantes.

Refere-se às dificuldades encontradas no trato da Língua Portuguesa no proeja iniciando pela infraestrutura até a ação ensinoaprendizagem, visto que o Programa exige uma visão mais ampla da sociedade e do mundo do trabalho, assim como, uma formação peculiar inerente aos objetivos propostos a fim de não se repetir as formulas utilizadas outrora, tal qual o simples repasse de conteúdos. Dentre outras dificuldades apresentadas alega implicação na falta de profissionais preparados, falta de planejamento das ações educacionais, enfrentamento pelos alunos de situações pertinentes a frequência e permanência no processo educativo escolar, e outros inerentes a gestão do Proeja na realização de integração educacional; permitindo a concepção de juízo de valores a respeito do não atendimento do Programa de Língua Portuguesa do IFPA ao Proeja.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso da memória como reconhecimento do passado no tempo presente e aqui utilizado como requisito biográfico docente foi um recurso pedagógico que, se consistiu no devir dos professores de Língua Portuguesa do Proeja no IFPA frente ao juízo de valor da Modalidade de Ensino que se buscou elucidar, mediante reflexão sobre a história de vida docente participante do processo ensino-aprendizagem, assim como, da visão do atendimento do Programa de Língua portuguesa, como (aquilo que se pretende fazer aprender) tendo em vista a concepção dos princípios e objetivos de uma educação que tem como uma de suas finalidades a formação integral do educando. Uma formação capaz de,

(...) proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se e atuar de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando a transformação da sociedade em função dos interesses sociais e coletivos especialmente os da classe trabalhadora. (BRASIL, 2007. p. 35)

A análise demonstrou com clareza, o equívoco existente sobre a maneira que a EJA/PROEJA pode ser percebida, dado sua objetividade como política pública capaz de desenvolver o pensamento crítico e autônomo do cidadão para se tornar consciente de seus direitos sociais e sua compreensão e inserção no mundo do trabalho, conforme preceitua o Documento base.

A transparência na capacidade de formar conceitos inerentes ao Proeja caracteriza-se pela variabilidade de como o Programa é percebido naquilo que se pode considerar mais básico e importante, que é a função qualificadora, entendida como construção do conhecimento de sujeitos que são considerados adiantados na faixa etária em relação ao nível de ensino proposto e propiciado.

O entendimento difuso sobre o Proeja como Modalidade Educacional possibilitou verificar a maneira como se deu a visão docente em face aos argumentos de história de vida expressos numa constituição complexa, principalmente, sobre o primeiro princípio norteador do Programa, a inclusão,

que é compreendida pelo acesso dos ausentes, mas, também pela forma como é feita, produzindo exclusões.

Observa-se que os testemunhos que descrevem o entendimento sobre o Programa adquirem configurações diferenciadas, embora o conhecimento sobre a disciplina Língua Portuguesa manifestado nas narrativas possibilite a compreensão da experiência a serviço da educação de jovens e adultos como fator fundamental no desenvolvimento às atividades inerentes àquilo que se recomenda praticar.

Pode-se constatar que existe uma desarticulação na prática do desenvolvimento dos trabalhos inerente ao programa de Língua Portuguesa, aplicado aos cursos técnicos integrados do Proeja, tendo em vista a aparente metodologia caracterizada no depoimento procedimental de implementação do Programa, quando define o Proeja um processo educacional em construção em face da diversidade de público; assim como na forma de gerir (ir fazendo as coisas) dos professores, como resultado de mediações, ou, da noção diversificada de um atendimento direcionado a finalidades específicas.

A falta de unidade de conteúdo cultural e procedimental no fazer docente em conformidade com os termos utilizados nos relatos possibilitou a percepção de que o Programa de Língua Portuguesa dos cursos do Proeja não atende aquilo que se quer fazer aprender, visto que cada docente adota um ponto de vista particular na emissão de juízo sobre as formas de constituição: de conteúdos direcionados ao Proeja; da diversidade de público que ingressa; da diferença de idade entre eles; das diferentes formas de desenvolver atividades, e outras identificáveis no texto, que aplicáveis cotidianamente, visam ao desenvolvimento individual e coletivo dos educandos como forma de melhor gestar o ensino aprendizagem. Um princípio político-social que visa à democratização do saber, nos termos de Luckesi (2008):

Se nós professores, na sala de aula, não podemos dar conta da política de oferta de vagas e de acesso dos educandos à escola, podemos dar conta de um trabalho educativo significativo para aqueles que nela têm acesso. Trabalho esse que se for de boa qualidade, será um fator coadjuvante de permanência de educandos dentro do processo de aquisição do saber e conseqüentemente um fator dentro do processo de democratização do saber. (LUCKESI, 2008, p. 124)

Além da desarticulação, se mostra elucidativo e transparente a falta de apreço com esse nível de ensino, pois, embora, professores do IFPA de Língua Portuguesa tenham participado efetivamente do processo de educação continuada *Lato sensu* na modalidade educacional, é notório a não participação docente nas atividades ensinoaprendizagem concernentes ao Proeja, conforme amostra extraída das narrativas que contemplam a implementação dos cursos e a forma pela qual os sujeitos atuantes chegaram ao programa.

Os relatos de história de vida dos sujeitos participantes da pesquisa não trazem em si as histórias de família; tradições culturais da região; história de amigos; comunidades às quais estão vinculados, mas, refletem a historicidade de trabalho construída em harmonia com âmbito de vida pública. Um processo decorrente daqueles que constroem a representação dos acontecimentos que marcaram sua própria história como forma de opiniões mais aprofundadas.

Tendo em vista o resultado alcançado por esta pesquisa explicitado nestas considerações, e que “A educação é o meio pelo qual a sociedade se reproduz e se renova cultural e espiritualmente, com conseqüências materiais” Luckesi (2008. P. 126), faço de suas palavras as minhas,

A democratização da educação escolar, como meio do desenvolvimento do educando, do ponto de vista coletivo e individual, sustenta-se em três elementos básicos: acesso universal ao ensino; permanência na escola; qualidade satisfatória da instrução (LUCKESI, 2008. P. 122).

Este último se faz presente nas concepções do Proeja como capacidade de proporcionar educação básica sólida, harmonizando-se com a formação profissional (formação integral do educando) para a formação de cidadão “capaz de compreender a realidade social, econômica, política cultural e do mundo do trabalho, para nela inserir-se de forma ética e competente (...)”. (Brasil, 2007, p. 35). Ação que a Língua Portuguesa, como instrumento de trabalho e de comunicação, portanto, produto e produtor de interação social, mediante a leitura e construção textual, pode exercitar levando o cidadão a fazer uso efetivo da prática de ler e escrever a fim de transformar o uso da

informação recebida em conhecimento adquirido. Um processo decorrente das necessidades humanas diante dos conflitos ou desequilíbrios de qualquer natureza para resolver problemas e conseqüentemente adaptar-se às profundas transformações que a humanidade se vê submetida em conseqüência do avanço da ciência e da tecnologia.

Os problemas evidenciados sobre o entendimento do Proeja como programa educacional, e do atendimento da Língua Portuguesa, se entendido como processo de inclusão social deve envolver não somente a área de Língua portuguesa, mas, também, outras áreas como forma de valorização do aluno, envolvendo, se não todas as disciplinas (propedêuticas e técnicas), mas, algumas de maior de melhor expressão na formação humana e profissional no Proeja.

É evidente que para toda e qualquer proposta educacional alcançar sucesso e contribuir positivamente com o ensinoaprendizagem, se faz necessário a interação entre os atores que dela participam. Por isso, revela-se também, que a pesquisa contribuiu para o aprendizado da importância que a leitura, a escrita e a construção textual representa para o individuo como mecanismo de preparação de sua inserção e permanência na sociedade e no trabalho; embora, não seja ação única e nem mais importante no processo de interação mundo do trabalho e escola, para a efetivação do desenvolvimento potencial do cidadão.

## FONTES

### Fontes orais:

#### Entrevistados:

- 01.....
- 02.....
- 03.....
- 04.....
- 05.....

Obs: As fontes são mantidas ocultas porque um dos entrevistados optou por não ser identificado. Isso contribuiu para a decisão de manter todos sob o mesmo procedimento.

### Fotografias:

01. Foto: Extraída de textos assentados em placas comemorativas expostas no IFPA, Campos Belém;
02. Fotografias de Trabalhos de Conclusão de curso do Proeja em exposição no IFPA em 2007.
03. Foto: Documentos relacionados à implementação do Proeja;
04. Foto: Retirada da fachada do Prédio onde funciona o Campus Belém IFPA, e o antigo prédio da Escola Industrial, hoje, Escola de Música e Dança da UFPA.

## REFERÊNCIAS

BARACHO, Maria das Graças. Ensino médio integrado. **Ensino médio integrado à educação profissional** : integrar para que? / Ministério de Educação. Secretaria da Educação Básica- Brasília. 2006.

BARONE, Rosa Elisa M. **Educação e políticas públicas: questões para o debate.**In: SENAC. *Boletim Técnico do SENAC*. São Paulo, v.26, n.3, 2000.

BELLO, José Luiz de Paiva. Movimento Brasileiro de Alfabetização - **MOBRAL. História da Educação no Brasil**. Período do Regime Militar. **Pedagogia em Foco**, Vitória, 1993. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb10a.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2009.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. – 15ª Ed – São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação,– **Ensino Médio Integrado a Educação Básica: Integrar para que?** – Secretaria de Educação Básica - Brasília. 2007.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação. *Programa de integração da educação profissional técnica de nível médio ao ensino médio na modalidade de educação de jovens e adultos*. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_, **Constituição da República Federativa do Brasil**. 33 ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

\_\_\_\_\_, **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei Federal 9.394/96. Brasília, DF : 17 de abril de 1997.

BRASIL. **Lei 9.394/1996**- Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília 1996. *Educação Profissional Tecnológica – Legislação Básica*, Brasília, 2005. 6ª edição.

\_\_\_\_\_, **Lei nº 9.394/1996** - Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

\_\_\_\_\_,Ministério da Educação, CNE/CEB. **Parecer 16/99**. Diretriz Curriculares Nacionais Curriculares para a Educação Profissional de Nível Técnico. 1999.

\_\_\_\_\_,Palácio do Planalto. **Decreto nº 6.095/2007**. 1996. *Educação Profissional Tecnológica* Estabelece diretrizes ao processo de integração as Instituições Federais de Ensino no âmbito da rede federal de Educação Tecnológica. Brasília. 2007.

BRASILIA. **Conferência internacional sobre a educação de adultos** (V : 1997: Hamburgo, Alemanha): Declaração de Hamburgo agenda para o futuro. Educação do Trabalhador 1. *Brasília* : SESI/UNESCO, 1999.

CEFET-PA. **Projeto do Curso de Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos**. Belém, Pará: CEFET-PA, 2006.

DELAURIES, Jean-Pierre. **A pesquisa Qualitativa : enfoque epistemológicos** / tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História Oral – memória , tempo , identidades**. Belo Horizonte : Autêntica , 2006.

DOM E RAVEL. **Você também é Responsável**. Disponível em [HTTP://www.letras.terra.com.br](http://www.letras.terra.com.br). Acesso em 14 de janeiro de 2010.

FERREIRA, A. B. H.. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora.

FRIGOTO, Gaudêncio, Maria Ciavata, Marise Ramos (orgs.). **Ensino Médio Integrado: Concepções e contradições** – São Paulo; Cortez 2005.

GOLBERG, M. A. A. **Avaliação e planejamento educacional: problemas conceituais e metodológicos**. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, nº 7, 1973.

HADAD, Sérgio. **A situação atual da educação de pessoas jovens e adultas no Brasil**. Primeira edição. 2008.

HADAD, Sérgio. **DI PIERRO**, Maria Clara. **Escolarização de Jovens e Adultos**. *Revista Brasileira de Educação* 2000. Nº 14.

HÜNNE, Leda Miranda. **Metodologia Científica: caderno de textos e técnicas** – 5ª Ed. – Rio de Janeiro: Agir, 1992.

IOSCHPE, G. **Opção pelo subdesenvolvimento**. *Veja*, jul/2006.

LODI, Lúcia Helena. **Ensino médio integrado. Ensino médio integrado à educação profissional : integrar para que?** / Ministério de Educação. Secretaria da Educação Básica- Brasília. 2006.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil** / São Paulo : Cortez, 2002.

MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.



MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994.

MOREIRA, I. C. **A inclusão Social e a Popularização da ciência e Tecnologia no Brasil**. *Inclusão Social*, Brasília, v.1, n.2, abr./set. 2006.

POUPART, Jean: **A pesquisa Qualitativa : enfoque epistemológicos /** tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ : Vozes, 2008.

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**. Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L5.692.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L5.692.htm). Acesso em: 19 de outubro 2009.

ROLDÃO, Maria do Céu. **Os Professores e a Gestão do Currículo, Perspectivas e Práticas em Análise** – Porto Editora, LDA, - 1999.

SILVA, Andréia Maciel da. **Paradigmas E A Sociedade Tecnológica**. [HTTP://www.artigonal.com/authors\\_131904.html](http://www.artigonal.com/authors_131904.html). Acesso em: 16 de janeiro de 2010.

SILVA, Edna Lúcia da. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**/Edna Lúcia da Silva, Estera Muszkat Menezes. – 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, Raimundo Nonato da. **Legislação e Normas de Ensino de 2º Grau**. – Brasília: Secretaria de Ensino de 2º Graus, 1983.

SOARES, Magda. **Letramento: Um tema em três gêneros /** Magda Soares. 2. ed. , 11. reimpr. – Belo Horizonte : Autêntica, 2006. 128p.

SOARES, Magda. **Que professor de português queremos formar, 2008**, Disponível em [HTTP://www.filologia.org](http://www.filologia.org). Br. Consultado em 27.07.2009.

UNESCO. Pesquisa Nacional: **O perfil dos professores brasileiros: o que fazem, o que pensam, o que almejam**. São Paulo: Moderna, 2004.

VENTURA, Jaqueline pereira. [www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/t18.rtf](http://www.anped.org.br/reunioes/25/excedentes25/t18.rtf). Novembro 2009. Acessado em novembro de 2009.

WIKIPÉDIA. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Metodologia>. Memória, Desambiguação. Acesso em: 16 novembro de 2009.